

Sumário

Número de notícias: 69 | Número de veículos: 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A celeuma e o debate real - MÍRIAM LEITÃO 6

O GLOBO - RJ - RIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O governador tem que sair um pouco da bolha; atender os aliados" 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Melhorias necessárias na reforma tributária (Artigo) 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equilíbrio geral e Reforma Tributária - SAMUEL PESSÔA 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um sistema em xeque (Artigo) 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pochmann no IBGE - CELSO ROCHA DE BARROS 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Temos todo o interesse na participação de parte do PL no governo Lula 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Confusões ideológicas - BRASIL S/A 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo com o Centrão ressuscita a velha política de conciliação - NAS ENTRELINHAS 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Consórcio Lula-centrão tem 374 votos na Câmara, mas sofrerá dissidência 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária, JCP e Selic devem balizar Bolsa - BROADCAST DE OLHO NAS AÇÕES 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

As críticas do governador de Goiás à Reforma Tributária - MARCOS MENDES 26

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prioridades distintas 28

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A urgente avaliação dos subsídios (Editorial) 30

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governabilidade de Lula depende de um bom acordo com o Centrão - NAS ENTRELINHAS . 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Nada mais justo que atender ao presidente" 33

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxar os super-ricos (Fórum dos Leitores) 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economista já criticou Pix e queria alíquota de 60% para o IR 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet aceita Pochmann por ordem de Lula e avaliação de IBGE "sem peso" 38

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ministerial se arrasta e fica para agosto 40

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qual o caminho na economia? - VERA MAGALHAES 42

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nota do Brasil coroa mérito, mas exige aprovar reformas (Editorial) 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A distância entre discurso e prática no governo Lula - CLAUDIA SAFATLE 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais uma agência aumenta nota de crédito do Brasil - MERCADO S/A 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Costa quer pressão no Senado de governadores nordestinos 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ministerial vira jogo de intrigas na Esplanada - NAS ENTRELINHAS 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em alíquota padrão de 25% para IVA 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Chegou a hora de a gente entregar resultados fiscais" 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Melhora é só um passo para grau de investimento, dizem analistas 55

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária aumentará a carga de impostos do setor de saneamento básico 56

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Agenciado com 3 pastas, União Brasil lidera "trações" ao Planalto na Câmara 58

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Elevação do rating reflete clima econômico melhor 60

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Costa pede a governadores do NE ação por tributária 62

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro volta a pedir que Senado dê "limada" em texto da reforma 63

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula traz cartilha "retrô" ao Brasil moderno 64

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O investimento virá? (Artigo) 66

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Nós temos também nossas insatisfações com o governo" 68

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de super-ricos será enviada em agosto, diz Haddad 70

O GLOBO - RJ - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avanço de reformas eleva nota de crédito do Brasil 72

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda propõe pacote para facilitar crédito a estados 73

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hidrogênio verde e seus desafios tributários - OPINIÃO JURÍDICA 75

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O trailer da reforma do Imposto de Renda - LU AIKO OTTA 77

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas de apostas pagarão imposto de 18% 79

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR CNC
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária chega ao Senado com pontos de avanço para setor de serviços 81

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil volta à mira dos investidores externos, diz Seneca Evercore - COLUNA BROADCAST
..... 82

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplificação tributária sob risco (Artigo) 84

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O segundo semestre de Haddad - BRUNO BOGHOSSIAN 85

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica aprovada não diferencia rico de pobre, dizem analistas 87

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carga de construção e serviços deve subir com a Reforma Tributária 88

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira alerta para riscos 90

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado critica exceções em textos aprovados no Congresso 91

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

As metas fiscais inatingíveis da Fazenda (Artigo) 92

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que vem pela frente na economia 93

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os riscos do Imposto de Exportação (Artigo) 94

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Questão federativa deverá pautar discussões na CAE 96

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira defende adiar debate para taxaço dos "super-ricos" 97

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Centrão dança no ritmo da música de Lula - ANDREA JUBÉ 98

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil ensaia melhora no cenário de longo prazo, diz Tendências 100

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira defende adiar taxaço de fundos exclusivos 102

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria pode ter R\$ 15 bi para renovar maquinário, diz Haddad 103

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e Tebet têm ruídos encobertos por relação amigável 104

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: benefícios e desafios (Artigo) 106

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Falta plano coerente para reindustrialização verde (Artigo)..... 108

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Imposto do pecado" preocupa setores de energia e combustíveis..... 110

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto Seletivo deve integrar base de cálculo do IBS e da CBS.....112

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de "big techs" corrige injustiça (Editorial)..... 114

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

85% apoiam taxaço dos mais ricos - CAMILA ROCHA..... 115

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundos de super-ricos somam R\$ 880 bi e têm benefícios tributários.....116

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro errou na Reforma Tributária, afirma Valdemar..... 118

A celeuma e o debate real - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Eles se definem como desenvolvimentistas, mas suas ideias, quando aplicadas, levaram o país a uma queda de 3,5% do **PIB** em 2015, **inflação** de dois dígitos, enorme prejuízo na Petrobras, quebra do setor elétrico e juros de 14,25%. Era esse o quadro ao final do governo Dilma. Eles se definem como liberais, mas abriram os cofres públicos por razões eleitoreiras, atropelaram a governança da Petrobras, derrubando quatro presidentes, e não pagaram dívidas judiciais vencidas, deixando uma bola de neve que ainda ameaça o Brasil. Esse era o quadro ao final do governo Bolsonaro.

O debate que reavivou essa semana não é sobre correntes econômico-ideológicas, mas sobre estar atualizado em economia e ser eficiente na política econômica. A celeuma estourou no mesmo dia em que as manchetes dos jornais on-line davam a melhora da nota de crédito do Brasil. A boa notícia cedeu espaço aos sinais visíveis de que a ministra do Planejamento foi atropelada em cena pública pelo Palácio do Planalto.

É importante entender os bastidores desse evento da semana passada. O economista Mareio Pochmann foi nomeado para o IBGE sem que sua chefe imediata, no caso a ministra Simone Tebet, tenha sido informada previamente. A sequência de eventos revela a forma como uma ala do PT age para ocupar espaços, atropelando aliados. Isso pode atralhar o governo Lula.

Nos dias anteriores ao anúncio, ministros palacianos falaram com Tebet, de maneira informal e ligeira, que o presidente tinha um nome para o IBGE. Não havia uma proposta do Planejamento, que pretendia tratar do assunto depois de agosto. Na reunião entre o presidente Lula, Simone Tebet e o ministro Rui Costa, da Casa Civil, na segunda-feira, ela disse a Lula que sabia que ele tinha um nome para o IBGE. Mas Lula não aproveitou a deixa para falar, até porque havia muitos assuntos na mesa e eles passaram a tratar dos outros temas.

A partir daí passou a circular a notícia de que Lula teria dito à ministra o nome de Mareio Pochmann. Na quarta-feira, no fim do dia, o ministro Paulo Pimenta comunicou oficialmente a nomeação de Pochmann,

sem ter tido qualquer conversa com Simone Tebet e sem que ele tenha a incumbência de anunciar nomes de pessoas escolhidas para cargos em qualquer ministério. Foi tudo feito no estilo rolo compressor para gerar fato consumado.

Ao ouvir o **comunicado**, Simone Tebet na reunião. Pimenta ligou para Tebet para se desculpar. Lula ligou para Pimenta para criticar o ruído que ele provocara. Enfim, o que é isso? Desgaste desnecessário com a ministra de um partido que apoiou o presidente no segundo turno, no momento em que o presidente tenta atrair para a base dois partidos que estiveram com Bolsonaro, o PP e o Republicanos. Enfim, o momento é de agregar mais apoio e não atirar contra aliados.

Qualquer erro que o economista Mareio Pochmann cometa agora no IBGE cairá no colo do presidente Lula. De certa forma, isso é uma espécie de proteção. No Ipea, Pochmann quis eliminar qualquer crítica e promover estudos que justificassem o governo. Se ele quiser fazer a mesma coisa com os números do IBGE, terá dificuldades. Mas há riscos de interferência. Economia é como cristal, mesmo que seja uma ingerência sutil, pode levar à quebra de confiança. Se há uma percepção de dados inconfiáveis, como houve nos números das contas públicas no período Guido Mantega-Amo Augustin, isso se reflete imediatamente no desempenho da economia, com a piora das expectativas.

O governo Lula nesses primeiros sete meses acertou muito na economia. Com o ministro Fernando Haddad, a economia passou a ter balizas fiscais-o teto de gastos havia sido desmoralizado na gestão anterior - e o déficit caiu de 2,3% do **PIB** para 1,2%, com a promessa de zerar no ano que vem. Caíram **inflação**, dólar, desemprego. Seu diálogo com o Congresso permitiu a aprovação, na Câmara, da **Reforma Tributária**. O ministro está no comando da **economia** e até agora venceu as pressões em contrário. Ele tem tido uma sintonia admirável com a ministra do Planejamento. O que Haddad está fazendo não é desenvolvimentismo, nem liberalismo, é boa condução da política econômica. Como deve ser.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"O governador tem que sair um pouco da bolha; atender os aliados"

MARCELO REMIGIO mar (2lo.remigio@oglobo.com.br)

Com embarque acertado no União Brasil, partido em que presidirá o diretório estadual, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar, traçou como prioridades para o segundo semestre a votação de propostas do Executivo para a flexibilização de fundos estaduais-oque daria um fôlego ao caixa do governo em meio à queda de arrecadação -e do projeto que garante aos parlamentares o direito de apresentar emendas impositivas. Ex-secretário estadual de Governo e aliado de Cláudio Castro, Bacellar diz que ainda falta melhorar a relação do governador, que teve papel importante em sua eleição para a Mesa Diretora, com seus aliados. E sugere que o Palácio Guanabara não "antecipe" as eleições de 2026, para não prejudicar a atual gestão.

Neste momento em que o estado enfrenta forte queda de arrecadação e já faz cortes em investimentos, os deputados planejam aprovar a implantação de emendas individuais impositivas. o senhor é a favor?

Eu sempre fui a favor das emendas, porque eu acho que esse é um direito do parlamentar. Independentemente da filosofia ou da questão partidária, é a maneira que ele tem de fazer política, é a maneira que ele tem de atender a sua base. Já colocamos na primeira discussão. Vou trazer de volta agora neste segundo semestre. Eu não vejo problema algum estarmos só discutindo. Qual a melhor forma? Qual o tamanho dessas emendas? Se vamos fazer uma vinculação restringindo onde elas serão aplicadas, para também não ficar meio solto? Mas eu posso dizer que, na minha opinião, enquanto deputado e presidente da Casa, eu sou favorável às emendas e a que os 70 deputados sejam contemplados independentemente de ser oposição ou base.

E, diante desse orçamento enxuto, como está a relação do Executivo com deputados estaduais e prefeitos?

Não sei se a palavra ideal é "difícil". Até melhorou bastante. A gente tem hoje uma base muito sólida de deputados que entendem o momento atual, em especial orçamentário e financeiro do estado. Às vezes, na minha opinião, apesar de eu ser aliado do governo, eu não deixo de falar aquilo que entendo que

é o melhor. Acho que o bom amigo não passa a mão na cabeça. Ele fala a verdade. Eu acho que falta um pouco mais de atendimento do governador, atender os aliados. Já deixei isso claro para ele. Inclusive, pelo que eu sei dos últimos meses, o governo começou a dar uma atenção maior ao parlamentar, até porque o deputado é o para-choque da população. É muito mais difícil chegar ao governador do que ao parlamentar. De certa forma, a relação está arrumada, mas já dei esse toque muito respeitoso de que o governador tem que sair um pouco da bolha e voltar para o mundo real. Então, o mundo real é o fato de ouvir mais a rua. Ano que vem tem eleições municipais. Como pacificar essa relação em tempos de recursos escassos?

Ser muito sincero e objetivo. Eu não posso ter um saco com cem balas e prometer 150, porque a conta não vai fechar. Deixei isso claro para o governador, que a gente tem que chamar os prefeitos e falar: olha, a nossa realidade há um ano ou há dois anos era essa, e eu consegui te prometer isso. Mas a realidade mudou. Assim, do "X" que eu te prometi, agora eu só posso te entregar "Y". Ser firme e muito direto e não contar história, para que o prefeito possa fazer a sua política lá na ponta, e a população possa ser atendida.

Mas isso tem afetado a administração?

Acho que a gente nunca pode deixar que o processo eleitoral prejudique o governo e o cidadão. Já deixei isso alertado ao governador; que tem pensado nas eleições de 2026 (pleitos estaduais e para o Congresso). Entendo que agente pode até começar a falar das eleições municipais de 2024, porque serão a pouco mais de um ano. Mas, com apenas seis meses de um novo mandato, um governo só pensar e falar de 2026 vira loucura. Tem que tomar muito cuidado com isso e fazer as entregas prometidas, porque eleição se faz realizando, cumprindo, fazendo alianças sólidas e, acima de tudo, não se esquecendo de quem está caminhando com agente desde o início. Sem isso, não se elege. A gente tem muito problema para resolver até 2026. Tem muita entrega para fazer de modo que a população se sinta mais realizada e satisfeita para, aí sim, agente poder pensar em eleição. Tem muito secretário que ainda precisa acordar e entender que aquele pedaço ali (secretaria), aquele feudo, não é dele e, sim, de um governo.

Qual a avaliação que o senhor faz do governo Cláudio

Castro?

Eu acho que é só trazer um pouquinho o trem para o trilho, fazer aquilo que a gente fez muito bem naqueles dois anos após o impeachment (de Wilson Witzel), que é cuidar da população e estar mais presente na rua. Percorrer o estado como um todo e entregar, sem falsas promessas, resultados. Sendo firme, direto e objetivo, porque eu acho que muitas das vezes, em um estado combalido como o nosso nesses últimos 20 anos, fazer o básico é muito melhor do que pensar grande demais. O governador sabe que pode contar comigo. O governo tem tudo para voltar a ter o sucesso que agente desempenhou nessa primeira oportunidade (primeiro governo), que de certa forma foi muito curta. A gente teve apenas dois anos de administração. Mas ainda é o início de tudo. Eu acho que tem tudo para acertar. Vamos deixar um pouco o processo eleitoral do lado e pensar em trabalhar e entregar na ponta (população), porque vai dar certo.

Além das emendas impositivas, quais pautas serão prioritárias neste segundo semestre?

As que vão ao encontro exatamente da questão da queda de arrecadação do estado. A volta aos trabalhos da Casa vai justamente neste sentido, de a gente reorganizar a questão de diversos fundos que o estado possui, como os da Polícia, dos Bombeiros e do Meio Ambiente. Enfim, porque não é escondido para ninguém que a gente teve uma queda brutal de arrecadação no estado. O Rio não pode parar de fazer investimentos, sob pena de a gente pagar um preço ainda maior pela recessão econômica. Acredito que o grande desafio é, junto com esse desejo nacional pela **Reforma Tributária** e a baixa das taxas de juros, deixar o estado mais pujante, ter dinheiro não só para manter os salários em dia e para tocar a máquina, mas também para permitir investimentos.

O Executivo fez algum pedido especial para a Alerj?

Nossos técnicos de Orçamento e Fazenda, junto com o governador Cláudio Castro, fizeram uma reunião no Palácio Guanabara para falar dessa questão dos fundos. Há um entendimento de que o governo vai mandar matérias para cá no sentido de flexibilizá-los, justamente para a gente ter um respiro orçamentário melhor. E, assim, para que a gente consiga cumprir as metas de investimentos no estado.

(A flexibilização dos fundos -cujos recursos só podem ser aplicados em determinada área - permite remanejamentos e pode gerar um reforço de caixa de cerca de R\$6 bilhões este ano).

O senhor trocou o PL pelo União Brasil. Sobre a eleição do ano que vem, o que defende para o partido

na capital?

Não tem um nome ainda acertado no partido, mas cresce a ideia de trazer Rodrigo Amorim para o União Brasil e lançá-lo candidato a prefeito do Rio. Amorim é um dos colegas mais capacitados que agente tem aqui na Casa, não é à toa que ele é o presidente da principal comissão da Casa, a de Constituição e Justiça (CCJ). É importante para a gente ganhar. Vejo com bons olhos o União Brasil ter uma candidatura própria. Mas também estamos conversando com o PL. Tenho conversado com diversos outros partidos, a gente tem que pensar política macro, e não de maneira umbilical. Tenho um carinho e uma amizade com o prefeito Eduardo Paes, sempre deixo isso muito claro. Mas acho que a gente tem que pensar política para todos e não só para um feudo. Assim é crítica.

O fortalecimento do União Brasil no estado amplia a participação no governo? Vai negociar alguma pasta?

Acho que o União Brasil está muito bem contemplado no governo. Já é a base do núcleo duro do governador Cláudio Castro e não existe pleito nesse sentido.

A polarização política das eleições do ano passado ainda permanecerá no Rio em 2024?

Eu não tenho dúvida. O Rio ainda é muito Bolsonaro, muito direita. Claro que o PT e a esquerda vão tentar avançar nesse processo eleitoral. Na minha opinião, o que se avizinha no Rio ainda é o centro-direita sendo vitorioso.

Como o senhor vê o terceiro governo de Eduardo Paes?

É um cara por quem eu tenho um carinho e respeito. É trabalhador, mas, muito respeitosamente, tem que só trazer um pouco mais a classe política para perto dele. E parar de ser o político e o prefeito só da cozinha dele. Se ele me permite esse pitaco, um pitaco para o bem, a hora que ele fizer isso, o prefeito do Rio conseguirá ter uma roupagem melhor. Ele está fazendo um trabalho, mas de certa forma também está correndo muito sozinho. É importante agente debater, ouvir outras idéias, outros nomes, para a gente decidir lá na frente, com mais segurança, o que é melhor para o futuro, não só no município do Rio como também do estado.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Melhorias necessárias na reforma tributária (Artigo)

» **SAMUEL HANAN** Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002)

A alguém já disse em algum momento "que nada é tão bom que não possa ser melhorado". Acredito que é o caso da atual **reforma tributária** que está no Senado. Apesar de ousada e complexa, creio ser válida a apresentação de emendas que possam corrigir alguns problemas, como por exemplo, tornar obrigatória a correção anual da tabela do IRPF, pelo IPCA, uma vez que **inflação** não é renda e na reforma não consta imposto inflacionário.

Outra sugestão importante de melhoria seria tornar obrigatória a correção anual das aposentadorias do regime geral de previdência pelo IPCA para evitar perdas anuais de renda do aposentado, especialmente daqueles cuja aposentadoria seja a única fonte de renda, uma vez que a **inflação** corrói anualmente renda do aposentado. É preciso destacar que estes, que já têm forças reduzidas para fazer lobby, já comprometem parte significativa da sua renda com planos de saúde privados e medicamentos, tudo em decorrência dos péssimos serviços de saúde pública garantidos pelo governo.

De outro lado, controlar **inflação** é competência do poder público e sem corrigir anualmente salários, aposentadorias e tabelas do IRPF, e considerando que **tributos** estão indexados, o governo ganha muito e ganha duas vezes (pagando menos e recebendo mais), enquanto a população perde muito.

Para despertar a cidadania, os preços fixados nas lojas, supermercados, drogarias/farmácias e propagandas escritas deveriam constar além dos preços, os valores das parcelas dos **tributos** federais, estaduais e municipais (separadamente). Tal sugestão propiciaria ao contribuinte (cidadão) conhecer o tamanho do apetite (garfada) dos governos. Também permitiria, com maior facilidade, a reação da indignação da população pelos péssimos serviços essenciais prestados pela administração pública.

Outra proposta de melhoria que chama a atenção é o fato que em um exame rápido, não se identifica, de forma explícita, a proibição da União conceder renúncias com **impostos** compartilhados, pois além

de diminuir as capacidades de investimentos dos Estados e Municípios, reduzem automaticamente destes dois entes federativos a capacidade de investimentos em Educação e Saúde.

A grande torcida de todos é para não termos aumento da carga tributária e nem criação de novo tributo, conforme veiculado no O Globo (11/7/2023). Merece destaque que o Brasil tem a décima terceira maior carga tributária do planeta e devolve serviços estagnados, há mais de uma década na trigésima posição conforme dados do IBPT. Face à complexidade da reforma, uma análise mais criteriosa diz que, quanto à essência da reforma, a prudência obriga aguardar a apreciação e votação no Senado. O que se pode dizer é que é abrangente, complexa e que tem pontos positivos e negativos (como os já apontados).

Com relação à ZFM e ao Estado do Amazonas, os pontos positivos mais relevantes são: reduções drásticas dos incentivos /renúncias ilegítimas dos Estados, o que aumentará a competitividade da ZFM. Quanto às sugestões para aperfeiçoamentos em benefício da população, ainda há tempo para debates no Senado (casa revisora).

Todos nós teremos muito a estudar, uma vez que um olhar atento revela a existência de outros pontos de melhoria, como por exemplo no que se refere ao imposto de transmissão, doação e causa mortis, progressivo, que, sem definir a progressividade vai enfraquecer, a médio e longo prazo as empresas controladas por brasileiros residentes no país.

Na prática, será muito melhor para empresas sediadas no exterior, com titulares residentes fora do Brasil. Demagogia que vai custar muito caro ao Brasil, imagine um conglomerado empresarial nacional, ao morrer o titular, os herdeiros e sucessores das cotas/ações terão que pagar o ITCM -D (alíquota máxima de 10 ou 15 ou 20%). Deve-se ressaltar que, em muitos casos, as empresas ou o espólio só tem patrimônio, nas não têm e não geram caixa. Como farão para pagar o imposto? De onde virão os recursos para pagamento do tributo? Certamente da própria empresa via distribuição de dividendos. E, se estes forem também taxados, a empresa perde muito patrimônio e liquidez.

Quais os efeitos da transferência de recurso patrimonial do privado para o governo? Empresa nacional menor terá menor capacidade de competir com empresas estrangeiras. E o governo, que nada fez, receberá mais recursos tributários (ITCMD e Imposto sobre dividendos) para manter e expandir os privilégios dos donos do poder.

O que está se configurando é que o governo ficará dono/sócio de muitas empresas e imóveis cujos donos ou acionistas/cotistas morreram e irão continuar morrendo, pois os herdeiros/sucessores não terão dinheiro para pagar o ITCMD progressivo, logo esperamos enxurradas de execuções e depois o inevitável novo Refis a ser aprovado pelo Congresso. Creio ser esse o momento de reflexão e união de esforços para proposição das emendas necessárias que tornem a **reforma tributária** um benefício e não um castigo para todos brasileiros. Preocupa o Conselho Federativo aprovado na Câmara que, de forma clara, assegura uma espécie de poder de veto aos três estados mais populosos do país e mais ricos da federação. Será que isso não aprofundará as já insuportáveis desigualdades regionais? A Reflexão e o destino do país estão agora nas mãos de nossos 81 senadores.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/30/all.pdf>

Equilíbrio geral e Reforma Tributária - SAMUEL PESSÔA

SAMUEL PESSÔA

Há grande preocupação dos impactos da **Reforma Tributária** dos **impostos** indiretos sobre o custo de alguns setores, principalmente os serviços.

A preocupação deve-se ao fato de os serviços terem poucos custos. Assim, o novo imposto aumentaria o preço para o consumidor da aquisição dos serviços.

É útil fazermos um pouco de conta. Hoje, uma escola paga, entre Cofins, PIS e ISS, algo em torno de 6%. Se o faturamento líquido dos **impostos** da escola é de 100, o custo da mensalidade será de 106.

Após a reforma e com a instituição do imposto sobre o valor adicionado (IVA), incidirá sobre a mensalidade escolar a alíquota de 25% -se for alíquota cheia (de fato, segundo o texto aprovado na Câmara, pagará 10%, isto é, 40% da tarifa plena de 25%). De qualquer forma, vamos fazer as contas sob a hipótese de que não haja regime especial para a escola.

Segundo o IBGE, a escola adquire insumos -aluguel, contas e material- no valor de 27% do faturamento. Assim, o imposto que pagará será 25% sobre 73% (100-27). Resultam 18%. O custo da mensalidade após a reforma será de 118 ante 106, elevação de 11%. Mas há ainda outro efeito: os insumos ficarão mais baratos pois os **impostos** deixarão de ser cumulativos.

Segundo simulações dos professores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Edson Domingues e Débora Freire Cardoso, esse efeito é da ordem de 3% aproximadamente. Ou seja, será possível cobrar 115, mantendo os salários e a rentabilidade do negócio constante. Temos, portanto, mensalidade de 115 ante 106, se as escolas não tiverem alíquota diferenciada. Trata-se de uma elevação de 8,5%, significativamente inferior aos 25% da alíquota cheia do IVA.

Então todos tirarão seus filhos das escolas? Difícil responder a essa pergunta, pois a reforma altera todos os preços da economia. Ela também altera a renda das pessoas e a produção total.

Ora, se todos deixarem de consumir, pois o preço de um bem ou serviço final ficou mais alto em razão de

um imposto, então a **Reforma Tributária** elevará a taxa de poupança da economia. Os juros cairão e, provavelmente, os investimentos elevar-se-ão. Mas é difícil imaginar que a **Reforma Tributária** aumentará significativamente a poupança do país. O consumo será realocado.

Para considerar todos esses efeitos de repercussão - os economistas chamam de efeitos de equilíbrio geral -, é necessário simular a reforma com um modelo computável de equilíbrio geral. Os mesmos professores simularam os efeitos, empregando hipóteses bem conservadoras. Em particular, no cenário-base, não consideraram que a reforma eleva a produtividade da economia em razão da redução do custo de conformidade das empresas e dos litígios. (É sempre bom lembrar que os litígios tributários na esfera administrativa e jurídica dos três níveis da federação totalizam hoje 70% do **PIB**, aproximadamente.)

Sob essas hipóteses bastante conservadoras, o produto da economia crescerá 4%, e o consumo das famílias, 1,5%. A alíquota que mantém a receita dos **impostos** constante é de 24%. Para a educação, haverá uma queda de produção de 5%. Outros setores cujo produto cairá -sob a hipótese de nenhum ganho apreciável de produtividade- são saúde mercantil, 3,7%; serviços pessoais, 6,3%; clubes, 2,6%; e alimentação fora do domicílio, 0,5%. Os demais 61 setores terão sua produção elevada.

Na simulação que considera um ganho de eficiência que redunde em elevação do **PIB**, após alguns anos, de 12%, o setor com a menor elevação da produção - setor de serviços pessoais- crescerá 4%.

Não há nada a **temer** com a reforma dos **impostos** indiretos. Todos ganharão.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50353&maxTouch=0&_ga=2.46141479.1874356146.1690612473-1644899852.1665094077&anchor=6480914&pd=fbbf68c15e614497630c5812ae4cf728

Um sistema em xeque (Artigo)

*Por Carlos Melo e Marcos Mendes Melo é cientista político e professor Sênior Fellow do Insper. Mendes é doutor em economia, pesquisador e professor do Insper
Ilustração Adams Carvalho Artista plástico*

[resumo] Apesar de decisões positivas, o presidencialismo de coalizão brasileiro vem se mostrando problemático nos últimos anos devido à fragmentação partidária e à intrincada dependência em relação ao Legislativo, com resultados custosos para a sociedade

Visto em perspectiva histórica, o sistema político brasileiro tem conseguido manter a estabilidade democrática por quase 40 anos, um feito e tanto quando comparado ao nosso passado de instabilidade institucional. Ao longo deste período, muitas melhorias ocorreram: fim da hiperinflação, criação de uma rede de proteção social, aprovação de reformas importantes como a da previdência e, agora, a tributária.

Contudo, também é fato que este sistema político impõe custos elevados à economia e à sociedade. O presidencialismo de coalizão -ou presidencialismo multipartidário- sempre exigiu recursos públicos em troca de votos; deu margem para grupos de pressão criarem benefícios privados com custos socializados. Também impôs grande lentidão a reformas essenciais: a da Previdência tardou duas décadas, a tributária mais de três. Sua responsividade é, ao final, insatisfatória, tornando difícil afirmar o quanto o saldo é negativo ou positivo.

Temos como resultado desequilíbrio fiscal crônico, taxas de juros elevadas para que a prodigalidade fiscal não se transforme em **inflação**, baixa produtividade, altos custos de transação e riscos variados. Desde os anos 1990, a nossa renda per capita patina em torno de 25% da renda per capita dos EUA. Não conseguimos escapar da armadilha da renda média.

A deterioração do presidencialismo de coalizão

A má notícia é que o sistema político, que já não entregava resultados maravilhosos nos primeiros anos da redemocratização, tem se deteriorado ao longo do tempo.

A equação básica para seu funcionamento consistia em montar uma coalizão com poucos grandes partidos no Congresso, distribuir ministérios na proporcionalidade da representação partidária, liberar emendas parlamentares como incentivos adicionais a

votar com o governo, e usar extensivamente os instrumentos de poder dados pela Constituição ao Executivo, como medidas provisórias e vetos presidenciais.

Era um sistema em que, a um alto custo fiscal e de eficiência, o Poder Executivo conseguia exercer poder de agenda e, com isso, tentava implementar políticas públicas de interesse coletivo. Suas disfuncionalidades estruturais, no entanto, se expandiram. O número de partidos com direito ao acesso de recursos públicos chegou a 30 legendas, na Câmara dos Deputados. Os custos de coordenação do processo legislativo deram um salto.

Os grandes partidos implodiram, com destaque para o MDB que sempre ancorou a formação de maiorias. Há vários partidos médios, tornando mais difícil e custosa a formação de maioria parlamentar.

Boa parte das emendas parlamentares se tornou obrigatória, não tendo mais o efeito de comprar apoio a votações. Ademais, as emendas cresceram: em valores atualizados, passaram de R\$ 7 bilhões em 2016 para R\$ 35 bilhões em 2023.

Cada deputado e cada senador têm o seu próprio orçamento, que provê o suficiente para azeitar máquinas eleitorais individuais. Não precisam se submeter à orientação de líderes partidários. O preço aumentou: para reunir apoio, é preciso emendas extras, não obrigatórias. Os gastos decorrentes das emendas, obrigatórias ou não, são tipicamente de baixa qualidade, deteriorando a qualidade das políticas públicas.

A distribuição e liberação das emendas não obrigatórias saiu das mãos do Executivo e passou para o controle dos presidentes das duas casas legislativas e de algumas lideranças em seu entorno.

As medidas provisórias, que antes podiam ser reeditadas sem limites, agora sofrem fortes restrições, são frequentemente rejeitadas ou substancialmente alteradas. Os vetos presidenciais, que nunca eram apreciados pelo Congresso, passaram a trancar a pauta quando não votados, o que ampliou o poder de barganha dos parlamentares.

A cada legislatura aumenta o percentual de vetos derrubados. Aumentou a rejeição ou a alteração substancial dos projetos de iniciativa do Executivo, enquanto se expande a aprovação de iniciativas dos

parlamentares, nem sempre com visão mais ampla das necessidades do país.

Os congressistas têm crescentemente influenciado até mesmo decisões técnicas de agências reguladoras, mediante ameaças de aprovação de decretos legislativos que, por exemplo, propõem o cancelamento de reajustes de conta de energia (PDL 64/22 e PDL 94/22, entre outros) ou derrubam limitações a gastos com assistência médica de funcionários de estatais (PDL 26/21).

Em suma, o Poder Executivo passou a ser privado dos instrumentos que garantiam seu poder de governar. O Legislativo, por sua vez, passou a ser o locus de um processo decisório pulverizado e descoordenado, em que cada uma das 594 cabeças de parlamentares é uma sentença, e os interesses organizados conseguem, com facilidade, veicular seus projetos. Os custos para o Executivo conseguir implementar sua agenda subiram.

Não se pode confundir a deterioração com regras normais de funcionamento

Isso não deve ser compreendido como algo normal, que faz parte da dinâmica, e creditado como custos aceitáveis do funcionamento do sistema. A eficiência das instituições é medida pelo desenvolvimento econômico e social de um país (Douglass North). Instituições eficientes dão previsibilidade e segurança, incentivam investimentos. Na última década, porém, foi tudo o que não se viu.

Várias questões que pareciam superadas, como o controle da **inflação** e a responsabilidade fiscal, voltaram ao noticiário. A própria democracia foi questionada. A sem-cerimônia com que se usam recursos públicos para fins privados ou eleitorais revela o patrimonialismo antes disfarçado. A régua da tolerância com a corrupção baixou substancialmente.

Claro que é importante lembrar que a maioria dos personagens desse sistema foi eleita, representa a vontade do eleitor e, portanto, é tomada de legitimidade. Mas, na prática dos últimos anos, esse tipo de presidencialismo de coalizão tem exigido cada vez mais da sociedade e entregado menos.

As coalizões -que quase nunca foram programáticas- passaram a ser dar por um modelo que, gradativamente, agi exclusivamente pelo interesse fisiológico.

O "lubrificante" eventualmente usado para reduzir atritos entre as peças acabou por danificar a própria engrenagem. Os apoios ao Executivo passaram a exigir mais cargos, mais recursos, maior

permissividade -que geravam mais poder e, portanto, mais cargos, mais recursos e ainda maior permissividade.

O interesse não é por participar do governo e realizar políticas públicas que legitimem a ação do parlamentar ou de seu partido. O interesse é explícito no controle do caixa da instituição para a qual se conseguiu uma nomeação.

A deterioração ao longo dos mandatos

Essa dinâmica do presidencialismo de coalizão colapsou nos mandatos da presidente Dilma Rousseff. O apetite fisiológico exigiu nacos do governo cada vez maiores, os quais Dilma não teria como ou não estava disposta a entregar. Com o impeachment e a assunção de Michel **Temer**, o sistema foi reacomodado, voltando a se basear na centralidade do MDB.

Porém os escândalos em série da última década e o desgaste do governo **Temer** estilhaçaram o centro político no Parlamento. A eleição de 2018 o encontrou em frangalhos e abriu espaço para a extrema direita que o negava, tendo como símbolo o que chamou de "nova política".

Inicia-se o governo Bolsonaro com a negação não apenas daquela política, mas de qualquer política. Seu despreparo tentou fazer crer que a legitimidade de um presidente eleito implicava uma espécie de direito imperial e a irrelevância do Legislativo. O presidente plenipotenciário governaria acima dos Poderes, o Congresso seria irrelevante. E o Supremo que se enquadrasse, pois poderia ser fechado "por um cabo e um soldado".

Sendo, contudo, uma máquina de criar crises e com tantos problemas externos ao governo, Bolsonaro se deu mal. Ao final, precisou da blindagem do centrão para protegê-lo de escândalos que afetavam a si e a membros de sua família. E o centrão se fez, aos poucos, proprietário do governo, controlando seu coração e os ministérios mais relevantes. Tomando para si uma grossa fatia da administração do orçamento da União.

No governo **Temer**, por exemplo, a Casa Civil trabalhava pela agenda do Executivo, e a negociava com o Legislativo. No governo Bolsonaro, próceres do centrão foram nomeados para a Casa Civil e a Secretaria de Governo, e transformaram a agenda do Executivo em agenda do centrão.

Houve quem enxergasse nisso os sinais de parlamentarismo ou de um semipresidencialismo. Engano. O que se socializou foi o bônus, não o ônus,

de ser governo. Uma situação de "nem presidencialismo, nem parlamentarismo", apenas apropriação de poder e benefícios.

Foi nessas circunstâncias que se deu a eleição de 2022 e a posse do presidente Lula que, como apontou o cientista político Sérgio Abranches, está demorando a se dar conta de que a relação do presidente com o Congresso mudou.

A aprovação da **Reforma Tributária** não seria sinal de que o sistema ainda funciona?

Analistas que naturalizam essa dinâmica de deterioração, e argumentam que o sistema continua funcionando bem, podem arguir que o país acaba de aprovar sua **Reforma Tributária** e ela deve colaborar imensamente para o crescimento econômico, já e nos próximos anos. Isso seria uma demonstração de que o Executivo ainda consegue fazer avançar sua agenda.

Ocorre que a **Reforma Tributária**, assim como a previdenciária ou outros temas emblemáticos, como a privatização da Eletrobras, a autonomia do BC ou o marco legal do saneamento, chamam muita atenção do debate público, e ficam sob escrutínio da imprensa e de especialistas. Têm alta visibilidade.

Articular a aprovação desse tipo de medida agrega capital político para os líderes do Legislativo. Ajuda, inclusive, a melhorar a imagem daqueles sob pressão de acusações de corrupção e clientelismo, como no caso atual do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Além disso, são matérias que foram objeto de trabalho de técnicos de governo e da sociedade civil, geraram debate público, aprimoramento no desenho legislativo e convencimento da população.

Portanto, nesses temas emblemáticos, chamados de "pauta do país" e não "pauta do governo", continua a haver espaço para ação cooperativa e resultados positivos. Ainda que a aprovação sempre venha ao custo de inserção de inúmeros jabutis para atender interesses específicos, de mitigação dos efeitos das reformas e da liberação de emendas parlamentares.

Por outro lado, quando se trata de pauta menos visível, do dia a dia do Congresso, os interesses organizados estão cada vez mais fortes. Uma breve pesquisa nas matérias em pauta nas últimas semanas é instrutiva.

Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), aprovou-se a prorrogação da desoneração da folha para setores escolhidos -política cuja ineficácia e cujo alto custo fiscal já foram atestados em vários

estudos- e, de quebra, incluiu-se a redução da contribuição previdenciária para municípios com menos de 156 mil habitantes (PL 334/23).

O PL 132/19 propõe alteração do regime de recuperação fiscal dos estados para permitir a concessão de benefícios fiscais. O PL 2620/19 cria incentivos fiscais para ações e serviços de cardiologia, enquanto o PL 6020/19 amplia os incentivos do Programa Rota 2030, de subsídio à indústria automobilística, a título de estimular a pesquisa sobre veículos elétricos.

Abundam os projetos que aumentam a rigidez do orçamento e dificultam o equilíbrio fiscal, como o PL 77/22, que protege os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) de contingenciamento, com parecer positivo na CAE, ou o PL 920/23, pronto para votação no plenário da Câmara, que vincula receitas de multas e compensações ambientais ao Fundo Nacional de Calamidade Pública.

Também pronto para votação no plenário da Câmara, o PLP 108/21 eleva o limite de faturamento para enquadramento de pessoas no programa Microempreendedor Individual (MEI). O MEI fracassou em estender o atendimento previdenciário aos mais pobres, é fonte de crescente déficit previdenciário, e sua ampliação se dá sem uma avaliação técnica minimamente balizada.

Há, ainda no plenário da Câmara, proposta de subsídios cruzados para custear tarifa social de água e esgoto (PL 9543/18), com distorção de preços relativos e opacidade no custo da política pública.

As pautas das comissões da Câmara têm diversas propostas de pisos salariais para categorias profissionais que conseguem fazer avançar os seus pleitos, além de excentricidades, como o financiamento subsidiado por banco público para a compra de carros por professores da educação básica (PL 233/23), ou a isenção de IPI e imposto de importação na compra de material de construção e obras de arte para decoração de templos religiosos (PL 181/15).

Dezenas de outros projetos que socializam custos e privatizam benefícios, prontos para votação em comissões ou plenário das duas casas legislativas, poderiam ser citados. Obviamente nem todos prosperarão, mas muitos se tornarão lei, e continuarão a corroer as contas públicas, a induzir concentração de renda e má alocação de capital.

Como um conta-gotas pingando diuturnamente, vão envenenando o equilíbrio fiscal, a qualidade das

políticas públicas e, com isso, reduzindo o potencial de crescimento econômico e melhoria social.

Quando aprovados, dificilmente são revogados. Os que têm prazo de validade são sistematicamente renovados, a exemplo da isenção fiscal para hotéis, restaurantes e outros serviços do setor de eventos (lei 14.592/23), que de programa emergencial para o período da pandemia vai se tornando permanente, assim como ocorreu com a desoneração da folha. Ou o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que o Executivo já tentou extinguir quatro vezes.

Desapercebidamente, enquanto recebe aplausos por aprovar reformas muito visíveis, o Parlamento continua a tocar a pauta de interesses restritos e a se alimentar de emendas e outras verbas públicas.

Não há solução fácil

Com isso, o presidencialismo de coalizão vai sobrevivendo, cada vez mais custoso e com menos capacidade de promover progresso econômico e social.

Mudar essa realidade não será simples. Não existe uma "**reforma política**" mágica. Por exemplo, esperava-se que a minirreforma de 2017 levaria à redução do número de partidos ao longo do tempo, e que isso facilitaria a formação de coalizões, diminuindo os custos de transação.

De fato, os partidos estão se fundindo ou formando federações, mas a fragmentação no interior de cada legenda tem aumentado. Não há unidade e sobra indisciplina.

Direções não conduzem processos e tampouco fazem valer, a seus parlamentares, acordos celebrados com o Poder Executivo. Esse efeito não antecipado mostra como é difícil reorientar incentivos e melhorar a qualidade do processo decisório.

O sistema político brasileiro impõe custos elevados à economia e à sociedade. Temos como resultado desequilíbrio fiscal crônico, taxas de juros elevadas para que a prodigalidade fiscal não se transforme em **inflação**, baixa produtividade, altos custos de transação e riscos variados. Desde os anos 1990, a nossa renda per capita patina em torno de 25% da renda per capita dos EUA. Não conseguimos escapar da armadilha da renda média.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50353>

Pochmann no IBGE - CELSO ROCHA DE BARROS

CELSO ROCHA DE BARROS

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História".

Lula nomeou Mareio Pochmann presidente do IBGE, órgão ligado ao Ministério do Planejamento de Simone Tebet. Alguns observadores viram na nomeação um esvaziamento dos poderes da ministra e/ou uma tentativa de virar o governo à esquerda.

A tese da "virada à esquerda" está errada. Se Pochmann tivesse sido indicado para mudar a política econômica, o enfraquecido teria sido Haddad, não Tebet. O PT até pode sabotar a presidenciável dos outros, mas não teria porque sabotar o próprio.

Na verdade, o episódio ganhou destaque porque Tebet e Alckmin são os grandes fiadores da adesão de setores do centro liberal ao governo.

Com a imposição de Pochmann a Tebet, surgiu a suspeita de que o PT já estivesse antecipando a briga eleitoral de 2026 e rompendo com a "Frente Ampla".

Parece mais provável que Lula tenha apenas recompensado um aliado de longa data com um cargo importante. Não era fácil encaixá-lo no governo: dar a Pochmann um cargo no Ministério da Fazenda teria, aí sim, criado um boato plausível de mudança na orientação geral do terceiro governo Lula.

O IBGE não tem qualquer influência sobre a política econômica e se adequa mais ao perfil acadêmico de Pochmann. O economista é um especialista em economia do trabalho, não em macroeconomia. Sua participação no debate sobre a "Nova Classe Média" nos anos 2000, foi relevante.

Mas não resta dúvida de que Pochmann é um economista controverso. Quando foi presidente do Ipea, teve conflitos com os técnicos do instituto que os outros indicados por Lula e Dilma para presidirem o órgão não tiveram. Além disso, em diversas oportunidades, defendeu políticas econômicas inviáveis, sempre no espírito de "puxar a discussão para a esquerda" Em mais de um momento,

Pochmann pareceu corresponder à caricatura do economista de esquerda para quem a inflação nunca é de demanda, o momento do ciclo econômico sempre exige mais gastos públicos e todo crescimento econômico é explicável por alguma obra que o governo fez.

Pode apostar; não interessa o que Haddad faça pelo ambiente econômico, vai ter gente na esquerda dizendo que qualquer crescimento que venha terá sido causado por; sei lá, uma estátua em homenagem ao pirarucu feita pelo ministro da pesca que, vejam só, teve multiplicador fiscal de um trilhão.

Veremos como Pochmann se sairá agora que não tem mais que "puxar a discussão" para lugar nenhum, mas sim encerrá-la com decisões orientadas para resultados práticos.

O que me surpreendeu foi saber que teve gente criticando Tebet por continuar no governo depois da nomeação de Pochmann. Sair teria sido um erro terrível: o governo começou a dar certo, as resistências no empresariado diminuíram, os bons resultados econômicos estão chegando.

Depois de aguentar o estresse inicial do governo, Tebet deveria entregar seu ministério para algum sujeito do centrão que votou em Bolsonaro em 2022? Depois de o próprio Tarcísio apoiar a **reforma tributária**, vocês querem me convencer que Tebet deveria passar para a oposição?

Suspeito, inclusive, que muita gente criticando Tebet já deve estar em processo de racionalização da opção Tarcísio, cujas dificuldades de acomodar o centro a turma parece mais disposta a fingir que não está vendo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50353&maxTouch=0&_ga=2.46141479.1874356146.1690612473-1644899852.1665094077&anchor=6480914&pd=fbbf68c15e614497630c5812ae4cf728

Temos todo o interesse na participação de parte do PL no governo Lula

Julia Chaib e Thiago Resende

ENTREVISTA

Julia Chaib e Thiago Resende

Brasília Responsável pela articulação política do governo, o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) avalia que o Planalto saiu vitorioso nos seis primeiros meses na relação com os presidentes da Câmara e do Senado. Ele diz que agora é preciso aprimorar a base de apoio no Congresso.

Segundo ele, o presidente Lula (PT) pretende consolidar a entrada no governo de PP e Republicanos e definir os espaços que vão ocupar no ministério. Em entrevista à Folha, Padilha acena ainda para a entrada de setores do PL -partido de Jair Bolsonaro- em cargos de segundo escalão e nos estados.

Ele rechaça que essas negociações por cargos sejam "to-malá, da cá" e afirma ser legítimo que parlamentares possam influenciar no destino de emendas e verbas do governo.

* Qual a sua avaliação sobre a articulação no primeiro semestre? Nós conseguimos aprovar todas as cinco prioridades. São como as cinco pontas da estrela do PT.

A primeira era conseguir garantir presidentes da Câmara e do Senado que se comprometeram e foram decisivos para estancar o golpe do dia 8 de janeiro. Conseguimos reestruturar dezenas de medidas provisórias feitas pelo Bolsonaro para que não gerassem pau-ta-bomba nem perpetuar lógicas terraplanistas do governo anterior. A terceira prioridade foi reorganizar o Orçamento com a PEC [Proposta de Emenda à Constituição] da Transição. A quarta ponta foi recriar os programas sociais. A quinta foi aprovar o marco fiscal e a **Reforma Tributária**.

E qual a previsão para o segundo semestre? Concluir o que resta da **Reforma Tributária**. Estou otimista que vamos até o final do ano ter concluído, nas duas Casas, pelo menos a parte constitucional.

Também temos que consolidar a presença da frente

política dentro do governo, saudando a possibilidade de parlamentares que representam bancadas de partidos que tiveram compromisso conosco para que eles possam participar do governo.

Isso inclui o PP e Republicanos? Sim. As bancadas desses partidos ofereceram, indicaram diretamente a mim e ao presidente Lula, a possibilidade de terem parlamentares compondo o governo, o primeiro escalão.

Mas estou falando também de outros partidos, de outras bancadas que não necessariamente oferecem parlamentares no sentido de compor o primeiro escalão, mas que têm disposição, seja nos estados, seja em outros espaços, de compor o governo. Temos toda a intenção de ter essas bancadas junto conosco.

O senhor se refere ao PL? No caso do PL, nós temos um conjunto de parlamentares que, até por afinidade nos seus estados, por posicionamento de não passar pano para os atos terroristas no dia 8 de janeiro, por ter votado tanto a **Reforma Tributária** quanto o marco fiscal e a retomada dos programas sociais. E temos todo o interesse em interagir, sobretudo nos estados, com a participação deles no governo.

Essas negociações podem ser consideradas como um "to ma lá, dá cá"? Eu vejo como uma consolidação de uma frente política que já se expressou desde a PEC da Transição. Não tinha nem governo, não tinha nem cargo, não tinha nem ministério e essas forças políticas já contribuíram. Depois, esse grupo foi decisivo e firme no dia 8 de janeiro.

O governo recebeu críticas de parlamentares e também teve derrotas no Congresso, como a instalação da CPI do MST e a nos decretos de saneamento. E agora trocas no ministério. Houve falha na articulação política? É muito raro um time ser campeão invicto no campeonato. É uma situação excepcional. Num campeonato você ganha, você empata, você perde dentro de casa.

Legendas como MDB, União Brasil e PSD já receberão^ ministérios cada. O governo errou na escolha e na distribuição dos ministérios? A composição na largada foi adequada para aquele momento político e nos ajudou a ganhar essa etapa do campeonato.

Vai ser um ministério para o PP e um para o Republicanos? Não está definido isso. Essas duas bancadas indicaram um deputado cada. Essas definições vão se configurar a partir do retorno do mundo político a Brasília, a partir de agosto. O que tem certo é a disposição do presidente de incorporar essas duas forças políticas.

O sindicatos foram Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA)? Há objeções a eles no governo? Não. Nenhuma objeção por parte do governo, do presidente Lula, a esses nomes. Não tem uma definição de espaços a ocupar. O presidente gosta de conversa olho no olho.

Qual é o número da base? Nossa relação [com o Congresso] não é [de] contar gado. Nossa relação é o encontro de agenda política de temas prioritários e de aprovação.

Tem coisa que a gente precisa de mais de 308 votos para aprovar e a gente vai construir essa base, como nós fizemos nesse primeiro semestre.

Quais ministérios estão realmente blindados? O presidente já falou de algumas situações específicas que são ministérios que não foram compostos por forças políticas partidárias. Citou o exemplo da Saúde. Mas não tem definição do presidente sobre a reorganização, quais ministérios ele pretende discutir.

Na reforma, pode haver redução no número de mulheres, que na verdade já não é tão alto. Pelo contrário, o esforço do presidente tem sido sempre de ampliar a presença e a participação de mulheres no governo e vai continuar sendo isso.

Qual é a chance de PP ou Republicanos assumir o Ministério do Desenvolvimento Social? Não tem esse debate ainda, só deve começar a partir de agosto, quando Lula se reunir com as lideranças partidárias. O que ele deixou muito claro, mais de uma vez, é que é um ministério que faz parte do coração do governo.

Tem decisão se será alguém do PT nesse Ministério? Não. O que tem da fala do presidente Lula é que é um ministério que faz parte do coração do governo e quem ocupar a li vai ter que ser alguém com esse compromisso.

Quando candidato, Lula criticava o poder excessivo do Arthur Lira, mas o que a gente vê ainda é uma dependência grande dele. Por que não conseguiram mudar? Com essa relação que temos tanto com o presidente Lira, quanto com o presidente Pacheco, aprovamos aquilo que era necessário aprovar para o país.

Fomos vitoriosos nesse primeiro semestre. Construindo uma nova relação, de diálogo, às vezes de mediações, conseguindo aprovar aquilo que era prioritário para nós.

Lira exerce muita influência sobre as emendas, apesar de as emendas de relator não existirem mais. Na prática, ele mantém o controle sobre as emendas que passaram para recursos de ministérios, as chamadas verbas extras? Não, pelo contrário, houve uma mudança profunda em relação a isso. Você teve um aumento das emendas impositivas, com um calendário pré-definido. Às vezes você pode ter uma coincidência de uma votação acontecer naquela semana onde estava programado o empenho para determinada emenda.

Agora, até porque sou deputado eleito, sei o quanto que muitas vezes o parlamentar conhece uma realidade local, um tema, às vezes melhor do que um técnico de determinado ministério. É um governo [que] a gente orienta sim os ministérios, que estejam abertos a ouvir propostas, a receber proposta dos parlamentares, de presidentes de comissão.

Sobre o que era emenda de relator e virou recursos dos ministérios, o governo pretende divulgar os beneficiários? Você está falando de uma coisa que não é emenda. Agora, os ministérios sempre têm que perseguir como melhorar a transparência.

O Planalto deve apoiar algum candidato na sucessão de Lira e Pacheco? Nem o presidente Arthur Lira, nem quem pretende vir a ser presidente da Câmara querem antecipar essa discussão. Não é o Planalto que vai antecipar

""Essas duas bancadas [PP e Republicanos] indicaram um deputado cada. Essas definições vão se configurar a partir do retorno do mundo político a Brasília, a partir de agosto. O que tem certo é a disposição do presidente de incorporar essas duas forças políticas

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50353&maxTouch=0&_ga=2.46141479.1874356146.1690612473-1644899852.1665094077&anchor=6480914&pd=fbbf68c15e614497630c5812ae4cf728

Confusões ideológicas - BRASIL S/A

POR JULIANA BORRE

A economia começa a dar sinais de vitalidade, depois do desgaste dos dogmas ultraliberais que quase levaram o setor público ao colapso por falta de recursos e de gente qualificada pela ideologia de que o Estado é "do mal" e promotor de "gastança", segundo seus ideólogos.

Estado balofo e capturado por interesses oportunistas tem mais a ver com a disfuncionalidade de sua governança e dos eleitos para governá-lo do que com a sua natureza. Por analogia, um condomínio residencial em ruína é resultado de zeladoria inepta e, sobretudo, da omissão dos moradores. Áreas comuns funcionam com regras e gestão supervisionada.

A mudança de governo implicou maior interesse pela governança do que existe para servir diretamente a quem depende, entre outros serviços, de saúde pública e a previdência universal. Mas governar também exige cuidar das contas públicas, com foco em sua estabilidade, e antecipar (planejar, melhor dizendo) as tendências da transformação produtiva e os seus impactos sobre a geração de empregos e a mobilidade social.

Embora com falhas na educação, no **INSS**, ainda às voltas com as filas de espera por perícia médica e atenção aos pedidos de aposentadoria, a gestão federal dos serviços sociais melhorou em apenas um semestre, como atestam as pesquisas de opinião sobre a aprovação do governo. Já quanto à economia há controvérsias, mas mais políticas que técnicas.

A ortodoxia do Banco Central, reverenciada pelos traders de papéis do Tesouro e com ampla cobertura editorial, é ideologia na veia, por exemplo. A gestão monetária é tratada como exemplar, apesar de o IPCA já estar em 12 meses até julho abaixo da meta central definida para o ano todo (respectivamente, 3,19% versus 3,25%), enquanto a taxa Selic segue estacionada em 13,75%, com tendência de retrain em conta-gotas.

Isto implica juro real de 10,20%, o que expulsa os negócios lícitos do mercado de crédito. O IPCA-15 de julho teve queda de 0,07%. Deflação significa economia na antessala da recessão. A **inflação** de serviços recuou e a difusão dos aumentos ficou abaixo de 50%.

Muito estranho em tal cenário falar em méritos. Mas foi

essa uma das razões da agência de risco Fitch, ao lado do "arcabouço" de ajuste do orçamento de gastos federais, para elevar a nota de crédito do país. Soou como advertência contra qualquer ação em prol do crescimento.

Convergência de modelos O que divide as opiniões, com implicações no Congresso, nas reformas econômicas, na postura do governo e no ânimo do empresariado, está no papel do Estado vis-à-vis o capital privado. Pela ótica neoliberal, o Estado é mínimo e, no máximo, regulador dos negócios. Pelo viés mais socialdemocrata, deve amparar os mais pobres e induzir o investimento sem comprometer o equilíbrio fiscal. A esquerda enfatiza menos o lado fiscal e admite o Estado controlador de atividades empresariais.

Os governos Lula oscilaram entre as duas últimas vertentes, tendendo mais à esquerda com Dilma. De **Temer** a Bolsonaro, tentou-se encolher o Estado e enxugar os benefícios sociais. Em todos estes momentos, não se deu ênfase à macroeconomia pró-crescimento, enquanto no mundo, em especial nos EUA e, com atraso, na Europa, há uma convergência com o modelo asiático de desenvolvimento, que põe a indústria e a economia do conhecimento no topo das atenções. Há uma ironia nesse movimento.

O modelo asiático, a rigor, se inspira no New Deal dos EUA, lançado para tirar a economia da grande depressão, e no dirigismo estatal à la Keynes no pós-guerra. Era o que se fez no Brasil dos anos 1950 a 1980, tendo sido referência para a política de abertura da China.

A catarse necessária Estas sínteses nunca foram assimiladas no Brasil depois da debacle do regime autoritário. A questão mal-entendida é que tipo de economia resultou de quatro décadas de asfixia do desenvolvimento a partir do colapso, nos anos 1980, do investimento bancado por dívida externa.

A ênfase na geração de divisas mirou a agropecuária e a mineração e descuidou da indústria de transformação, que ainda se estruturava, apesar de, à época, ser maior e mais complexa do que a da China e da Coréia do Sul. Sem uma catarse sobre porque nos perdemos, semelhante à iniciada nos EUA por Trump e aprofundada por Biden - keynesiana na ação e conservadora na essência - continuaremos patinando. Estado não é problema, é solução, se bem-gerido, o que aqui está longe de ser.

A economia legada nestas décadas é pouco elaborada, como se deduz da leitura dos novos investimentos. O país começou a explorar lítio, um mineral estratégico para as baterias que movem os veículos elétricos, que condenam o motor a combustão ao passado, e os painéis de geração de energia solar. Tais empreendimentos repetem o modelo extrativista.

O lítio é exportado sem processamento, enquanto a cadeia automotiva no país não fará o salto tecnológico em curso nas matrizes e em suas principais subsidiárias sem a retaguarda de baterias, além de insumos eletrônicos também importados. A energia limpa solar e eólica abriu a oportunidade de produção do chamado hidrogênio verde, mas se cogita exportá-lo para a Europa, em vez de aproveitar sua abundância a baixo custo para incentivar indústrias de última geração no Nordeste.

Falta estratégia moderna Lula sabe que o desenvolvimento requer indústria forte e inovação digital, ambas impulsionadoras das atividades de serviços. Estes não prosperam sem aquelas, ao contrário do que diz a ortodoxia ainda em voga no Brasil. Sem indústria, o consumo se torna dependente de gasto eleitoral que a ortodoxia abomina, ao implicar emissão de dívida, mais carga tributária e financismo ocioso. Assim estamos há 40 anos.

O resultado aparece num estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria, CNI, segundo o qual quase metade do maquinário em uso no Brasil é obsoleta, com idade média de 14 anos. Essa é a demonstração da chamada histerese, termo emprestado da física: décadas de baixo crescimento deformaram nossa base produtiva de modo que ela diminui, segue encolhendo e não volta à situação em que se achava ao começar a longa estagnação, na ausência de políticas realistas.

Macroeconomia distante de estratégias voltadas ao crescimento movido pelo investimento em inovação tecnológica e sistemas de gestão leva à situação captada pela CNI. E as medidas microeconômicas citadas como antídoto, tipo **reforma tributária**, abertura comercial e educação, não bastam sem o suporte por anos a fio da prioridade da construção tanto de oferta como de demanda (inclusive externa), com custo de capital, tributação e taxa cambial direcionados pelo objetivo.

O que talvez careça à formulação do desenvolvimento no país é deixar explícito que bancos estatais e subsídios maciços são dispensáveis. O modelo de renascimento industrial nos EUA prevê aportes públicos com fundos privados, compromissos sociais e

ambientais e regra de saída.

Esclareça-se desde já que tal programa de longo prazo orientado pelo investimento e produtividade é uma formulação tanto dos conservadores quanto dos progressistas do arco ideológico nos EUA. Ideias obsoletas à esquerda e direita turvaram, entre nós, o raciocínio estratégico.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/30/all.pdf>

Acordo com o Centrão ressuscita a velha política de conciliação - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Com o fim do recesso do Congresso e do Judiciário, a política nacional retoma seu curso com dois fatos relevantes na largada. Primeiro, a conclusão do processo de aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, que ainda dependem de votações na Câmara e no Senado, respectivamente. Segundo, a retomada dos trabalhos do Judiciário, que tem na ordem do dia a conclusão do chamado inquérito das fake news, que investiga os responsáveis pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

É neste contexto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negocia a incorporação do Centrão ao governo, o que provocará um realinhamento de forças na Esplanada, sob a égide da velha "política de conciliação". Também é neste cenário que o novo ministro do Supremo, Cristiano Zanin, tomará posse, na quinta-feira. Será o principal interlocutor de Lula nos bastidores da Corte. Em outubro, o ministro Luiz Roberto Barroso assumirá a presidência do STF, no lugar da ministra Rosa Weber, que se aposentará. É adversário figadal do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Voltemos às mudanças na Esplanada. Lula finge desconhecer o Centrão, mas a tese de que não existe é apenas um subterfúgio de narrativa. O acordo com o PP, de Ciro Nogueira (PI), e o Republicanos, do deputado Marcos Pereira (SP), sob a liderança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é uma aliança com um partido conservador e oligárquico, de um lado, e os setores evangélicos ligados ao bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus.

Essa aliança isola Bolsonaro no Congresso e bloqueia o surgimento precoce uma candidatura de centro-direita robusta para 2026, no caso a do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que pode trocar o Republicanos pelo PL de Valdemar Costa Neto, partido de Bolsonaro.

A coalizão preserva as práticas fisiológicas e patrimonialistas do Congresso, uma das faces do

nosso iberismo, e mais uma vez resgata a velha "política de conciliação" que uniu liberais ("luzias") e conservadores ("saquaremas") no Império, a partir do gabinete do Marques do Paraná (1853), o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão. Seu objetivo era conciliar as ações políticas dos dois partidos do Império, o Conservador e o Liberal, em torno de interesses comuns ? no caso, a manutenção da escravidão, que somente foi abolida em 1888.

Para o notável historiador cearense Capistrano de Abreu, a "política de conciliação" era um "termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época". Capistrano se dedicou ao estudo do Brasil colonial. Sua obra Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil ainda hoje explica muita coisa sobre a nossa formação política e cultural. São Paulo Mas essa não é a opinião dominante na política nacional. Conservador e monarquista, o político e diplomata pernambucano Joaquim Nabuco escreveu duas obras monumentais: O Abolicionismo (1883), fruto de suas pesquisas no British Museum, de Londres, e os três volumes de Um Estadista no Império (1897-1899), dedicada ao seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, autor de um dos mais célebres discursos da história do Senado ? "A ponte de ouro", no qual se coloca em oposição aos liberais na província de Pernambuco, mas aceita participar do gabinete de maioria liberal de Paraná, por lealdade ao imperador Dom Pedro II.

Nabuco justifica assim a "política de conciliação": "O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na ideia de identidade, de permanência; tem, no fundo, a superstição chinesa ? que não se deve deitar abaixo um velho edifício, porque os espíritos enterrados debaixo dele perseguirão o demolidor até a morte".

Isso é recorrente na nossa política, que arrasta as correntes do passado. O patrimonialismo, cuja mais nova versão é o Orçamento Secreto, parece uma fatalidade.

O acordo de Lula com Centrão garantirá sua

governabilidade e apoio às reformas econômicas que contam com amplo apoio empresarial. Entretanto, representará um bloqueio a mudanças mais profundas e estruturantes, que dependam de aprovação pelo Congresso. A agenda de direitos humanos e social, além das pautas identitárias, não terão vez na base governista ampliada. Nesses quesitos, o governo só poderá avançar administrativamente, mas sem contrariar a maioria do Congresso.

No Império, "luzias" e "saquaremas" dividiam o gabinete, juravam lealdades ao imperador e se digladiavam nas províncias em disputas pelo poder. É o que vai acontecer com o PT e seus aliados, e o Centrão nas eleições municipais. O melhor exemplo é o caso da Prefeitura de São Paulo. Lula fez um acordo com Guilherme Boulos (PSol) para receber seu apoio nas eleições passadas. Agora, terá que apoiá-lo.

Candidato à reeleição, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) busca o apoio de Tarcísio e Bolsonaro para remover a candidatura de Ricardo Salles (PL-SP) e se tornar única opção à direita nas eleições da capital paulista.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/30/all.pdf>

Consórcio Lula-centrão tem 374 votos na Câmara, mas sofrerá dissidência

Ranier Bragon e João Gabriel

Brasília O Congresso Nacional retoma os trabalhos nesta terça-feira (1) em meio às negociações do presidente Lula (PT) para fechar um acordo com o centrão que lhe garanta uma base sólida na Câmara dos Deputados.

As conversas já levaram o deputado Celso Sabino (União-PA) para o Turismo e devem conduzir os também deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicano s-PE) para o primeiro escalão de Lula.

A possível adesão de PP e Republicanos, aliada à consolidação do apoio da União Brasil, levaria o governo a contar formalmente com 374 dos 513 deputados, número mais do que suficiente para aprovar emendas à Constituição (308) -mas esse é um cenário ainda completamente incerto, por dois motivos.

O primeiro é o fato de o centrão não ter ainda firmado com Lula os termos do acordo, que além do comando de ministérios envolvem também uma profusão de cargos de segundo e terceiro escalões e melhorias na gerência das emendas parlamentares.

O segundo é que mesmo que Lula faça uma **reforma ministerial** a contento de PR Republicanos e União Brasil, certamente haverá dissidências nessas legendas, além das previstas nos dois outros partidos de centro e de direita considerados mais alinhados, o MDB e o PSD.

Membros do centrão ouvidos sob reserva demonstraram otimismo quanto ao acordo. Entendem que, mesmo com possíveis dissidentes, o governo caminha para estreitar laços com a Câmara e consolidar uma base com margem de manobra.

Eles lembram, entre outros pontos, que o governo recentemente fez acenos ao setor do agro, por exemplo com o novo plano Safra, o que pode ajudar a diminuir a resistência na principal bancada do Congresso, a ruralista, e também na dos evangélicos.

As pautas de costume e de segurança pública, por outro lado, são avaliadas como as mais sensíveis para essa possível nova base, que pode enfrentar um

grande número de dissidentes.

Com isso, o governo deve continuar a enfrentar o cenário do primeiro semestre, em que contou com maior boa vontade do centrão para projetos da área econômica de agrado do mercado e do empresariado, mas sem muito espaço para temas historicamente caros à esquerda.

Lula derrotou Bolsonaro em 2022 pela margem mais estreita da história -50,9% dos votos válidos contra 49,1%- e, além disso, viu a base de esquerda reunir apenas cerca de 130 das 513 vagas na Câmara.

No Senado, a situação é mais confortável tendo em vista o maior alinhamento do petista ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o apoio de parlamentares influentes, como Renan Calheiros (MDB-AL), Jader Barbalho (MDB-PA) e Davi Alcolumbre (União-AP). Tanto é assim que um possível acordo com PP e Republicanos visa a Câmara e não o Senado, já que por lá a maior parte das dez vagas dos dois partidos são de bolsonaristas que dificilmente vão aderir, como Ciro Nogueira (PP-PI), Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Damares Alves (Republicanos-DF).

As conversas com PP e Republicanos, que compuseram a base de apoio de Bolsonaro, visam atrair, principalmente, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa, e Marcos Pereira, vice-presidente da Câmara e presidente do Republicanos.

No caso de Lira, a indicação de Sabino ao Turismo também o contempla, tendo em vista a ligação fina entre ambos, apesar de o ministro ser da União Brasil. Fufuca e Silvio Costa Filho também são próximos a Lira.

O presidente da Câmara também será contemplado caso o centrão consiga emplacar a ex-deputada Margarete Coelho no comando da Caixa Econômica Federal.

Além de atuar como advogada para Lira em ações que ele tenta censurar reportagens, Margarete foi escalada para relatar alguns dos principais projetos em tramitação na Câmara desde 2021.

Consórcio Lula-centrão tem 374 votos na Câmara,

mas sofrerá dissidência

Lira e Lula entabularam uma relação desde as primeiras horas após a vitória do petista sobre Bolsonaro.

Sem o apoio do chefe do centrão, dificilmente o governo conseguiria aprovar suas prioridades econômicas do primeiro semestre -a **Reforma Tributária**, o arcabouço fiscal e a volta do voto de qualidade para o governo nas disputas no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

Além do empenho de Lira, pesou a favor dessas propostas a articulação política do ministro Fernando Haddad (Fazenda) até aqui considerada exitosa pelos principais líderes do centrão.

O caso do Republicanos é mais delicado. O partido é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, que há algum tempo tem tratado Lula e o PT como rivais, além de abrigarem seus quadros o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos cotados para a disputa presidencial de 2026.

As negociações com o centrão criaram, também, por tabela, um foco de insatisfação nos partidos de esquerda e de centro que compuseram a campanha de Lula e que agora se sentem escanteados.

Embora uma rebelião nessas siglas seja considerada por ora improvável, há um sentimento generalizado de que estão sendo colocados em segundo plano na ocupação dos cargos e discussões de governo.

Assim como no primeiro semestre, a agenda prioritária do governo no Congresso deve ser na área econômica.

O Senado vai começar a analisar a **Reforma Tributária** e o projeto de mudança no **Carf**, aprovados pela Câmara, além de dar início à tramitação da chamada "MP das bets", a medida provisória que prevê a taxa de 18% para as apostas esportivas.

A Câmara irá se debruçar inicialmente na votação do novo arcabouço fiscal do governo, que ela havia aprovado, mas que sofreu alterações no Senado e, por isso, voltou para análise dos deputados.

Lira já afirmou ter intenção de colocar para andar a reforma administrativa, que remodela as regras do funcionalismo mas que, assim como a tributária, é marcada por idas e vindas nas últimas décadas.

O governo, porém, tem outros objetivos mais imediatos na pauta de Haddad, entre eles o projeto de taxa de 18% para as apostas esportivas, que deve ser enviado ao

Congresso em agosto.

Deputados apostam que, apesar de uma resistência inicial até de Lira ao projeto dos super-ricos, ele deve ter o apoio de grande parte da população, o que torna difícil que tenha muita oposição na Câmara.

A pauta ambiental, em que o governo sofreu derrotas, agora se concentra na Câmara, com a tramitação dos projetos sobre licenciamento, agrotóxicos e marco temporal das terras indígenas.

Paralelamente à agenda legislativa, a volta do Congresso também trará de volta ao trabalho quatro CPIs em funcionamento, a do 8 de janeiro, a do MST, a do escândalo de fraude nas apostas esportivas e a do caso das lojas Americanas.

Embora governos sejam, em tese, sempre contra a instalação de CPIs, a gestão Lula não teve forças no primeiro semestre para barrá-las.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50353&maxTouch=0&_ga=2.46141479.1874356146.1690612473-1644899852.1665094077&anchor=6480914&pd=fbbf68c15e614497630c5812ae4cf728

Reforma tributária, JCP e Selic devem balizar Bolsa - BROADCAST DE OLHO NAS AÇÕES

KETRIN SETTO

Agosto começará sob a influência de diversos acontecimentos que devem balizar os negócios na Bolsa, além da temporada de balanços do segundo trimestre de 2023.

Com o fim do recesso parlamentar, recomeçam as discussões sobre a **reforma tributária** no Senado, onde o texto deve sofrer alterações em relação ao aprovado pela Câmara.

A primeira etapa da tramitação motivou alguma volatilidade na Bolsa e, na segunda fase, não deve ser diferente.

É possível que ganhe força a proposta de extinção dos juros sobre capital próprio (JCP), o que, em última instância, vai reduzir o lucro de algumas companhias e prejudicar mais diretamente os bancos e as empresas de telecomunicações.

Outra agenda com potencial de influenciar os negócios é a redução da taxa Selic pelo Banco Central na semana que vem. Caso confirmado, o corte pode favorecer as ações de empresas de varejo, da construção civil e de shoppings, embora analistas alertem que os impactos sobre o consumo e as dívidas das empresas ainda serão modestos.

O investidor deve ficar de olho também nas próximas semanas em um eventual pacote de estímulos pelo governo da China, que beneficia empresas de commodities, especialmente as mineradoras.

Ibovespa

4% a 6% é a queda de lucro das empresas sem o JCP, estimada pela XP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

As críticas do governador de Goiás à Reforma Tributária - MARCOS MENDES

MARCOS MENDES

O governador de Goiás tem sido enfático nas críticas à **Reforma Tributária**. Vale analisar seus principais argumentos, publicados em artigo no Brazil Journal.

Ele afirma, inicialmente, que é uma "reforma feita de cima para baixo", pouco discutida e que "estados e municípios foram aliados da discussão". Ora, a reforma vem sendo discutida há mais de duas décadas, tendo como fórum de debates o Congresso Nacional e o Confaz, ambas instituições com forte representação dos interesses estaduais e municipais.

A preocupação em resguardar estados e municípios está em várias partes do texto: fundo de desenvolvimento regional, transição lenta, preservação dos benefícios fiscais já concedidos.

A sociedade participou, com organizações sem fins lucrativos, entidades de classe, tributaristas, economistas. O texto final da Câmara foi amplamente negociado pelo relator.

O governador também defende a guerra fiscal, alegando que a reforma impede que os estados implementem políticas de desenvolvimento. Compartilha a ideia de que os estados deveriam estar livres para alterar os **impostos** que cobram, visando atrair empresas.

Há quem defenda que Isto induziria os governos estaduais e municipais a serem mais eficientes, pois teriam que atender a demanda por serviços públicos dispendendo de menos receita, limitada pela concorrência com outras jurisdições.

Barry Weingast e outros autores já mostraram, nos anos 1990, que uma das condições necessárias para que a competição fiscal entre estados aumente a eficiência do setor público é que os governos subnacionais arquem com 100% do custo dos benefícios que concederem. Neste caso, haveria um limite a partir do qual o estado ou município não teria de onde tirar dinheiro para financiar suas políticas públicas.

Não é assim no atual regime do ICMS. O estado que concede o benefício não arca com a perda de receita. Ele empurra o custo para os demais estados, nas

transações interestaduais. O estado A permite que a empresa não pague o imposto. Quando esta empresa vende para uma empresa situada no estado B, a empresa compradora vai ter o crédito referente ao imposto não pago, e vai descontá-lo no imposto pago ao estado B. O estado B receberá a menor, em decorrência de benefício concedido pelo estado A.

Com a reforma, os estados poderão fazer competição fiscal, mas terão que pagar o custo dos benefícios que concedem. Isso poderá ser feito pela fixação de uma alíquota menor para o IBS cobrado localmente, ou pela inclusão, no orçamento, de despesas de subsídio a empresas. Ficará mais transparente quem são os beneficiários e quem paga a conta, sem que se empurre o custo para outros.

O governador também afirma que a reforma vai "tirar a autonomia dos estados e municípios", que não poderão ter suas legislações próprias para o novo imposto. Ocorre que a existência de 27 legislações diferentes para o ICMS, cada vez mais complexas, aumenta o custo de pagar **impostos** e o contencioso fiscal.

Uma reforma simplificadora deve unificar a legislação do imposto para todo o país. Certamente haverá redução na liberdade local para legislar. Mas porque a liberdade atual é excessiva, o que nos levou a um sistema caótico.

Por fim, ao contrário do que alega o governador, desconheço evidências de que a guerra fiscal tenha reduzido as desigualdades regionais. O que dados mostram é que a renda per capita do Centro-Oeste se aproximou da do sul-sudeste em decorrência do boom da agropecuária. Uma fórmula clássica de crescimento econômico: inovação tecnológica, abertura para o exterior, desregulamentação e aproveitamento de vantagens comparativas. Incentivos fiscais jogam papel menor, se algum.

Enquanto isso, a renda per capita do Norte e Nordeste não consegue se aproximar da do Sul-Sudeste, a despeito de 70 anos de políticas de desenvolvimento regional e de pelo menos 30 anos de guerra fiscal.

Uma reforma tão ampla tem vários pontos que requerem atenção e suscitam preocupações, como o crescente número de tratamentos privilegiados e

jabutis. Nenhum deles criticado pelo governador.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351>

Prioridades distintas

GABRIEL SABÓIA, SÉRGIO ROXO E ALICE CRAVO
pdítica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Enquanto o Palácio do Planalto negocia uma **reforma ministerial** que vai selar a entrada do PP e do Republicanos no governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o comandante da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cacique de uma das legendas, vêm manifestando divergências pontuais sobre os rumos da pauta no segundo semestre e o ritmo das mudanças na Esplanada. A expectativa é que haja um encontro entre os dois no início da semana para ajustar os ponteiros, como adiantou o colunista Lauro Jardim, do GLOBO.

Nos últimos dias, Lira se contrapôs publicamente à ideia do governo, capitaneada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de enviar ao Congresso uma proposta que vai taxar os "super-ricos". Um dos eixos do novo marco fiscal, que tramita no Congresso, é elevar a arrecadação, e a equipe econômica tem em mãos uma série de medidas neste sentido.

O presidente da Câmara, apesar de afinado com Haddad, avalia que é um "risco político muito grande" abrir um novo flanco no Legislativo no momento em que o Senado vai se debruçar sobre a **Reforma Tributária**. A tendência é que o texto passe por mudanças, o que vai obrigar uma nova análise pelos senadores. Em meio ao impasse, uma ala do governo avalia que o melhor caminho é seguir o "conselho" de Lira, que defendeu a necessidade de "comprar uma briga por vez".

"TRATA-SE DE UM ANSEIO"

No caminho oposto, Lira é um entusiasta da reforma administrativa, tema do qual o Palácio do Planalto quer distância por ora. O projeto elaborado na gestão de Jair Bolsonaro já passou por uma comissão especial da Câmara e está pronto para ser levado ao plenário, mas líderes partidários avaliam que, para ser aprovado, seria necessário que os governistas articulassem apoios e votos com os partidos que já ocupam ministérios.

Entretanto, Lula não indica que a proposta, que tem como objetivo alterar as regras para os futuros servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados e municípios, esteja entre as suas prioridades deste semestre. Durante a semana, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que "não é hora de

discutir" o assunto.

AO GLOBO, Lira afirmou que a necessidade de votar o projeto é fruto da mobilização da sociedade. Ele negou, no entanto, qualquer colisão com o governo: - Baixar as despesas é uma forma de gerar receita. Trata-se de um anseio de mais de cem instituições, mas não quer dizer que eu tenha feito uma pressão. Tratou-se apenas de uma sugestão, uma opinião.

Em conversas privadas, Lira já disse também ser contra a ideia em discussão no governo de acabar com os Juros sobre Capital Próprio (JCP). Trata-se da modalidade por meio da qual empresas podem remunerar seus acionistas. O mecanismo é usado com frequência por instituições financeiras, e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já criticou a possibilidade e afirmou que a medida tornaria o crédito mais caro aos consumidores no país. Haddad, por sua vez, vê a mudança como uma forma de aumentar a arrecadação.

Interlocutores do presidente avaliam que as divergências configuram uma "demarcação de espaço". A avaliação é que Lula, ao contrário do antecessor, Jair Bolsonaro, se mostra mais presente no dia a dia do governo e, apesar da aliança em vias de ser concretizada, não vai delegar ao Centrão a condução da agenda.

- O Lula não conversa com o Centrão como organização. O Lula conversa individualmente. Eu posso conversar com PP, União Brasil, com partidos que são da base. Eu não me reúno com o Centrão, que não existe. É um ajuntamento de uns partidos em determinadas situações. Eu não quero conversar com o Centrão como organização - disse o presidente na terça-feira, durante a live semanal, em um recado sobre as cobranças para que acelere a **reforma ministerial**.

Dentro do Planalto, uma das estratégias traçadas é tirar Lira do papel de articulador da negociação por cargos. Já está certo que os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) serão ministros, mas as pastas que eles vão assumir ainda não foram definidas. O plano é fazer com que as conversas se deem diretamente com os líderes da cada partido.

Integrantes da equipe de articulação política do governo sabem que mesmo com as entradas de PP e Republicanos no Ministério, não serão todas as pautas

que poderão ser levadas à Câmara. A ideia é se concentrar nas áreas econômica e social. Estão na lista de prioridades na segunda metade do ano a votação final do arcabouço fiscal na Câmara, a aprovação da primeira fase da **Reforma Tributária** no Senado e da segunda nas duas Casas, uma série de projetos ligados ao pacote Verde da Fazenda e as MPs do Desenrola, do programa Brasil Sem Fome e do pacote de crédito (as duas últimas ainda a serem apresentadas).

Em alguns casos, como na revisão de pontos da reforma trabalhista, são previstas dificuldades. Lira não tem interesse em colocar o tema em votação. O Ministério do Trabalho discute em um grupo formado por trabalhadores, empresários e governo a elaboração de um projeto para criar novas formas de financiamentos dos sindicatos, já que a reforma do governo Michel **Temer** acabou com o imposto sindical.

PACOTE DA JUSTIÇA

O governo também quer aprovar três projetos apresentados pelo Ministério da Justiça que fazem parte do pacote de segurança pública. Um deles, visto com mais facilidade de ser aprovado, transforma em crime hediondo homicídio e lesão corporal praticados dentro de escolas. Os outros dois são respostas aos ataques de 8 de janeiro e podem enfrentar resistências. O segundo prevê prisão de 20 a 40 anos para quem atentar contra a vida do presidente, do vice, dos presidentes da Câmara, do Senado, de ministros do Supremo e do procurador-geral da República. Já o terceiro aumenta as penas de quem organizar, liderar ou financiar atos antidemocráticos.

A lista de prioridades da Câmara, no entanto, só será fechada na volta do recesso -a previsão é que líderes se reúnam nesta semana para dar o encaminhamento.

As discordâncias eventuais, no entanto, não escondem o fato de que, depois de um início sinuoso na relação, o Planalto enxerga em Lira um nome com quem pode contar. No primeiro semestre, passaram pela Câmara propostas que o governo enxergava como prioritárias, como o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária** -duas pautas supra-partidárias, em que o apoio extrapolava a aliança governista. Também passou, em votação simbólica, o texto que promoveu mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que enfrentou resistências no início da tramitação. Nesta semana, Lira ressaltou o "clima saudável no mundo político" ao tratar da queda da **inflação** e definiu a elevação da nota de crédito do Brasil, dada pela agência Fitch, como uma "importante conquista para a economia do país".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A urgente avaliação dos subsídios (Editorial)

O secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, assumiu a missão de construir uma ferramenta para destrinchar as despesas do governo.

Em entrevista ao Estadão, Firpo disse que seu objetivo é enraizar a cultura de avaliação no governo federal e indicar quais políticas públicas funcionam ou não. "A gente precisa sempre repensar se estamos usando os recursos públicos da melhor forma possível", disse.

O fato de uma declaração tão óbvia receber tamanho destaque só tem sentido quando se considera o peso dos subsídios no País. Eles atingiram a marca de R\$ 581,5 bilhões no ano passado, o equivalente a 5,86% do Produto Interno Bruto (**PIB**), considerando benefícios tributários, financeiros e creditícios.

O resultado já foi pior, alcançando 6,7% do **PIB** em 2015, o maior da série histórica; também já foi melhor, de 4,7% do **PIB** em 2018.

Não é um problema que diz respeito a uma ou outra gestão, mas que transcende governos de diferentes matizes políticos. Um dos dispositivos mais importantes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial era o que obrigava o Executivo a elaborar um plano para reduzir as renúncias fiscais de 4% para 2% do **PIB** em um prazo de oito anos. O governo Bolsonaro, no entanto, não só ignorou o comando constitucional, como elevou os gastos tributários em R\$ 156,2 bilhões de um ano para o outro.

Quando se chega a um nível tão elevado de gastos dessa natureza, não é por acidente. Pressões setoriais quase sempre encontram respaldo no Executivo, como se pôde ver na reedição do programa de incentivo à compra de veículos pelo governo Lula. Se os empresários não encontram ambiente favorável no Executivo, há grandes chances de ter sua demanda atendida no Congresso.

Uma vez que um subsídio é criado, dificilmente ele sairá do Orçamento sem gritaria.

A lógica que o País tem adotado inverte tudo que se espera de uma boa política pública. Por ordem, é preciso ter um bom diagnóstico para identificar o problema e só então formular a política. Depois de implementá-la, é preciso avaliar se a medida produziu os resultados esperados e, eventualmente, ajustá-la ou encerrá-la. O que se costuma fazer é adotar

soluções formuladas pelos próprios setores, sem prazo para acabar e sem qualquer análise sobre sua eficácia.

"Trazer os números é importante, mas trazer os números sem a avaliação das políticas públicas acaba perdendo a relevância", afirmou Firpo, no que tem toda a razão. Sem uma avaliação periódica, todas as políticas públicas, inclusive as ineficazes, acabam por ser eternamente renovadas. "A nossa secretaria está trazendo evidências do que funciona ou do que não funciona. E talvez agora, nesse ciclo orçamentário, algum tipo de evidência possa ser utilizado", disse.

Por coincidência, a entrevista do secretário foi publicada na mesma página da coluna da economista e advogada Elena Landau. Ela trouxe uma relevante avaliação sobre um dos maiores gastos tributários do País: a Zona Franca de Manaus (ZFM). Criada para ser um polo industrial capaz de gerar empregos e preservar a floresta, a região se tornou mera montadora de produtos fabricados em outras localidades, mas deve custar R\$ 55 bilhões em renúncias fiscais neste ano - valor mais de 13 vezes superior a todo o orçamento do Ministério do Meio Ambiente e que, se distribuído aos moradores da capital manauara, chegaria a R\$ 21 mil por habitante, segundo Landau.

Não é a única forma de avaliar os custos e benefícios da Zona Franca de Manaus, e pode não ser a melhor. De qualquer forma, é tarde para fazer qualquer análise sobre a pertinência da ZFM - não só porque a **reforma tributária** não resvala nesses benefícios, mas porque os incentivos da região foram renovados até 2073.

A discussão sobre o peso dos subsídios não é nova, e os números são mais do que conhecidos. Não basta sabê-los.

Avaliar sua pertinência e seus resultados deveria ser obrigatório, mas tampouco é suficiente. Enfrentá-los requer decisões políticas corajosas e coerentes com a realidade fiscal do País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governabilidade de Lula depende de um bom acordo com o Centrão - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Um velho jargão da política diz que um bom acordo, para ser duradouro, precisa ser ruim para todos os envolvidos, mas não tanto que possa ser rompido. No caso da **reforma ministerial** à vista, porém, precisa ser bom o suficiente para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formar uma maioria absoluta na Câmara, ou seja, garantir ao menos o apoio de 257 deputados, o quórum mínimo para aprovação de leis ordinárias. A aprovação de emendas constitucionais, por quórum qualificado, ou seja, por mais de três quintos dos deputados, exige o apoio de 308 deputados. Dificilmente a reforma chegará a isso.

Por essa razão, a decisão de incorporar o PP e o Republicanos ao governo Lula pressupõe saber se realmente esses partidos entregarão os votos de suas bancadas na Câmara, que foram eleitas majoritariamente na base eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não se trata apenas da lealdade dos novos ministros, mas da sua capacidade de amarrar os votos de suas legendas. Essa questão está posta principalmente por causa do União Brasil, cuja bancada majoritariamente votava contra o governo, porque não se sentia representada pela deputada Daniela Carneiro (RJ) no Ministério do Turismo.

Daniela havia sido indicada pelo ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP), juntamente com Juscelino Filho (MA), para o Ministério das Comunicações, e Waldez Góes (PDT), seu aliado na política do Amapá, para o Ministério do Desenvolvimento Regional e da Integração. Daniela foi substituída por Celso Sabino (União-PA), mas nada assegura que o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), e na Câmara, Elmar Nascimento (BA), garantam um apoio monolítico de suas bancadas. O presidente do União Brasil, Luciano Bivar (PE), já disse que não fará parte da base, mas também não fará oposição sistemática. É uma relação, no mínimo, pastosa do União Brasil com o governo Lula.

Se olharmos para as grandes votações na Câmara, veremos que as vitórias do governo foram expressivas quando houve convergência de agendas entre a

equipe econômica de Lula e a maioria conservadora da Câmara, liderada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Na votação do arcabouço fiscal, o Palácio do Planalto teve apoio de 88% da bancada do União Brasil (50 sim x 7 não), 87% dos Republicanos (34 sim x 5 não) e 85% do PP (39 sim x 7 não). No caso da **reforma tributária**, o apoio do União Brasil caiu para 81% (48 sim x 11 não), o do Republicanos subiu para 88% (36 sim x e não) e do PP baixou para 82% (40 sim x 9 não).

O problema é quando a agenda é de interesse exclusivo do governo, que precisa da solidariedade do Legislativo. Na reestruturação ministerial, o apoio do União Brasil caiu para 59% (35 sim x 15 não), do Republicanos para 74% (31 sim x 7 não) e do PP para 69%. A grande incógnita é exatamente essa: qual será o posicionamento do Centrão quando entrar em jogo a agenda social do governo e a questão dos direitos humanos?

Esse é o xadrez que o presidente Lula está jogando.

Setores liberais

As mexidas na Esplanada dos Ministérios têm como pano de fundo essa questão. Em princípio, os ministros indicados são aliados de Lula, que o apoiaram nas eleições passadas: Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) é aliado histórico do PT, como seu pai, que, inclusive, o visitou na cadeia, em Curitiba (PR).

Como se sabe, quem foi solidário com Lula na hora mais difícil está sendo muito bem tratado pelo presidente da República.

André Fufuca (PP-MA), um anfíbio, é aliado de Arthur Lira e do ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB). Muito jovens, ambos dependerão dos caciques de suas legendas para garantir os votos de suas bancadas, além do apoio de Lira.

Uma outra questão é a mudança no caráter do governo Lula, que não tem um programa que unifique a ampla frente democrática que garantiu sua vitória no segundo turno. O programa está na cabeça de Lula e

tem como base a velha agenda de seus mandatos passados, o que descontenta setores liberais que o apoiaram no segundo turno. A fraqueza desses setores no Congresso será compensada, sim, pelo ingresso dos setores conservadores no governo, mas isso significará o bloqueio da agenda da renovação da política e dos costumes. A composição do Congresso representa o resultado das eleições de 2022, é a realidade nua e crua; essa aliança à direita, porém, pode se descolar da real correlação de forças na sociedade, favorecendo o sentimento antissistema.

A oposição de extrema direita está sendo isolada, com o ex -presidente Jair Bolsonaro fora da disputa eleitoral de 2026.

Lula tenta evitar o surgimento de uma oposição de centro-direita robusta. Para isso, precisa esvaziar as pretensões dos setores democráticos que ficaram órfãos da terceira via de anteciparem a disputa de 2026, o que dependerá do bom desempenho da economia.

A forma como pretende articular o novo conjunto de forças que integram o governo dependerá agora de quem sairá dos ministérios. Se a opção de Lula for sacrificar o PT e ministros de sua cota pessoal, compensando-os com outros espaços no governo, é um desenho que favorece a aliança com os setores liberais; se os defenestrados forem os ministros de centro, está consolidada uma coalizão que aposta na continuidade da radicalização política e na cooptação dos setores conservadores com cargos e verbas, apenas, o que é um risco em caso de uma crise econômica provocada por fatores externos, com a alta da inflação em razão da guerra na Ucrânia.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/28/all.pdf>

"Nada mais justo que atender ao presidente"

Edla Lula

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, passou por uma saia justa, ontem, para explicar o porquê de ter que engolir o nome do economista Marcio Pochmann à presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para além da polêmica em torno dos vínculos ideológicos dele, repercutiu mal em Brasília a forma como foi feito o anúncio, sem que a titular da pasta à qual a instituição está submetida tomasse conhecimento.

"O presidente Lula não me fez um pedido até hoje, nenhum pedido dentro do ministério ou fora.

Aliás, ele não me pediu sequer para apoiá-lo no segundo turno", disse a ministra, para justificar que aceitará Pochmann em sua equipe.

"Diante disso, nada mais justo, óbvio, que atender ao presidente Lula, independentemente do nome que ele apresentaria, que ele ainda não havia me apresentado." O anúncio da nomeação do economista, que atualmente preside o Instituto Lula, havia sido feito na quarta-feira pelo ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta. Ao ficar sabendo, pela imprensa, Tebet telefonou para os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

"Confirmei com a Casa Civil, confirmei com o ministro (Alexandre) Padilha se era o nome o qual eles estavam mencionando (na reunião). Eles confirmaram que sim. Agora, o próximo passo é, na semana que vem, marcar uma reunião com o economista e professor da Unicamp Marcio Pochmann", relatou Tebet.

Padilha, acompanhando pela internet os esclarecimentos da ministra aos jornalistas, foi às redes sociais e contemporizou: "Parabéns, ministra Simone Tebet. Tenho acompanhado toda a sua correção neste episódio. Mais uma vez, nossa colega mostrando a seriedade e a firmeza na condução do Ministério do Planejamento".

Repercussão

Tebet se recusou a comentar a repercussão que a indicação causou no meio político e no mercado.

"Não faço prejulgamentos.

Portanto, não vou atender a nenhum questionamento que me façam. Eu já fui muito prejudgada na minha vida profissional.

Eu vou ouvi-lo primeiro", ressaltou.

"Tem um lado que tem falado bem. Outro lado que tem feito questionamentos. Eu não quero saber do passado, eu quero saber do presente", acrescentou a ministra, ao enfatizar que a conversa que terá com Pochmann, antes de empossá-lo, será técnica.

Antes de comandar o Instituto Lula, Pochmann foi presidente da Fundação Perseu Abramo.

No primeiro governo do petista, ficou à frente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por causa desse vínculo estreito com a ideologia de esquerda, a indicação dele foi recebida de forma ácida por economistas mais ortodoxos.

Edmar Bacha, que já presidiu o IBGE e ajudou Tebet a formular a sua política econômica, se disse "inconformado" e qualificou como "desastrosa" a passagem de Pochmann pelo Ipea.

"Lula se recusa a aprender com os próprios erros e nomeia Marcio Pochmann para a presidência do IBGE. Além das ideias retrógradas, Pochmann fez uma desastrosa gestão no Ipea", comentou, também nas redes sociais, o ex-presidente do Novo João Amoedo.

O IBGE é o órgão responsável por apurar importantes indicadores econômicos e sociais, como o Produto Interno Bruto (**PIB**), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Censo geográfico. Os críticos temem que haja manipulação dos dados para atender a interesses ideológicos do governo petista.

O presidente do Conselho Federal de Economia (Confecon), Paulo Dantas, fez uma enfática defesa de Pochmann. "O Confecon não tem nada a ver com iniciativa de qualquer governo, mas entende que essa iniciativa, na medida em que prestigia esse ilustre economista Marcio Pochmann, vem ao encontro da nossa aprovação e do nosso agrado", frisou Dantas, na abertura do seminário Políticas de Estabilização.

"Me incomoda quando vejo informações falseadas colocadas na imprensa. A gestão do professor foi muito diferenciada no Ipea. Basta ver a elevação da produção no Ipea após a gestão de Pochmann", completou o presidente do Conselho Regional de

Economia (Corecon-DF), José Luiz Pagnussat. Segundo ele, "existe no Brasil uma perseguição a economistas com visões mais desenvolvimentistas".

"Não faço prejulamentos.

Eu já fui muito prejudgada na minha vida profissional. Eu vou ouvi-lo primeiro" Simone Tebet, ministra do Planejamento, sobre as críticas a Pochmann

Saiba mais

Queda de braço

A nomeação para a direção do IBGE vinha sendo objeto de uma queda de braço que ocupou, nos últimos dias, as autoridades de Brasília. Há sete meses, o cargo estava sob o comando provisório de um técnico, Cimar Azeredo, que liderou a realização do Censo. O posto não havia sido ambicionado pelo MDB nem cobiçado pelo PT até agora, e a ministra Simone Tebet cogitava escolher um nome de peso da academia para dar verniz ao órgão.

Ministra refuta Aras

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que uma possível recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao cargo seria um "desastre", contrariando posicionamento de petistas que defendem a manutenção do atual PGR. O mandato de Aras termina em setembro e cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicar um nome para o posto.

"Decepcionante (a defesa de aliados ao PT pela recondução de Aras). E, se isso (a recondução) efetivamente acontecer, ao meu ver, seria um desastre. E eu ficaria extremamente decepcionada", disse, em entrevista à jornalista Miriam Leitão, da GloboNews, na quarta-feira.

"Fala alguém que votou, em um primeiro momento, na indicação de Aras, mas votou contra a recondução dele justamente por ver que ele estava fazendo no Ministério Público, que é um órgão de fiscalização e controle da máquina pública, uma gestão de subserviência e de aceno político ao presidente de plantão", argumentou.

Aras foi indicado ao cargo duas vezes pelo então presidente Jair Bolsonaro. Na primeira, em 2019, foi aprovado por 68 votos a 10 no Senado; na segunda tentativa, o placar foi de 55 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção.

O PGR tem virado alvo de críticas cada vez mais duras dos setores que não concordam com sua

recondução ao cargo, principalmente por sua inércia diante de denúncias contra Bolsonaro e na suposta omissão na pandemia de covid-19.

O procurador, entretanto, tem recebido apoio na sua campanha de recondução de membros dentro do PT, como os de seus conterrâneos: o ex-governador da Bahia e ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na tentativa de se manter no cargo, Aras tem feito semanalmente em seu canal no YouTube, desde o início de junho, uma série de vídeos intitulada Principais resultados da gestão de Augusto Aras à frente do MPF. A estratégia, entretanto, não tem obtido o resultado esperado ao conquistar a atenção do público, já que seus vídeos dificilmente passam de 100 visualizações.

Em meio às críticas, Pochmann cita livro

Na primeira aparição nas redes sociais depois da confirmação de seu nome pelo Planalto para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o economista Marcio Pochmann publicou a capa de um livro intitulado O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil.

"Interessante abordagem de como opera a coalizão neoconservadora", escreveu, no Twitter.

O livro, publicado no final de 2021 pela Mórula Editorial, é de autoria de Pâmella Passos e Amanda Mendonça.

Pochmann é professor na Unicamp, escola de linha econômica majoritariamente heterodoxa - que defende o aumento dos gastos públicos e a maior presença do Estado na economia. Também foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre o fim do segundo mandato de Lula e o começo do primeiro de Dilma Rousseff.

Atualmente, preside o Instituto Lula.

A nomeação de Pochmann foi um pedido expresso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que terá prazer em atender ao primeiro pedido pessoal do chefe do Executivo, uma vez que o órgão é subordinado à pasta.

Nos bastidores, porém, a nomeação foi muito mal recebida pelo Planejamento, que vinha apresentando forte resistência ao nome.

Além de uma atuação contestada como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Pochmann acumula opiniões controversas.

O economista, por exemplo, já criticou o Pix, meio de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central - que, seis meses depois do seu lançamento, já tinha ultrapassado o volume de transações da TED e do DOC no país. Em 13 de outubro de 2020, ele publicou no Twitter que, com o Pix, o BC dava "mais um passo na via neocolonial". "Na sequência, vem a abertura financeira escancarada com o real digital e a sua conversibilidade ao dólar.

Condição perfeita ao protetorado dos EUA", postou.

Durante o seu mandato à frente do Ipea, entre 2007 e 2012, Pochmann defendeu uma **reforma tributária** que acabasse com o PIS e a Cofins, dois **tributos** federais que incidem sobre o consumo, e que criasse um sistema para o Imposto de Renda com 12 faixas de cobrança, em vez das duas existentes à época.

O modelo previa a cobrança de uma alíquota de 60% para quem tinha renda superior a R\$ 50 mil mensais. Além disso, ele afirmou que deveria haver a cobrança de 1% de imposto sobre grandes fortunas.

Exploração do espaço

Em entrevista à agência Reuters em setembro de 2021, Pochmann disse que o Brasil deveria apostar na geração de riqueza em frentes às quais dedica pouca ou nenhuma atenção, começando pela exploração do "espaço sideral".

"Brasil não tem GPS. Como podemos dizer que Brasil é país autônomo quando todo seu sistema de informação e comunicação vinculado ao espaço sideral, portanto à internet, depende de empresas que não são brasileiras?", questionou.

Na mesma entrevista, ele criticou a concentração do debate econômico, à época, em temas como a manutenção ou não do teto de gastos e a alta da **inflação**.

"Não quero menosprezar o problema da **inflação**, sobretudo num país como o nosso. Mas estabilizemos a **inflação**, e daí? O que acontecerá? Espontaneamente, virão os investimentos? De onde?

Em que setores?", acrescentou.

No mês passado, Pochmann usou as redes sociais para criticar as reformas trabalhista e previdenciária.

Segundo ele, as mudanças nas leis e o "fiscalismo"

colapsaram o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/28/all.pdf>

Taxar os super-ricos (Fórum dos Leitores)

Vem aí a **reforma tributária** segunda edição. Desta vez será sobre renda e patrimônio. O projeto só será enviado à Câmara em novembro, mas a equipe econômica busca antecipar projetos avulsos para aumentar a taxa de contribuintes do andar de cima, os super-ricos. Na mira do governo, já para agosto, os fundos offshore e exclusivos (Estado, 21/7, B1). No entanto, desde março a ideia de cobrar Imposto de Renda não só no resgate, como é atualmente, mas sim periodicamente, a cada seis meses, veio à tona. Precavidos e privilegiados, grandes investidores resgataram de 1.º de abril a 18 de julho R\$ 27 bilhões. Com este novo alerta (O desafio de taxar os super-ricos, Estado, 27/7, B6), os abonados vão intensificar os saques dos ativos, cujo total é da ordem de R\$ 900 bilhões. O editorial alerta que o governo deve tratar o tema com cautela, para não perder uma importante fonte de arrecadação, mas a sirene já tocou três vezes, insistindo na alteração da tributação. Governos anteriores, **Temer** e Bolsonaro, já tentaram essa proeza, mas foram barrados na Câmara ou no Senado, e não será este governo que obterá sucesso, pois grandes interesses estarão em jogo. Não é preciso ter bola de cristal para adivinhar sobre quem vai recair a conta: nos manés de sempre.

Sergio Dafré sergio_dafre@hotmail.com Jundiaí

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20230722/page/44/textview>

Economista já criticou Pix e queria alíquota de 60% para o IR

BIANCA LIMA e ANNA CAROLINA PAPP

Além de uma atuação contestada como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o economista Marcio Pochmann, indicado agora para assumir o comando do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumula opiniões controversas.

Pochmann, por exemplo, já criticou o Pix, meio de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central - que, seis meses depois do seu lançamento, já tinha ultrapassado o volume de transações da TED e do DOC no País. Em 13 de outubro de 2020, o economista publicou no Twitter que, com o Pix, o BC dava "mais um passo na via neocolonial". "Na sequência, vem a abertura financeira escancarada com o real digital e a sua conversibilidade ao dólar. Condição perfeita ao protetorado dos EUA", escreveu ele.

Durante o seu mandato à frente do Ipea, entre 2007 e 2012, Pochmann defendeu uma reforma tributária que acabasse com o PIS e a Cofins, dois tributos federais que incidem sobre o consumo, e que criasse um sistema para o Imposto de Renda com 12 faixas de cobrança - em vez das duas existentes à época. O modelo previa a cobrança de uma alíquota de 60% para quem tinha renda superior a R\$ 50 mil mensais. Além disso, ele disse que deveria haver a cobrança de 1% de imposto sobre grandes fortunas.

EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO. Em entrevista à agência Reuters em setembro de 2021, Pochmann afirmou que o Brasil deveria apostar na geração de riqueza em frentes às quais dedica pouca ou nenhuma atenção, começando pela exploração do "espaço sideral".

"Brasil não tem GPS. Como podemos dizer que Brasil é país autônomo quando todo seu sistema de informação e comunicação vinculado ao espaço sideral, portanto à internet, depende de empresas que não são brasileiras?", afirmou.

Na mesma entrevista, Pochmann criticou a concentração do debate econômico à época em temas como a manutenção ou não do teto de gastos e a alta da inflação. "Não quero menosprezar o problema da inflação, sobretudo num País como o nosso. Mas estabilizemos a inflação, e daí? O que acontecerá?

Esponaneamente, virão os investimentos? De onde? Em que setores?", questionou.

No mês passado, Pochmann usou as redes sociais para criticar as reformas trabalhista e previdenciária. Segundo ele, as mudanças nas leis e o "fiscalismo" colapsaram o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tebet aceita Pochmann por ordem de Lula e avaliação de IBGE "sem peso"

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, cedeu a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para nomear o economista Marcio Pochmann para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por entender que o órgão responsável por pesquisas como o Censo tem pouco valor no "mercado político". Seus colegas de MDB, partido de Tebet, quando informados da intenção do presidente - comunicada há 15 dias - também avaliaram que a ministra não deveria resistir ao desejo do Palácio do Planalto.

A nomeação para a direção do IBGE (que é subordinado ao Planejamento) vinha sendo objeto de uma queda de braço que ocupou nos últimos dias as autoridades de Brasília. Pochmann é professor na Unicamp, escola de linha econômica majoritariamente heterodoxa - que defende o aumento dos gastos públicos e a maior presença do Estado na economia.

Também foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre o fim do segundo mandato de Lula e o começo do primeiro de Dilma Rousseff. Atualmente, preside o Instituto Lula.

Há sete meses, o cargo no IBGE estava sob o comando provisório de um técnico, Cimar Azeredo, que liderou a realização do Censo. O posto não havia sido ambicionado pelo MDB nem cobiçado pelo PT até agora, e Tebet cogitava escolher um nome de peso da academia para dar verniz ao órgão.

Mas Lula preferiu Pochmann.

Como o presidente ainda não havia feito pedidos por cargos no Ministério do Planejamento, a concessão era o único caminho para a ministra, dizem seus aliados. Eles afirmam acreditar ainda que o recuo ajude a adiar pedidos do PT, que poderiam, aí sim, desestabilizar a condução da política econômica.

Questionada ontem sobre a indicação, Tebet disse que vai se reunir com Pochmann na próxima semana, e quer ouvi-lo a despeito das críticas de que é alvo. "Não faço o prejulgamento, porque eu já fui muito prejulgada na minha vida profissional e política. Eu vou ouvi-lo primeiro", disse ela, depois de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir

o remanejamento de recursos do atual Orçamento. Ela afirmou ainda que terá "prazer em atender" ao pedido pessoal feito por Lula.

Mas a escolha foi alvo de críticas de economistas que apoiaram a candidatura de Tebet à Presidência em 2022, que veem Pochmann como muito ligado a ideias heterodoxas na área. Já os aliados da ministra no meio político creem que as críticas a Pochmann, disparadas nos últimos dias, partiram desse núcleo mais aguerrido e que desconsidera o peso de um pedido vindo do próprio presidente.

Petistas graduados no governo Lula atribuem a escolha de Pochmann para o cargo à vontade do presidente de recompensá-lo por ter aceitado dirigir o Instituto Lula "na baixa", antes da vitória eleitoral do ano passado.

Desde 2020, Pochmann comanda o instituto e seu mandato se encerra neste ano.

SEM PODERES. Nem os aliados de Tebet nem os petistas creem que Pochmann terá poderes capazes de alterar o rumo da economia, ainda mais depois dos bons resultados que o governo vem colhendo na área econômica, como a aprovação da **reforma tributária** na Câmara.

Pochmann seria um observador a distância, esperam eles, reafirmando os poderes conferidos a Haddad neste momento - diferentemente do que aconteceu em sua gestão à frente do Ipea, marcada por concursos enviesados e expurgos de pesquisadores.

O acerto entre a ministra e Lula previa o anúncio após a conclusão das divulgações do Censo, mas isso foi atropelado por declaração dada na quarta-feira pelo ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Com a confirmação pública, Tebet disse que não poderia prejudicar o trabalho de Pochmann, abrindo uma frente de diálogo.

Em sua primeira aparição nas redes sociais depois de ter o nome indicado para o IBGE, Pochmann publicou a capa de um livro intitulado O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. "Interessante abordagem de como opera a coalizão neoconservadora", escreveu ele, no Twitter.

O livro, publicado no fim de 2021 pela Mórula Editorial,
é de autoria de Pâmella Passos e Amanda Mendonça.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma ministerial se arrasta e fica para agosto

As negociações que deverão levar nomes de PP e Republicanos para a Esplanada dos Ministérios já duram 50 dias e só deverão ser concluídas em agosto. Até agora, não há consenso sobre quais pastas os indicados pelos dois partidos do Centrão vão ocupar. Além disso, os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), escolhidos para assumir os cargos, estão fora de Brasília nesta semana.

Os dois aguardam um chamado do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O Republicanos indicou Costa Filho e pleiteia o Ministério do Esporte. Já o PP pediu que Fufuca ficasse com a pasta do Desenvolvimento Social. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, disse publicamente que não abriria mão dessa pasta, responsável pelo Programa Bolsa Família e comandada pelo petista Wellington Dias. Ele também resiste a desalojar Ana Moser do Esporte.

Costa Filho está em Pernambuco e só deve voltar para Brasília no começo da próxima semana, quando acaba o recesso parlamentar. O deputado tem realizado encontros políticos com prefeitos do estado.

Fufuca esteve na capital federal no começo da semana, mas não teve encontros com a cúpula do governo. Na quarta-feira foi para o Maranhão.

Com a resistência de Lula em mexer nos dois ministérios inicialmente almejados, o governo estuda novos desenhos para acomodar PP e Republicanos na Esplanada. As discussões começaram na noite de terça-feira em uma reunião de Lula com Padilha e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Segundo o colunista Lauro Jardim, do GLOBO, Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já conversaram por telefone para acertar os ponteiros sobre o "timing" das mudanças na Esplanada.

O presidente ficou de acertar os ponteiros internamente, com PT, PCdoB e PSB, e posteriormente voltar a falar com Lira. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, já admitiu que seu partido terá que ceder espaço em nome da governabilidade. Os outros dois aliados históricos, no entanto, resistem.

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, deu declarações públicas criticando a negociação com o Centrão e lembrando o apoio estratégico de seu partido a Lula nas eleições do ano passado. Os pessimistas comandam o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o vice-presidente Geraldo Alckmin, e Portos e Aeroportos. Aliados avaliavam que um dos dois poderia ser remanejado para abrigar PP ou Republicanos. Já o PCdoB comanda o Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse caso, Luciana Santos poderia ser deslocada para outra pasta, já que o governo é pressionado a não diminuir o número de mulheres no primeiro escalão.

MINISTRO INFORMAL

Outra negociação que se arrastou foi a troca de Daniela Carneiro (União-RJ) por Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo. E, apesar de ter sido anunciado para o cargo no dia 6 deste mês, até hoje Sabino não tomou posse. Mesmo assim ele já despacha no ministério.

Daniela perdeu apoio do União Brasil para permanecer no cargo. O Planalto fez a troca na tentativa de garantir mais votos do partido na Câmara

A FALTA DE SINTONIA ENTRE LULA E O CENTRÃO

Saúde na mira

Com um dos maiores orçamentos da Esplanada, o Ministério da Saúde foi o primeiro a entrar na mira do PP. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, blindou Nísia Trindade, ex-presidente da Fiocruz.

Social, responsável pelo Bolsa Família. Lula entrou em campo de novo e disse publicamente que essa pasta não está na mesa de negociação. O ministério é comandado pelo PT.

Apetite pelo Bolsa Família

Na sequência, o PP, um dos pilares do Centrão, centrou fogo no Ministério do Desenvolvimento

Interesse pelo Esporte

Já o Republicanos indicou o deputado Silvio Costa Filho (PE) para o Ministério do Esporte. Lula também não tem se mostrado disposto a desalojar Ana Moser, que é da sua cota pessoal.

Rodada de conversas

Lu la começará a receber os partidos nos próximos dias. O primeiro deve ser o Republicanos, com o líder da legenda na Câmara, Hugo Motta (PB), e o presidente da sigla, deputado federal Marcos Pereira (SP). Na sequência, fará o mesmo com o PP. Durante a votação da **Reforma Tributária**, Lula já havia sinalizado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que os novos partidos eram bem-vindos no governo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Qual o caminho na economia? - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, celebrou de maneira elegante a decisão da agência Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil: dividiu os louros com os demais Poderes, fez uma aposta na institucionalidade e na previsibilidade e deixou claro que o objetivo é que o país retome o grau de investimento que perdeu em 2018.

O relatório da agência, por sua vez, é reticente. Enxerga boas práticas do governo justamente no que advém da agenda Haddad: o arcabouço fiscal, a aprovação parcial da **reforma tributária** e uma aposta no que chamou de "pragmatismo". Faz ressalvas, no entanto, à pregação de uma agenda não liberal e à defesa, aqui e ali, da revogação do que considera pautas reformistas, como a autonomia do Banco Central, o marco regulatório do saneamento básico e as mudanças nas leis trabalhistas.

No texto, existe quase uma torcida para que essa tentação de rever o que foi aprovado tenha ficado para trás e o pragmatismo prevaleça. Parece ser esse o empenho de Haddad, que tem contado, para isso, com o apoio do Congresso, a ajuda de decisões judiciais, uma nova boa vontade do mercado e uma parceria leal com o Planejamento sob o comando de Simone Tebet.

Nesse cenário de um governo que almeja pelo grau de investimento e está na iminência, ao que indicam todas as previsões, de ver finalmente prevalecer sua pregação pela queda dos juros na reunião do Copom na semana que vem, soa fora de timing o empenho pessoal do presidente Lula, passando por cima de Tebet, para nomear Mareio Pochmann para o IBGE.

O caso causou celeuma maior que uma nomeação para uma função técnica provocaria. A razão para isso é de natureza ideológica e está umbilicalmente ligada a essa bipolaridade que a Fitch enxerga em seu relatório e que tem permeado a discussão da política econômica do governo Lula 3, com Haddad sempre parecendo estar sob escrutínio da ala desenvolvimentista do PT, a espera da primeira brecha para disputar narrativas, decisões e postos.

Lula quer premiar aqueles que estiveram com ele na "travessia do deserto", isso é algo evidente. Quando

viu Pochmann submetido a uma fritura, tratou de consumir sua escolha para estancar o processo.

Acontece que o pé atrás com o economista advém do retrospecto de sua gestão à frente do Ipea, um órgão de tamanho bem mais reduzido do que agora vai pilotar.

Na esteira da confirmação de Pochmann para o IBGE, ganhou força o balão de ensaio de que Guido Mantega poderia ir para o comando da Vale, que vem tentando ser içado pelo PT desde o início do ano.

Trata-se de uma operação bem mais complexa, que envolveria convencer acionistas de uma empresa privada de capital pulverizado a premiar um ex-ministro da Fazenda visto por agentes internacionais - entre os quais as agências de risco que o Brasil precisa convencer se quiser mesmo de volta o tal selo de bom pagador-como responsável por heterodoxias que condenaram o país à recessão e ao descontrole fiscal e inflacionário.

O governo pode fazer uma opção por revisitar o caminho do governo Dilma na economia. Mas isso não combina com festejar a decisão de uma agência de elevar a nota de crédito do país e almejar por novas notícias como essa.

Não se trata de um julgamento simplista, do tipo mocinhos e bandidos: na avaliação feita por agências de risco, a responsabilidade fiscal e a agenda de reformas é que contam pontos, não o receituário de maior papel do Estado na indução do desenvolvimento.

O governo até aqui parece ter encontrado uma boa equação: conseguiu mais recursos para os programas sociais e de transferência de renda e tem lançado, sob um olhar cauteloso da Fazenda, programas pontuais de indução da atividade econômica para alguns setores industriais.

A fórmula do comedimento combinado a uma boa relação com a Câmara e o Senado nos levou de um BB - para um BB. Desviar desse trilho para o flerte com o ideário da nova matriz econômica certamente não será um caminho para chegar aonde o governo deseja.

Opção por visitar o governo Dilma não combina com
festejara decisão de uma agência de elevar a nota de
crédito do país

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nota do Brasil coroa mérito, mas exige aprovar reformas (Editorial)

A decisão da agência de classificação de risco Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil deixou o país mais próximo do grau de investimento, o selo de bom pagador perdido em 2015. Como é comum quando ocorrem mudanças de avaliação, desta vez também há diferentes causas. A agenda econômica pragmática do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob a responsabilidade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é, sem dúvida, uma das razões. A Fitch menciona avanços nas regras fiscais e na **reforma tributária**. Nos dois casos, é também indiscutível o protagonismo do Congresso. O novo arcabouço fiscal passou na Câmara e no Senado (agora espera nova votação dos deputados). A **reforma tributária** está sob análise do Senado, depois de aprovada na Câmara. Por isso acertou Haddad ao dividir com os presidentes das duas Casas a melhoria da avaliação.

Porém, para justificar a nota da Fitch, tanto o governo como o Congresso têm muito a fazer. Aprovar de forma imediata a nova regra fiscal não apresenta dificuldades. Por outro lado, o texto final da reformulação do sistema tributário ainda é uma incógnita. As chances de os senadores piorarem o projeto vindo da Câmara, sem fazer os acertos necessários, não são baixas. Quando voltarem a analisar a questão, eles deverão lembrar o que diz a Fitch: a **reforma tributária** é parte da solução para um dos "maiores gargalos da competitividade" brasileira. Precisa ser feita com a devida urgência e para beneficiar a sociedade como um todo (não grupos de lobby que fingem falar em nome da maioria).

Ainda olhando para a frente, o governo tem enormes desafios para cumprir as suas próprias metas de ajuste das contas públicas. Os objetivos são zerar o déficit em 2024 e obter superávits em torno de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% em 2026. Um dos fatores geradores de insegurança entre economistas é a equipe econômica contar com certas medidas que nem foram apresentadas ao Congresso, como a taxa de fundos de investimentos exclusivos. A Fitch diz esperar que o esforço de acabar com alguns benefícios fiscais seja bem-sucedido, mas reconhece a existência de riscos.

O passado também ajuda a explicar a melhora da nota de crédito do Brasil, como as reformas trabalhista, da Previdência e a independência do Banco Central (BC). A atuação da autoridade monetária, por sinal, foi

elogiada pela Fitch. Após mencionar que a **inflação** de 12 meses caiu para 3,2% em junho - um ano antes era de 11,9% -, a agência diz que o BC "manteve uma política prudente e proativa durante o recente choque inflacionário". Evitar retrocessos dessas e outras conquistas é também papel do atual governo.

Mantido esse rumo, é provável que a Standard Poor's (S P) e a Moody's, as duas outras grandes agências, sigam em breve a decisão da Fitch. Em junho, a S P elevou a perspectiva da nota brasileira de "estável" para "positiva". A parceria do Executivo e do Legislativo na construção de uma agenda em favor do crescimento econômico, com a consequente elevação do emprego e da renda, está sendo percebida e tem boas chances de sucesso. Fazer com que dê certo deve ser a maior prioridade do país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A distância entre discurso e prática no governo Lula - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Há uma notável distância entre o discurso e a prática do governo Lula. A prática tem vindo em uma dimensão mais contida do que o discurso e essa percepção ajudou a agência de rating Fitch a melhorar a nota do Brasil, salientam fontes da área econômica, que citam como exemplo a medida de incentivo à compra de automóveis, que custou R\$ 650 milhões e vendeu 125 mil veículos. O papel do BNDES também é parte de uma visão mais contida, principalmente se confrontado com o que foi feito no segundo mandato de Lula, quando o Tesouro Nacional se endividou para repassar somas bilionárias para o BNDES emprestar a taxas de juros favorecidas.

A agência avalia que o governo Lula defende um afastamento da agenda econômica liberal dos governos anteriores. Mas, mesmo assim, espera-se que "o pragmatismo e contrapesos institucionais evitem desvios radicais de políticas macro ou micro", diz a Fitch em seu **comunicado** divulgado na quarta-feira, a pouco mais de um mês após a Standard and Poor's, outra agência de classificação de risco, ter melhorado a perspectiva da nota do país.

O **comunicado** da Fitch ressalta o avanço da agenda de reformas, não só as propostas pela gestão Lula, mas as ocorridas nos últimos anos, tais como a da Previdência e a autonomia do Banco Central (contra a qual Lula se insurgiu), aprovadas no governo de Jair Bolsonaro, e destaca progressos importantes no arcabouço fiscal e na **reforma tributária**.

Sobre o arcabouço, a Fitch entende que ele deve ajudar a conter os gastos como proporção do **PIB**, mas aponta para a necessidade de um grande esforço de arrecadação para que as metas fiscais sejam atingidas.

Técnicos da área econômica do governo informam que a meta de déficit primário de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) tem grande chance de ser atingida este ano e sustentam que faltam somente uns R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões para garantir a meta de zerar o déficit no ano que vem. Isto, considerando que as medidas que estão no Congresso, como a do **Carf**, da taxa de jogos pela internet e dos preços de transferência, serão aprovadas.

Tem, ainda, um pacote de iniciativas que devem acompanhar a proposta orçamentária para 2024, que terá que ser encaminhada ao Congresso até o fim de agosto.

Desse pacote constam a taxa de fundos exclusivos e o fim do mecanismo dos juros sobre capital próprio, dentre outras.

O grau de investimento que o Brasil perdeu em 2015 poderá ser recuperado no futuro, dependendo da disposição do governo em seguir com as reformas. Ao comentar a sinalização dada pela Fitch, o governo arriscou uma data para recuperar o grau de investimento: 2026. Técnicos oficiais consideraram ter isso em mente algo muito bom, pois "ajuda o governo a tomar as decisões corretas".

Com as metas fiscais apontando para zerar o déficit primário no ano que vem, fontes da área econômica não consideram que há limitação para a queda da taxa de juros por parte do Banco Central.

Na medida em que for ficando claro que o objetivo de zerar o déficit no próximo ano - o que deverá constar do projeto de lei do orçamento para 2024 - é factível, a taxa de **inflação** vai se aproximar da meta e os juros vão poder cair mais.

Por enquanto, há uma diferença entre os prognósticos do governo e as expectativas do mercado, retratadas na pesquisa Focus, do Banco Central: o governo trabalha com o déficit zero, e a dívida se estabiliza como proporção do **PIB**; já o mercado considera um déficit primário de 0,8% do **PIB** no próximo exercício. Nesse caso, a dívida continuará crescendo e pode assumir uma trajetória explosiva.

Conta de precatórios O ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou uma conta de R\$ 199,9 bilhões em precatórios que vence em 2027 para a qual se tem poucas alternativas: ou o governo paga e retira esses quase R\$ 200 bilhões dos limites do arcabouço fiscal e da conta de resultado primário; ou resolve pagar um quinto por ano, durante cinco anos, também retirando os valores do teto de gastos permitido pelo arcabouço; ou, ainda, pedala essa despesa por mais alguns anos, o que não é uma opção considerada pelos técnicos oficiais.

As soluções imaginadas pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios - que eram usar os recursos para quitar dívidas tributárias ou para dar lances em leilões de concessão ou de privatização, ou, ainda, receber com um desconto de 40%, não decolaram. "Todo mundo sabia que as concessões não seriam, nem de longe, suficientes para absorver os valores dos precatórios", comentou um técnico do governo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614>

Mais uma agência aumenta nota de crédito do Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Mais uma boa notícia para a economia brasileira: pela primeira vez em cinco anos, a agência de classificação de riscos Fitch Rating aumentou a nota de crédito do Brasil. Segundo a Fitch, o avanço da **reforma tributária** e do novo marco fiscal foram decisivos para a sua mudança de avaliação dos rumos do país. Contudo, o Brasil segue distante de alcançar o sonhado grau de investimento, o patamar mais alto conferido por empresas como a Fitch Rating. O Brasil perdeu o selo de bom pagador em 2015 e, segundo analistas, há longa jornada até que o recupere. A semana que vem, com o provável início do ciclo de corte de juros, poderá representar mais uma passo para a melhoria da nota brasileira de crédito. Para subir na escala de ratings, é preciso que o governo equilibre as contas públicas, reduza burocracias e lance iniciativas capazes de aumentar a produtividade - tudo isso, obviamente, não ocorre da noite para o dia.

Preço da gasolina está defasado

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) diz que os preços da gasolina no Brasil estão 23% defasados em relação aos valores praticados no mercado internacional. No entanto, imaginar um cenário de paridade com as cifras do exterior parece algo improvável em um governo petista. Lula, como se sabe, forçou a mão para a Petrobras baixar os preços dos combustíveis e não parece disposto a ceder. Lembre-se de que a redução dos valores foi fundamental para domar a **inflação**.

Plano Safra aproxima governo do agronegócio

Um grande produtor de café diz que o novo Plano Safra, anunciado recentemente pelo governo, foi decisivo para aproximar a gestão petista do agronegócio. Ainda assim, diz ele, a aliança histórica entre o PT e o MST liderado por João Pedro Stédile, para citar um ponto nevrálgico da relação entre as duas partes, é um fato que instala um ruído permanente no diálogo entre os representantes do campo e os executivos públicos. A aproximação começou, mas o namoro está longe de ser sacramentado.

Turismo brasileiro obtém melhor resultado desde

2014, ano da Copa

Os turistas estrangeiros estão de volta ao Brasil. De acordo com o Banco Central, o gasto de visitantes do exterior totalizou, em junho, US\$ 508 milhões. Foi o maior valor para o mês desde 2014 - período, ressalte-se, marcado pela realização da Copa do Mundo de futebol masculino no país. A retomada do turismo é notada em vários países: Estados Unidos e França também renovaram seus recordes. No Brasil, os números foram impulsionados principalmente pela chegada de argentinos.

"Não quero usar o termo otimista, mas há uma chance de pouso suave para a economia" Jerome Powell presidente do Federal Reserve (Fed), descartando a possibilidade de recessão nos Estados Unidos

26% dos brasileiros consideram a Copa do Mundo de futebol feminino tão importante quanto a versão para homens, segundo pesquisa da plataforma de mídia Teads. O número modesto explica por que o evento para elas não tem tanta visibilidade

RAPIDINHAS

A montadora japonesa Nissan vai investir 600 milhões de euros na Ampere, empresa especializada no desenvolvimento de veículos elétricos. Um levantamento feito pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) estima que 14 milhões de unidades eletrificadas serão vendidas em 2023, um avanço de 35% sobre 2022.

Os investimentos em veículos elétricos estão em ascensão.

Ontem, a Volkswagen informou que pretende desembolsar US\$ 700 milhões na montadora chinesa Xpeng, uma das principais rivais da BYD no país da Muralha.

Com a injeção de recursos, a Volks terá, inclusive, direito a um assento no conselho de administração da empresa.

A Mattel, fabricante da Barbie, teve lucro líquido de US\$ 27,2 milhões no segundo trimestre deste ano, o que representou uma queda de 59% em relação ao mesmo período do ano passado. Que os fãs da

boneca não se assustem: os números não consideram ainda os efeitos do sucesso do filme Barbie nos cinemas.

A empresa de silos Kepler Weber inaugurou o seu oitavo centro de distribuição no Brasil.

A unidade fica em Sorriso, no Mato Grosso, e concentrará as atividades de depósito e comércio de peças de reposição.

Além de Sorriso, a empresa possui centros de distribuição nas principais cidades agrícolas do Brasil. O valor do investimento não foi revelado.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/27/all.pdf>

Costa quer pressão no Senado de governadores nordestinos

Fernanda Strickland

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, cobrou, ontem, durante a reunião do Consórcio do Nordeste, no Palácio do Planalto, que governadores da região estejam no Congresso, no segundo semestre, para pressionar os senadores a aprovarem o quanto antes a **reforma tributária**. Segundo o ministro, a presença deles é fundamental para que haja uma regra justa e igualdade entre as unidades da Federação.

"Quero convidar todos os governadores a mobilizarem suas bancadas e a estarem presentes no Congresso, no segundo semestre, nos temas relevantes de interesse do Nordeste.

É fundamental. Vimos governadores de outras regiões presentes na votação da **reforma tributária**, na Câmara dos Deputados. É preciso que estejamos lá para que a legislação aprovada trate com equidade as regiões", afirmou o ministro.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (PDT), apoiou a cobrança de Rui e lembrou que é preciso garantir a reforma, mas, também, o tratamento que promova o desenvolvimento para Norte, Nordeste e Centro-Oeste - que precisam de estímulos para superar problemas históricos.

"É preciso todos colocarem como prioridade (a reforma), um voto pode fazer a diferença. Então, são necessários os apoios de todos os governos, sobretudo do Norte e Nordeste. Tem pauta que o Norte e o Nordeste não podem deixar de fora", observou.

Antes da aprovação na Câmara, a insatisfação de governadores com o texto da **reforma tributária** foi o principal entrave para a votação da proposta de emenda à Constituição. Nove chefes de poderes executivos vieram a Brasília para articular mudanças e tentar adiar a apreciação da PEC.

Entre as negociações, estavam a definição de regras para o Conselho Federativo; a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR); e um novo prazo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Mesmo com os impasses, após 12 horas de debates no plenário da Câmara, a PEC foi aprovada em dois

turnos por ampla maioria.

"Quero convidar os governadores a estarem no Congresso, nos temas do Nordeste.

Vimos governadores de outras regiões na votação da reforma" Rui Costa, ministro da Casa Civil

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/27/all.pdf>

Reforma ministerial vira jogo de intrigas na Esplanada - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

É certa a entrada do Centrão no governo Lula, não se sabe ainda em quais ministérios. As conversas de bastidor com os caciques do PP e do PR estão praticamente concluídas, de maneira a garantir uma maioria governista segura na Câmara, onde a governabilidade do país tem seu ponto mais vulnerável. As pressões para acelerar a mudança refletem as contradições entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os caciques do MDB e do União Brasil no Senado, principalmente os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Davi Alcolumbre (União-AP).

As indicações de Lira estão consolidadas, fazem parte de seu acordo com os presidentes do PP, Ciro Nogueira (PI), e do Republicanos, Marcos Pereira (SP). Cotados para a Esplanada, os deputados Sílvio Costa Filho (Republicanos- PE) e André Fufuca (PP-MA) têm como características boas relações com o PT nos seus estados. O aval de Lira e suas bancadas, porém, não garante que os 49 votos do PP e os 41 do Republicanos sejam carreados automaticamente para as propostas do governo. Os dois ministros são políticos muito jovens e terão que exercer uma liderança compartilhada.

O caminho crítico das negociações é a escolha dos ministérios a serem ocupados, ou seja, dos ministros que serão defenestrados no novo desenho político da Esplanada. A entrada de 90 deputados de centro-direita na base do governo muda o perfil político do governo e o peso relativo de todos os partidos na sua composição, principalmente os de esquerda. Essa realidade faz com que uma legenda da base queira fazer cortesia com o chapéu do outro. Nem o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que conduz as negociações, sabe o que o presidente Lula pretende fazer na recomposição do governo e quando.

A pressa de Lira decorre do fato de que a votação da **reforma tributária** no Senado aumenta o poder de barganha de Renan Calheiros e Davi Alcolumbre, mas dificilmente Lula decidirá essa mudança antes de agosto. Entretanto, com viagem marcada para o exterior, por causa da reunião do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), nos próximos dias 20 ou 21, em Joanesburgo, ou Lula decide nesse interregno ou joga a mudança para setembro. Porque, no dia 27,

comparecerá à reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em São Tomé e Príncipe. Tudo isso com uma dificuldade extra: as dores da artrose no quadril e as frequentes idas ao Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, para infiltrações de corticoide.

Enquanto isso, as intrigas prosperam. As tentativas de deslocar o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, considerado da cota do PT, e a ministra do Esporte, Ana Moser, escolha pessoal de Lula, até agora fracassaram, mas continuam.

As especulações agora se voltam, também, para os ministérios dos Portos e Aeroportos, ocupado por Márcio França, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, acumulado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, ambos do PSB. Fala-se em deslocar França para a pasta de Alckmin, que ficaria com a responsabilidade de coordenar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dança das cadeiras

Ambos, porém, são ex-governadores que ajudam o Executivo a se articular com o empresariado paulista e mitigar a força de Tarcísio de Freitas (PR), principalmente às vésperas de eleições municipais. O atual governador de São Paulo é contra a entrada do PR no governo e pode até deixar o partido, pressionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. De todas as mexidas possíveis no governo, provavelmente essa seria a mais delicada e com maior repercussão eleitoral. A primeira consequência seria reforçar a candidatura à reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, e isolar de vez o candidato de Lula, Guilherme Boulos (PSol).

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), também está sendo objeto de fritura. A entrada do economista petista Márcio Pochmann no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), depois de intenso bombardeio na mídia por sua atuação à frente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), foi tratada como um enfraquecimento da ex-candidata a presidente da República. A ministra já administra uma relação complexa com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Acontece que Tebet está afinadíssima com o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, assim como com Alckmin. Ou seja, são mudanças que mexeriam no time que mais está ganhando no governo, a equipe econômica.

Nova alternativa na bolsa de apostas seria a ministra Luciana Santos (PCdoB), de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ser remanejada para a pasta das Mulheres, que ganharia o Bolsa Família. Nesse caso, a ministra Cida Gonçalves seria defenestrada.

Não por caso, num parlamento com baixíssima representação feminina, os ministérios comandados por mulheres são os mais cobiçados pelo Centrão. Acontece que isso dificulta ainda mais a troca, porque a tendência de Lula é não diminuir o número de mulheres do primeiro escalão.

Além disso, se considerarmos o ritmo da mudança no Turismo, pasta na qual a deputada Daniela Carneiro (União-RJ) foi substituída pelo deputado Celso Sabino (União-PA), é possível uma decantação mais longa desse processo de substituição, até para evitar ressentimentos.

Deve-se também levar em conta que tanto o arcabouço fiscal quanto a **reforma tributária**, além de outras medidas do governo, ainda não foram aprovados pelo Congresso. Pode ser que Lula queira deixar a votação depois de testar a força dos dois indicados nas suas bancadas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/27/all.pdf>

Haddad fala em alíquota padrão de 25% para IVA

I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deve ficar em torno de 25% ao fim do processo de transição da reforma tributária, em 2033. Para analistas, o grande número de setores beneficiados no texto já aprovado na Câmara com alíquotas menores pode empurrar o índice geral para além dos 25%.

Em entrevista ao portal Metrôpoles, Haddad disse que a Fazenda está fazendo uma análise item a item do texto aprovado na Câmara a pedido do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), e lembrou que entraram alterações de última hora que não foram discutidas com o Executivo - mas que há liberdade para ajustes no Senado. Ele voltou a afirmar que "daria uma limada" na quantidade de exceções do texto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Chegou a hora de a gente entregar resultados fiscais"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Ana Paula Vescovi, Mestre em Economia, foi secretária do Tesouro.

É economista-chefe do Santander Brasil e conselheira do Grupo Ultra

Na avaliação da economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi, o Brasil precisa de reformas que melhorem o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial para voltar ao grupo de economias com grau de investimento - selo perdido pela economia brasileira em 2015.

"Chegou a hora de a gente entregar melhores resultados fiscais e condições para o crescimento", afirma.

Ex-secretária do Tesouro, ela vê como positivo o movimento das agências de classificação de risco. Primeiro, com a S P que, em junho, alterou de estável para positiva a perspectiva da nota de crédito do Brasil, e, ontem, pela Fitch, que melhorou o rating brasileiro de BB- para BB. "O tempo (para voltar ao grau de investimento) só nós iremos (dizer), porque depende muito do que o Brasil vai fazer em termos de agenda de reformas e das respostas que daremos para as crises", diz.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é a avaliação da sra. sobre a decisão da Fitch?

Foi extremamente positiva. O primeiro movimento começou com o outlook (positivo) da S P e, hoje (ontem), veio o upgrade da Fitch. Eu acho que a Moody's deve responder com um upgrade também, porque os fundamentos são mais ou menos os mesmos e foram colocados de forma bem clara no **comunicado** da Fitch. O Brasil perdeu o grau de investimento em 2015 e, depois, outros downgrades vieram. O **comunicado** coloca um tom de qual o caminho a economia brasileira percorreu desde a perda do grau de investimento e dos (seguidos) downgrades e o que ocorreu que suscitaram esses fatos positivos.

Agora, pela Fitch, o Brasil está a duas notas do grau de investimento. É possível chegar lá?

Não só é possível como desejável.

É uma meta que o Brasil deveria perseguir e é uma nota importante para países que querem alçar uma condição de crescimento mais estável e sustentável.

O tempo só nós iremos (dizer), porque depende muito do que o Brasil vai fazer em termos de agenda de reformas e das respostas que daremos para as crises. O **comunicado** da Fitch deixou claro isso: crises podem ocorrer, mas o importante é avaliar quais são as respostas a esses eventos e quão resiliente o País estará.

Mas é viável alcançar o grau de investimento com o arcabouço fiscal, que, de acordo com parte dos analistas, não deve reduzir a relação dívida/**PIB**?

Mais do que o arcabouço, agora, depende da execução. Chegou a hora de a gente entregar melhores resultados fiscais e condições para o crescimento.

Traduzindo: são reformas que tragam um **PIB** potencial maior e de melhor qualidade.

O governo fala em zerar o déficit no ano que vem e entregar superávit de 1% do **PIB** em 2026. Ele vai conseguir alcançar as metas?

Acho essas metas extremamente desafiadoras. São impossíveis?

Não, mas muito desafiadoras, dado que tem um ajuste pelo lado das receitas.

Antes de garantir a arrecadação, nós aumentamos a despesa.

Esse aumento da despesa já vem dos últimos anos. Agora, temos uma agenda claramente passando pelo ajuste no lado da receita, mas numa economia que, ciclicamente, em função do aperto monetário para o controle inflacionário, está passando por desaceleração.

O **comunicado** da Fitch dá destaques para as reformas realizadas no País. Qual é a avaliação da sra. sobre esse conjunto de mudanças?

As reformas foram importantes para o País. Desde a crise de 2015 e 2016, o Brasil enfrentou reformas para poder se recuperar.

Ele (o **comunicado** da Fitch) cita a reforma de pensões (da Previdência), a trabalhista e, agora, a tributária. Cita a independência do Banco Central. Então acho que tem, sim, aspectos que são importantes para a sociedade entender que é fundamental esse esforço de debate.

Esse movimento das agências de classificação num período tão curto de governo surpreende?

Foram vários fatores que pavimentaram esse caminho. Na minha visão, as reformas foram um caminho muito importante, mas eu queria destacar outro fator que também tem sido importante para o Brasil. É a robustez do nosso setor externo. E ela está assentada, primeiro, nas exportações - dois terços da pauta exportadora já são commodities.

Segundo, o câmbio flexível com um nível de reservas bem superior à média dos nossos pares, dos países emergentes. Terceiro, uma baixa dependência externa do financiamento da dívida pública brasileira.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Melhora é só um passo para grau de investimento, dizem analistas

ALINE BRONZATI, CÍCERO COTRIM, EDUARDO LAGUNA e MATHEUS PIOVESANA

A decisão da Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil confirma o sentimento positivo que os investidores têm mostrado em relação ao País diante do avanço da agenda de reformas macroeconômicas no atual governo, segundo a avaliação dos economistas. Essa mudança, porém, não deve ter impacto imediato, já que a dívida brasileira ainda é classificada como especulativa.

"A melhora do rating pela Fitch é uma notícia boa, mas também não dá para celebrar efusivamente.

É uma maratona e a gente apenas completou a primeira milha", disse o diretor de Pesquisa Macroeconômica do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos. Para ele, na "longa estrada" que tem pela frente para recuperar o grau de investimento o Brasil precisa avançar em reformas, em especial na administrativa, por meio do corte de gastos públicos. "O Brasil gasta muito, tributa muito, investe pouco, gasta mal." Ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje economista da ASA Investments, Jeferson Bittencourt diz que o anúncio da Fitch não tem poder de reverter a baixa participação de estrangeiros no financiamento da dívida pública, que era de 20% quando o Brasil tinha o selo, mas caiu para 8% após o rebaixamento da nota de risco de crédito.

Bittencourt observa que, como o governo depende de fontes internas para financiar um déficit elevado e uma dívida proporcionalmente alta, boa parte do crédito é consumida pelo Estado, levando a taxas de juros mais altas no mercado.

Para o diretor de portfólio de mercados emergentes da Pimco, Pramol Dhawan, a decisão da Fitch reafirma o otimismo dos investidores diante do encaminhamento das reformas no País. "O Brasil tem um caminho para o grau de investimento, mas que também dependerá da entrega das metas fiscais prometidas pela nova regra e da redução da proporção da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto." Com a alta do rating, a Fitch reviu a previsão de crescimento do Brasil este ano, de 0,7% para 2,3%, puxado pela produção agrícola, o mercado de trabalho aquecido e o crescimento dos gastos do governo.

Desafios pela frente

Controle de gastos

Segundo os analistas, além de concluir a atual etapa da **reforma tributária** (que ainda tem de ser aprovada no Senado) o governo precisa avançar na reestruturação administrativa para ter maior controle dos gastos públicos e seguir em busca do grau de investimento

Endividamento

A tramitação do novo arcabouço fiscal, em substituição ao atual modelo de teto de gastos, é passo fundamental para que o governo alcance as metas fiscais fixadas e possa avançar para reduzir a proporção da dívida pública em relação ao **PIB**

Baixo crescimento

O lento avanço do **PIB** e os baixos índices de produtividade são uma armadilha que, na avaliação dos analistas, prende a economia brasileira há anos. Isso só poderia ser vencido com o avanço de reformas estruturais que garantam o controle dos gastos e do endividamento público no País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária aumentará a carga de impostos do setor de saneamento básico

Beatriz Olivon, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta De Brasília

Os serviços de saneamento básico estarão submetidos ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme o texto conhecido da **reforma tributária** aprovada pela Câmara e atualmente em análise no Senado. Hoje, o setor praticamente só paga os **tributos** federais, segundo especialistas. Com o aumento de carga, representantes do segmento estimam que pode haver repasse nos preços.

O IBS, criado pela reforma, vai fundir e substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos Estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), dos municípios.

A lei que indica quais serviços pagam ISS (Lei Complementar nº 116, de 2003) não inclui os de saneamento.

Logo após a aprovação do texto pelo Congresso Nacional, o então presidente da República, Luiz Lula Inácio da Silva, vetou os dispositivos que instituíam a cobrança do tributo. Na época, alegou não ser de interesse público a taxação dos serviços de saneamento ambiental e purificação de água.

Em 2019 chegou a ser apresentado um projeto de lei complementar (nº 155) que determinava a cobrança, mas o texto nunca foi deliberado.

Agora, a versão mais recente da **reforma tributária**, a ser analisada pelo Senado, não prevê tratamento mais benéfico para o setor.

A Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) está contratando uma consultoria independente para estimar o impacto. O diretor-executivo da entidade, Percy Soares Neto, acredita que o aumento da tributação, se confirmado, resultará em uma "chuva" de pedidos de reequilíbrio contratual e consequente aumento de custo dos serviços de água e esgoto.

Soares avalia que a previsão de aumento poderá ser revertida na fase de discussão do texto no Senado.

"A gente já abriu um diálogo muito bom com alguns parlamentares e com o próprio governo.

Acho que o "jogo" da **reforma tributária** ainda não acabou", afirmou ao Valor. No governo, as conversas são mantidas com a Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades.

O executivo da Abcon informou que pretende propor uma saída para evitar o aumento da tributação para os setores de infraestrutura, como um regime diferenciado. No caso específico do saneamento, é considerado até a alternativa de equiparação com a área de saúde.

"Vamos mostrar aos senadores o impacto do fim da isenção tanto nas tarifas quanto no ritmo dos investimentos", diz Soares. "Precisamos chegar a uma proposta razoável tanto ao espírito reformista quanto à necessidade de levar saneamento para quem não tem", acrescenta.

Se a discussão surgir durante os debates no Senado, o governo a avaliará, disse uma fonte do próprio governo.

Ela comentou que a questão não chegou a ser levantada durante as discussões sobre a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

De forma geral, o governo quer evitar novos tratamentos tributários especiais, para que não haja oneração do conjunto da economia. A alíquota básica do IBS e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) deverá ser fixada de forma a manter o atual nível de arrecadação. Quanto mais exceções na **reforma tributária**, maior terá de ser essa alíquota.

O técnico ressalta que não se deve levar em conta só a tributação ao consumidor final de produtos e serviços, mas a carga incidente em toda a cadeia, incluindo investimentos.

Há ganhos de eficiência que impactarão toda economia e reduzirão custos das empresas, argumenta-se no governo.

"O setor sai do zero e vai para a alíquota máxima", afirma André Carvalho, sócio da consultoria tributária do Veirano Advogados.

Além da isenção do ISS, o Supremo Tribunal Federal

(STF) decidiu em 2013 que não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público (RE 607056). Alguns Estados têm regime de isenção, alíquota zero ou créditos do imposto, o que faz com que as concessionárias, em geral, também não paguem a alíquota cheia, segundo o advogado.

"Sai de zero [ISS e ICMS hoje] para uma alíquota que pode ser de 25% ou 30%. E a princípio não há alíquota reduzida para o setor", afirma Carvalho.

"Vemos um impacto grande no IBS e talvez na CBS também", aponta.

O advogado explica que algumas empresas, ao conseguirem no Judiciário o reconhecimento da imunidade recíproca (um ente público não pode cobrar tributo de outro) conseguem pagar PIS e Cofins no regime cumulativo, com a alíquota reduzida de 3,65%. Não há direito a créditos, porém, diz ele, ainda seria mais vantajoso.

Além dos **tributos**, pode haver impacto pelo fim de benefícios fiscais. Hoje o setor se beneficia do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que permite a aquisição da estrutura que será usada no saneamento com desoneração de PIS e Cofins.

Carvalho lembra que a ideia da reforma é ter um regime sem tantas exceções como hoje, mas pondera que alguns setores já conseguiram diferenciações, a exemplo da construção civil e do setor financeiro.

"Talvez a única boa notícia seja tomarem créditos sobre tudo", afirma Leonardo Battilana, sócio da área tributária do mesmo escritório. "Mas não sabemos se no fim do dia vai manter a carga tributária do saneamento.

Acho que vai onerar mais", acrescenta. O advogado lembra que na PEC nº 110 havia previsão de incentivos para serviços de saneamento.

Por isso, diz ele, a expectativa é que o setor recupere essa previsão no texto no Senado.

Segundo Renata Emery, sócia da área tributária do escritório Tozzini Freire Advogados, o setor pode tentar repassar o aumento de tributação no custo final, apesar de sofrer com inadimplência.

Para Emery, a tributação do setor, assim como de infraestrutura no geral (leia abaixo), aumenta a arrecadação porque são serviços consumidos por todos. "São os candidatos preferenciais para arrecadação", afirma.

Segundo Claudio Frischtak, economista e presidente da Inter B Consultoria Internacional de Negócios, o setor consegue repassar eventual aumento de tributação ao preço e ainda manter um benefício para quem precisa, por meio de "tarifa social". "Tem que se evitar a todo custo as exceções", afirma. "Quanto maior o número de exceções, aumenta a taxa básica e você começa a distorcer, mesmo que distorções muito menores do que temos hoje", acrescenta.

O economista ainda destaca que uma **reforma tributária** que traz simplificação melhora a situação de todos os setores.

Atualmente, o Brasil conta com déficit de 50% no serviço de coleta de esgoto. O setor estima que entre 13 milhões e 15 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada na torneira de casa. Desde a aprovação do marco do saneamento (Lei 14.026/2020), os governos têm tentado atrair mais investimento privado, que atualmente administra o atendimento de 26% da população.

"Previsão de aumento da carga tributária poderá ser revertida no Senado" Percy Soares Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187613>

Agraciado com 3 pastas, União Brasil lidera "traições" ao Planalto na Câmara

CAIO SPECHOTO IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES

O União Brasil foi o partido aliado ao Palácio do Planalto que mais votou contra os interesses do governo no primeiro semestre, de acordo com levantamento do Estadão/Broadcast com base nas votações nominais da Câmara dos Deputados.

Mesmo PP e Republicanos, que estavam na coligação de Jair Bolsonaro (PL) em 2022 e só agora negociam indicações de ministros, foram proporcionalmente mais governistas que o União Brasil.

A análise inclui as votações de 2023 até o início do recesso informal do Congresso, há 11 dias. O Legislativo voltará a funcionar na primeira semana de agosto. Os integrantes do União Brasil na Câmara foram contra o Planalto em 38,12% das votações. Deputados do Republicanos deram 29,82% de seus votos contra a orientação do Executivo no período. No PP, o percentual foi de 35,14%.

A média de votos contra o governo na Casa Baixa no primeiro semestre foi de 31,88%.

Entre partidos que indicaram ministros, a média foi de 17,17% dos votos contrariando o Planalto, enquanto essa parcela é de 47,78% no caso das legendas sem integrantes no primeiro escalão do Executivo.

A comparação entre União Brasil, PP e Republicanos tem um motivo: as negociações em andamento para que os dois últimos partidos ingressem no governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisou negociar a entrada do União Brasil no governo com o senador Davi Alcolumbre (AP). Juscelino Filho virou ministro das Comunicações e Waldez Góes, aliado de Alcolumbre apesar de ser do PDT, assumiu o Ministério da Integração. Lula ainda nomeou Daniela Carneiro no Turismo - depois, seu grupo político deixou o União Brasil. A relação do partido com o Planalto foi turbulenta ao longo de todo o primeiro semestre.

Agora, com a troca de Daniela por Celso Sabino, a expectativa dos petistas é de que a interlocução melhore.

Logo após assumir o Turismo, Sabino disse, em

entrevista ao Estadão/Broadcast, que seu partido é o que mais deu votos a favor do governo depois do PT.

Em números absolutos, a afirmação procede: como a bancada é grande (tem 58 deputados), mesmo com percentual mais baixo, o total de votos dados aos projetos do Planalto supera o de outros aliados de Lula.

Proporcionalmente, no entanto, a situação é diferente.

Segundo o professor e pesquisador do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antonio Teixeira, o apoio atual pode ser o máximo que o União Brasil é capaz de dar ao Executivo.

"O partido faz parte do governo, mas tem uma parcela de parlamentares que tem origem no bolsonarismo", disse ele.

De acordo com Teixeira, os votos dados por PP e Republicanos ao Executivo tiveram alto custo em liberação de emendas.

A nomeação de ministros dessas legendas poderia reduzir esse custo. "O que o governo quer agora é garantir uma relação mais estável", afirmou.

Ainda não estão definidos que ministérios Republicanos e PP ocuparão, mas já é consenso que seus representantes serão os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

FIDELIDADE.

PSD e MDB, que, assim como o União Brasil, têm três ministérios sem ter feito parte da coligação de Lula na eleição de 2022, deram um percentual menor de votos contrários aos interesses do Executivo. A parcela foi de 19,04% no caso do PSD e de 22,09% no do MDB. Mesmo com representantes à frente de ministérios, o União Brasil não se declara da base aliada na Câmara. Deputados da sigla ensaiaram divulgar um manifesto no início do ano para declarar independência.

O único partido que foi 100% fiel ao governo federal nessa legislatura foi o PROS, mas há peculiaridades. A sigla elegeu apenas três deputados em 2022 e,

neste ano, foi absorvida pelo Solidariedade. Constatam-se oito votos nominais do PROS no sistema da Câmara.

Depois vem o PT, partido do presidente, com 98,79% de fidelidade ao Planalto nas votações nominais do primeiro semestre.

Os outros dois partidos da federação petista - PCdoB (96,83%) e PV (96,33%) - também estão nas primeiras posições do ranking de fidelidade.

PSB (92,43%) e PDT (90,94%) são as outras duas legendas que deram mais de 90% de seus votos nominais em consonância com o Planalto no período.

Os principais opositores são o Novo (23,11% de votos pró-governo) e o PL (26,74% de votos pró-governo) de Bolsonaro.

Os dados mostram um isolamento das duas legendas.

AGENDA ECONÔMICA.

O governo teve vitórias importantes na Câmara em votações de primeiro turno, principalmente com relação às prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na área econômica.

Foram aprovados na Casa o retorno do voto de desempate a favor da **Receita Federal** nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a nova regra fiscal e a **reforma tributária**.

Em geral, partidos de direita e centro-direita, como PP, Republicanos e União Brasil, têm apoiado a agenda econômica do governo, mas Lula foi derrotado, por exemplo, quando os deputados votaram para derrubar decretos presidenciais que alteravam o Marco do Saneamento.

O Planalto também não conseguiu evitar a aprovação do Marco Temporal, que limita a demarcação de terras indígenas, uma demanda da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O auge do estresse entre a Câmara e o Planalto foi no fim de maio, quando o Centrão ameaçou derrubar a estrutura ministerial do governo na votação da Medida Provisória (MP) que reorganizou a Esplanada.

Havia reclamações sobre a demora na liberação de emendas e na nomeação de aliados dos deputados para cargos regionais. Na ocasião, além de prometer uma melhora na articulação política, Lula deu sinal verde para a troca no Ministério do Turismo, que foi efetivada neste mês com a nomeação de Sabino. A

então ministra da pasta, Daniela Carneiro, havia pedido desfiliação do União Brasil após ela e o marido, o prefeito de Belford Roxo (RJ), Waguinho, terem acumulado desgastes na legenda.

ANÁLISE.

O Estadão/Broadcast analisou as votações nominais de plenário e comissões da Câmara registradas na página de dados abertos da Casa. As informações foram cruzadas com a base de dados que contém as orientações de votação das bancadas. Com isso, foi possível comparar o voto de cada parlamentar à recomendação do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE).

Foram desconsideradas as votações nominais em que não consta orientação do governo ou nas vezes em que o bloco liberou aliados para votar como preferissem. No total, 34.924 votos de deputados foram comparados com a orientação do governo e, depois, agrupados por partido. Votações "simbólicas", sem registro individual dos votos, não foram computadas

*

Mais fiéis

O único partido 100% fiel ao governo na atual legislatura foi o PROS; índice do PT foi de 98,79%

*

Planalto avalia oferecer Ministério da Gestão ao Centrão

O Ministério da Gestão, ocupado por Esther Dweck, passou a ser visto no Planalto como uma opção para abrigar um representante de PP ou Republicanos. A aposta seria no apelo político de um dos órgãos do ministério: a Secretaria de Patrimônio da União, que administra imóveis do governo federal e tem vários cargos espalhados pelo Brasil.

A ministra poderia ser realocada em outra pasta. I
CAIO SPECHOTO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Elevação do rating reflete clima econômico melhor

Lu Aiko Otta De Brasília

Revelada aos poucos nesses quase sete meses do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a liderança política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ganhou pontos ontem, com a decisão da agência de classificação de risco Fitch de elevar a nota do Brasil de "BB-" para "BB". O aumento do rating foi um passo pequeno, mas que reflete a melhora do clima econômico e político no país.

O ministro, porém, fez questão de frisar que essa evolução não teria sido possível sem a cooperação dos três Poderes da República.

Começou sua fala agradecendo "às pessoas", no plural, que contribuíram para o resultado.

E deixou claro que mira algo muito melhor: "um país como o Brasil, não tem sentido não ter grau de investimento".

Haddad citou nominalmente os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), responsáveis pelo avanço de propostas como o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, que deram base à avaliação feita pela Fitch de que o Brasil caminha para uma consolidação fiscal gradual e um crescimento estrutural de 2%.

Citou ainda o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), iniciadores das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, respectivamente, que são a base da **reforma tributária**. Afirmou, por fim, ter certeza de que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) vai dedicar-se à tarefa de "lapidar" a proposta e obter sua aprovação no Senado. A **reforma tributária**, afirmou, é a principal reforma em curso no Brasil.

A melhora do quadro fiscal decorreu também de decisões da Justiça que deram ganho de causa à União. Como mostrou o Valor em sua edição de terça-feira, o governo federal venceu 10 de um total de 14 julgamentos realizados pelos tribunais superiores no primeiro semestre deste ano, com impacto estimado em R\$ 210,8 bilhões.

"Estou muito confiante e reputo esses resultados à harmonia entre os Poderes da República", afirmou o

ministro. "A chamada crise econômica que o Brasil vive é desdobramento de uma crise de natureza política; se acertarmos o passo na política, no diálogo, na construção, vamos superar essa situação e voltar a crescer com sustentabilidade social, ambiental e fiscal." A capacidade do ministro de construir acordos e avançar com as propostas é apontada no seu entorno como um grande ativo.

A palavra de ordem é buscar a solução possível, o que às vezes significa sacrificar o que seria ideal do ponto de vista técnico.

A Fitch elevou a nota do Brasil pouco mais de um mês após outra agência de classificação de risco, a Standard Poor's, haver melhorado a perspectiva da nota do país. Assim, a melhora é percebida pelos avaliadores. "Fico muito feliz de em seis meses termos sinalizado para o mundo que Brasil é país de geração de oportunidades", disse Haddad.

O **comunicado** da Fitch destaca o avanço da agenda de reformas do Brasil. Não só as propostas por este governo, mas as ocorridas nos últimos anos. Cita a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central. Também nota progressos importantes no arcabouço e na **reforma tributária**, além de outras propostas "menores". Destaca ainda os esforços para estimular investimentos privados, numa atuação pragmática do governo Lula.

Sobre o arcabouço, a agência considera que deve ajudar a conter os gastos como proporção do Produto Interno Bruto. Por outro lado, aponta para a necessidade de um grande esforço de arrecadação para que as metas fiscais sejam atingidas.

A dívida pública apresenta hoje uma trajetória melhor do que a esperada em 2018, quando a nota do Brasil foi rebaixada, disse.

Haddad confirmou que, junto com a proposta do orçamento de 2024, enviará propostas de medidas saneadoras destinadas a recompor a base de arrecadação. A meta fiscal para o próximo ano, conforme o novo arcabouço fiscal, é zerar o déficit. Num horizonte mais longo, o ministro apontou para a agenda de transição ecológica, que pretende transformar o Brasil num polo de atração de investimentos. "Isso dá uma nova perspectiva para o

país." Os comentários foram feitos no lançamento de 23 medidas que pretendem definir o futuro das relações federativas.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613>

Costa pede a governadores do NE ação por tributária

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), cobrou nessa quarta-feira (26) que governadores do Nordeste estejam presentes no Congresso Nacional no segundo semestre como forma de pressionar os senadores a aprovarem o quanto antes a **reforma tributária**.

Costa falou sobre o assunto ao participar da reunião do Consórcio do Nordeste. O ministro deu um "puxão de orelha" nos colegas do Nordeste ao dizer que governadores de outras regiões do país acompanharam de perto a aprovação da reforma na Câmara dos Deputados e, por isso, conseguiram beneficiar seus Estados.

"Acho fundamental e quero convidar todos os governadores a mobilizarem suas bancadas e estarem presentes no Congresso Nacional, agora no segundo semestre, nos temas relevantes de interesse do Nordeste. É fundamental.

Vimos governadores de outras regiões presentes fisicamente na votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

É preciso que estejamos lá para que a legislação aprovada trate com equidade as regiões brasileiras", defendeu.

"[É preciso que se] garanta a importantíssima **reforma tributária**, mas também o fundamental tratamento que promova o desenvolvimento para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que precisam de estímulos para superar históricos problemas", complementou.

O recado de Costa foi reforçado pelo ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (PDT). Na avaliação do ministro, "um voto pode fazer a diferença" no Senado. "É preciso todos colocarem com prioridade [a **reforma tributária**], um voto pode fazer a diferença. Então são necessários os apoios de todos os governos, sobretudo do Norte e Nordeste. Tem pauta que o Norte e o Nordeste não podem deixar de fora", justificou Waldez.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187613?page=1§ion=1>

Ministro volta a pedir que Senado dê "limada" em texto da reforma

A poucos dias do retorno do recesso informal do Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender que há espaço para os senadores darem uma "limada" no texto da **reforma tributária** sobre o consumo aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele também reforçou que a alíquota padrão do futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) ficará "em torno de 25%", conforme vem sendo prometido pelo governo, mas ao fim do período de transição para o novo regime tributário.

As declarações foram dadas ontem (26), em entrevista ao portal Metrôpoles. "Tem [espaço para cortar exceções na **reforma tributária**]", disse o ministro, ao se referir aos produtos e serviços que pagarão apenas 40% da alíquota padrão do futuro IVA, que será dual (um para a União e outro para Estados e municípios).

Haddad disse que a Fazenda está finalizando uma análise sobre cada item da reforma e entregará ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta no Senado. "Nós estamos fazendo esse estudo para agora no começo do semestre legislativo começarmos a interagir com os senadores para que eles tenham clareza sobre o que cada coisa representa." O ministro falou que "na última hora" entraram "coisas" na **reforma tributária** que não foram discutidas pelo Executivo.

Uma emenda aglutinativa foi aprovada pelos deputados após a aprovação do texto-base em primeiro turno, trazendo uma série de mudanças, como o aumento das exceções e a possibilidade de os Estados criarem contribuições sobre produtos primários e semielaborados em seus territórios.

"Eu daria uma limada [no texto]", defendeu o ministro, sem citar quais mudanças faria.

Questionado se o número de exceções pode aumentar a alíquota padrão do futuro IVA, Haddad reforçou que deve ficar em torno de 25%. "A alíquota padrão deve ficar em torno disso [25%] ao final do processo de transição", respondeu.

Durante a entrevista, o ministro comentou que espera, com base em informações vindas do Senado, que a reforma seja promulgada até dezembro. "Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **reforma tributária** dos últimos 60 anos." Em relação à desoneração da

folha, Haddad afirmou que o tema ficará para depois de aprovada a **reforma tributária** sobre o consumo.

"Misturar estações não vai ajudar.

Não vamos inverter a ordem dos fatores. Temos que tratar isso no capítulo correto. É legislação ordinária, não exige PEC." Ainda na entrevista, Haddad defendeu a taxação de fundos fechados.

Será uma medida antecipada para agosto, a ser enviada ao Congresso junto com o Orçamento de 2024, conforme mostrou o Valor, para ajudar a viabilizar a meta de resultado primário igual a zero. "Estamos falando de 2,4 mil fundos [fechados] que envolvem patrimônio de R\$ 800 bilhões", afirmou Haddad. "É uma legislação anacrônica, que não faz sentido nenhum. Não estamos querendo tomar nada de ninguém, é cobrar rendimento", completou.

Sobre a taxação de offshores, o ministro afirmou que gostaria de aprovar a medida provisória que já foi enviada ao Congresso, mas que algumas melhorias poderão ser feitas no texto. "Vai ter melhorias, já colhemos 19 sugestões, para não ter litigiosidade. Foi amplamente debatida no sistema financeiro e [alterações] vão ser acolhidas pelo relator", informou. A medida também busca aumentar a arrecadação e viabilizar a meta de zerar o déficit. (JS e ET)

"Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **reforma tributária** dos últimos 60 anos" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1§ion=1>

Lula traz cartilha "retrô" ao Brasil moderno

Em reunião com altos líderes empresariais neste mês, Luiz Inácio Lula da Silva concentrou-se com firmeza no futuro. "Não voltei para fazer o mesmo que eu já fiz", disse o presidente brasileiro, de 77 anos, que está no sexto mês de seu terceiro mandato não consecutivo no poder. "Voltamos para fazer as coisas diferentes." O teor da mensagem era extremamente necessário. Apesar das promessas de reformar a maior economia da América Latina - e das grandes expectativas quanto a um grande pacote de transição verde em agosto -, o governo esquerdista de Lula até agora trouxe uma sensação decididamente "retrô".

Desde uma estratégia setorial baseada em subsídios e em impulsionar a indústria até uma política externa que reafirma em alto e bom som a posição do Brasil de não alinhamento a nenhum bloco internacional, muitas das políticas que distinguiram o governo trouxeram ecos de uma era passada, segundo críticos, que defendem uma abordagem mais moderna.

"Nosso presidente quer impor uma agenda da esquerda ultrapassada, dos anos 70", disse Sérgio Werlang, que foi diretor do Banco Central e hoje é professor da Fundação Getulio Vargas.

"Nos dias de hoje, isso simplesmente não faz sentido." As tentativas do governo para impulsionar a indústria, um setor que encolheu de 48% da produção econômica em 1985 para menos de 24% hoje, são as que vêm ganhando mais destaque.

No entanto, em vez de enfrentar as raízes do declínio industrial - os baixos níveis de educação, a logística cara e a burocracia pesada -, Brasília tem se concentrado em distribuir benefícios.

Entre junho e julho, o governo gastou R\$ 650 milhões (US\$ 135 milhões) para subsidiar a venda de 125 mil dos chamados "carros populares" para cidadãos sem rendas muito altas. O pacote foi uma tentativa de incentivar a produção de carros, fonte de uma sangria de empregos nos últimos anos, mas o impacto foi passageiro.

Como se para salientar a futilidade da estratégia, o pacote foi lançado ao mesmo tempo em que a Volkswagen anunciava uma suspensão da produção no Brasil, atribuindo a decisão à estagnação do mercado. Isso veio na esteira de interrupções já anunciadas neste ano por General Motors, Stellantis e Hyundai, entre outras.

Brasília informa que pretende gastar US\$ 20 bilhões nos próximos quatro anos para fortalecer a indústria, com foco no apoio à "inclusão socioeconômica [e] na promoção de bons empregos e salários melhores". Para alguns, esse foco está mal orientado.

"Eles acham que isso vai preservar mais empregos e que esses empregos são importantes para o crescimento. Mas essa é a mentalidade dos anos 70, quando a indústria era importante na geração de empregos. Agora não. O mundo tem se reorientado em direção aos serviços", disse Werlang.

As crenças políticas de Lula podem, muitas vezes, ser remontadas a seus anos de formação como ativista sindical nas décadas de 1970 e 1980 - período em que a indústria era um pilar do crescimento.

Muitos dos que estavam ao redor de Lula nesses anos ainda exercem influência hoje, mais notavelmente Aloizio Mercadante, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores com Lula em 1980.

Atualmente, ele é ponta de lança da iniciativa de "neointustrialização" do Brasil como chefe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Vejo o governo carente de novas ideias. Estamos vendo o Partido dos Trabalhadores de mentalidade antiquada [com] ideias de um mundo antigo, quando o Estado tinha mais poder", disse Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor.

Carazza diz que a mentalidade retrô do governo fica mais evidente em sua política externa, em especial com sua perspectiva de Guerra Fria a respeito da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Enquanto enfatiza o status não alinhado do Brasil, Lula diz que a Ucrânia tem tanta responsabilidade quanto a Rússia pelo conflito e critica o líder ucraniano Volodymyr Zelensky por "querer a guerra".

"Isso mostra Lula prestando homenagem a uma visão obsoleta da Guerra Fria, quando a Ucrânia era considerada um satélite da Rússia e que, assim, os russos estavam legitimados em invadir", disse Carazza.

Uma notável exceção à tendência retrô do governo é Fernando Haddad, que surpreendeu a comunidade

empresarial desde sua nomeação como ministro da Fazenda. Apesar de sua longa lealdade a Lula, Haddad tem encontrado um equilíbrio delicado para conciliar os interesses do Partido dos Trabalhadores com as demandas do mercado por reformas e disciplina fiscal.

Em especial, ele tem ajudado a conduzir uma **reforma tributária**, defendida de forma generalizada e há muito aguardada, que poderia ser aprovada pelo Congresso ainda em agosto.

A reforma, que, segundo projeções, impulsionaria o crescimento de longo prazo a até 2,4%, chega em meio a um panorama cada vez mais otimista para a economia, com as previsões de expansão do **PIB** tendo sido incrementadas para 2,2%.

Muito disso é impulsionado pela força do setor de agronegócios, e não por qualquer tipo de política industrial ou governamental.

Mas se a vida começar a melhorar para os brasileiros, Lula assumirá o crédito, bem no estilo retrô.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1§ion=1)**

O investimento virá? (Artigo)

Joaquim Levy

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e Fonte: IBGE Contas Nacionais diretor gerente do Banco Mundial

*

É cada vez mais evidente que a transição energética e, de modo mais amplo, "ecológica" será chave para os investimentos no Brasil até 2030-notadamente privados. O governo articula uma estratégia para essa transição, cujo multiplicador é grande: energia limpa e barata atrairá investidores, diminuirá eventual discriminação internacional contra nossa indústria e puxará os serviços. A floresta em pé e a agricultura sustentável nos darão liderança no clima e biodiversidade, promovendo a paz mundial com mais alimentos.

O sucesso da estratégia para chegarmos às emissões de carbono zero dependerá do seu financiamento.

A energia renovável no Brasil é mais barata que as alternativas, prescindindo de subsídios.

Atividades em algumas cadeias industriais longas ou que envolvam muita pesquisa e inovação podem necessitar apoio.

Mas, mesmo aí, diminuir riscos será mais importante do que mobilizar subsídios. Seria provavelmente um equívoco um país com baixa renda e capital, e longe da liderança tecnológica, simplesmente imitar programas como os da Europa e EUA. O principal risco para investimentos continua sendo macroeconômico.

Ele impacta a taxa de juros, o financiamento lastreado apenas nos méritos do projeto (project finance without recourse) e o prazo do crédito. Por isso, a confiabilidade fiscal é crucial.

O desafio fiscal atual vem muito de decisões tomadas antes das eleições, que aumentaram as despesas em 1,5% do **PIB** e postergaram compromissos da União.

A conta é grande e, como o Tesouro Nacional mostrou de forma sóbria e transparente no seu 3o Relatório de Projeções Fiscais, zerar o déficit primário em 2024 exigirá R\$ 100-150 bilhões em receitas adicionais. Esse aumento tem que ser permanente e ir além do

crescimento de 2,5% a.a. do **PIB**, para se chegar a um resultado primário de 1% do **PIB** em 2026. Além disso, há 2% do **PIB** em precatórios que deverão ser pagos até 2027. A Fazenda tem lutado na Justiça e anunciado medidas para obter essas receitas, como a verificação do preço de transferência de exportações, e a tributação das apostas eletrônicas e da poupança individual, inclusive aquela no exterior. Mas o esforço será grande, não devendo asfixiar as empresas ou afugentar o capital, e exigirá disciplina nos gastos fiscais e parafiscais, inclusive das estatais.

Uma das vantagens da transição energética é que, enquanto a produção de petróleo ou a construção de hidrelétricas tem grande risco, sendo complexa e demorada, a construção de parques eólicos e solares em terra é simples e rápida. A entrada do capital privado na geração elétrica mostra isso, independente da explosão da geração solar distribuída.

O papel de grandes empresas estatais ou privadas deve ser repensado nesse ambiente, e a concorrência estimulada.

Precisamos de regulação que remunere adequadamente os serviços proporcionados por diferentes fontes de energia, e um planejamento que otimize investimentos de rede pelo setor privado, evitando acrobacias fiscais com projetos gravosos ou de vida possivelmente curta. O Brasil tem as instituições para isso, se elas contarem com autonomia técnica e recursos. Recursos públicos também serão preciosos para fortalecer a pesquisa mineral, estribando novas concessões e o investimento privado no processamento de minerais estratégicos.

O planejamento ajuda a ligar elos das cadeias de produção, diminuindo riscos e alinhando vantagens. Isso já é percebido quanto à siderurgia. O Brasil tem minério com alto teor de ferro, que pode ser tratado para ser ainda mais eficiente e de baixo carbono.

O país também produz excelente coque para anodos e eletrolizadores como os necessários para a produção de hidrogênio verde (H2v), além de fabricar equipamentos de geração eólica e dominar amplamente a tecnologia de estruturas offshore. A legislação para a geração eólica off-shore sendo aprovada, há dezenas de projetos cadastrados que poderão botar o país na dianteira da produção de H2v em 5 anos, integrando as fontes renováveis, com energia de rede sem traços de combustíveis fósseis.

O planejamento poderá coordenar essas possibilidades com a periódica reforma dos altos fornos e a compra de fornos elétricos, facilitando o financiamento das cadeias de produção e baixando custos. Tendo sucesso, ele abriria mercados para o aço brasileiro e mostraria ao mundo como reduzir as emissões de escopo 3 da mineração do ferro.

Outro componente da estratégia de transição, nunca é demais dizer, é a **reforma tributária** que cria o IVA e reduz distorções. O receio de que alíquotas subirão de forma generalizada é intrigante, especialmente quando acompanhado da demanda de que elas sejam anunciadas de antemão.

Afinal, se o compromisso do governo é de que não haja aumento da carga tributária, as alíquotas efetivas não poderão aumentar para todo mundo e precisarão ser calibradas ao longo do tempo.

Também é difícil entender o sentido de a alíquota vir a ser "das maiores do mundo", quando ela apenas traduz em grosso a soma, hoje, do PIS-Cofins e ICMS.

O IVA vai aliviar setores que atualmente não têm direito a crédito nos insumos que compram.

As Contas Nacionais mostram que o "consumo intermediário" corresponde a perto de 40% do valor da produção de muitos segmentos dos serviços, e mais de 50% na agricultura. Poder abater o imposto incluído no preço dos insumos, isto é, ter direito a crédito tributário, diminuirá o impacto do alinhamento do IVA para os setores atualmente com alíquota mais baixas. O IVA também tornará a tributação mais igual entre setores e atividades no mesmo setor, melhorando a alocação de capital e produtividade da economia.

*

O planejamento ajuda a ligar elos das cadeias de produção, diminuindo riscos e alinhando vantagens

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613>

"Nós temos também nossas insatisfações com o governo"

Alçado ao cargo de líder do maior bloco da Câmara -o do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que reúne União Brasil, PP, PSDB, Cidadania, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota e PDT -, o deputado André Figueiredo (PDTCE) ainda vê dificuldades para o governo consolidar sua base. Segundo o parlamentar, no momento, não há como garantir maioria folgada, mesmo com a **reforma ministerial** que se avizinha. No momento em que PP e Republicanos, do Centrão, negociam o comando de ministérios, Figueiredo critica o Palácio do Planalto por colocar em segundo plano partidos aliados, como a sua sigla.

Em fevereiro, ele assumiu interinamente a presidência do PDT após a licença de Carlos Lupi para assumir o Ministério da Previdência.

O senhor lidera o maior bloco da Câmara, com 174 deputados.

Como vê a **reforma ministerial**, que deve contemplar o PP e o Republicanos?

É imprescindível para a governabilidade. O país de hoje é muito diferente do primeiro mandato do Lula.

Ele sempre foi muito responsável, sabe que é necessário muito diálogo, sem aderir a uma pauta conservadora.

Ele sabe que precisa manter diálogo com esses partidos. É oportuno que tenham ministérios.

Com pastas para Republicanos e PP, o Congresso se verá representado na Esplanada?

Falando pelo bloco que lidero, acho extremamente salutar que Esporte e Desenvolvimento Social fiquem com esses partidos.

André Fufuca e Silvio Costa Filho são respeitados e poderíamos, sim, dialogar com eles. Mas as pastas que serão deixadas com cada um dependem do Lula. Se ele vai redirecionar o Bolsa Família, se não vai, não sei.

Mas seriam bons nomes e nós no Congresso adoraríamos dialogar com eles.

O seu antecessor na liderança do bloco, Felipe

Carreras, disse haver uma dificuldade de interlocução com o governo.

Esses ministérios acabariam, de uma vez, com esta questão?

Não posso dizer que há uma facilidade consolidada, até o momento, neste diálogo. Há um esforço maior do governo e, às vezes, a demora no diálogo complica votações. Basta ver o que ocorreu na **Reforma Tributária**, aprovada no limite do prazo. Esperamos, sim, que isto seja resolvido no segundo semestre. Mas, não posso dizer que isto será resolvido apenas com uma **reforma ministerial**.

No PDT mesmo, existem muitas reclamações. Temos um ministério, mas acabamos tendo pouco poder de execução. Perdemos o DataPrev, por exemplo. Além disso, há mais esforços em dialogar com os partidos de centro do que com a base.

Nós temos também as nossas insatisfações. O governo tem sido bastante pragmático na questão numérica.

Somos 18 deputados com coerência com os nossos princípios. Ninguém vai nos impor posicionamentos na nossa bancada e temos, sim, insatisfações.

Adespite de uma ala do seu partido defender a independência, o senhor se compromete a trabalhar para garantir a governabilidade?

Claro. Temos o próprio Ciro Gomes se manifestando favoravelmente à governabilidade.

Ele tem uma posição da qual discordo.

Mas não abriremos mão dos nossos princípios. Esperamos ter uma pauta voltada para a recuperação das pensionistas neste segundo semestre, por exemplo.

Essa é uma prioridade do ministro Carlos Lupi.

Precisamos reduzir as filas da Previdência e queremos uma mitigação dos danos previdenciários em todos os setores.

PDT e PSB foram criticados por aderirem ao

superbloco de Lira .

Como avalia a convivência com legendas como o PPe o União ?

OPDTestá no lugar certo?

Não haveria ambiente melhor, eu digo com convicção.

A decisão em aceitar participar do superbloco foi extremamente acertada, até para a governabilidade do presidente Lula. União e PP nos procuraram, já cedendo a presidência do bloco e dispostos a fazer um acordo por sucessão. O bloco não vincula as legendas em todas as votações. Eventualmente, podemos discordar.

Aprovamos o novo arcabouço ea **Reforma Tributária**.

O senhor preside interinamente o PDT e é do Ceará, estado de Cid Gomes. Ele se mostra contrário a uma aliança local com o PT. Qual é a sua opinião?

Na questão estadual, me licenciei do diretório para que o Cid Gomes assumira. O PDT quer, sim, a prefeitura de Fortaleza. Temos dez deputados estaduais, de um total de 13, com apoio ao governador Elmano de Freitas (PT). Então, somos independentes e liberamos a bancada. Mas as atitudes demonstradas pelo PT, parecem que não querem o PDT em sua base. Me mantenho em acordo com Cid. Fortaleza precisa de atenção do governo do estado. O PT precisa olhar com mais atenção para isso, estivemos do mesmo lado deles na trincheira nos últimos anos.

Precisam nos respeitar, já que no ano que vem teremos eleições. Essa discussão agora pertence ao Cid. Hoje, acho que se o PT não apoiar o José Sarto para a prefeitura de Fortaleza no ano que vem, não temos motivos para estarmos com eles hoje.

Como a Câmara e seu bloco se comportarão para chegar ao texto final do PL das Fake News?

Temos discutido a importância de aprovar este projeto.

Nas palavras de Lira, precisaremos de um grande esforço para chegarmos ao consenso.

Será possível entregar qual percentual de votos?

Dependerá do momento.

É difícil estimar num bloco tão heterogêneo. Eu espero que ao menos 50% nos acompanhe. Mas o PL só será pautado se tivermos votos suficientes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxação de super-ricos será enviada em agosto, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quarta-feira (26) que a proposta de maior taxaço sobre os super-ricos será enviada ao Congresso em agosto, para que ela eleve as receitas previstas na proposta de Orçamento de 2024 (que precisa ser enviada até o fim do próximo mês).

O ministro confirmou o envio do projeto mesmo após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), contestar, na segunda-feira (24), a iniciativa. Para Lira, seria arriscado o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocar em discussão a taxaço de fundos exclusivos de investimento antes da conclusão final da **Reforma Tributária** sobre o consumo no Senado.

O governo tem pressa no envio porque precisa arranjar novas receitas de modo a perseguir a meta central de déficit zero no ano que vem. Tal objetivo exige um significativo esforço pelo lado da arrecadação, já que o novo arcabouço fiscal prevê despesas crescendo acima da **inflação** no ano que vem -sendo que as contas públicas estão no vermelho neste ano.

"Tem que ir em agosto [taxaço dos super-ricos] porque tem que acompanhar o [projeto de] Orçamento", afirmou Haddad ao site Metrópolis. "Não posso mandar o Orçamento sem essas medidas encaminhadas ao Congresso."

Haddad ainda defendeu a medida como uma forma de fazer justiça fiscal no país.

"Estamos falando de 2.400 fundos com patrimônio de R\$ 800 bilhões. Quase ninguém assistindo [à entrevista] faz parte desse grupo", afirmou.

"Estamos falando de uma legislação que é anacrônica e não faz sentido nenhum. Não queremos tomar nada de ninguém, é cobrar rendimentos desse fundo. O Brasil criou uma espécie de conta paradisíaca para essas 2.000 famílias", disse.

Haddad também criticou contribuintes que fogem do pagamento de **impostos** que já são baixos em comparação com países globais, como no caso da tributação sobre heranças. "A primeira pessoa que pede ajuste fiscal é esta: [A que diz que o governo] está gastando demais". Mas não quer pagar o

mínimo", afirma.

Em evento em São Paulo no início da semana, Lira havia afirmado que o envio da taxaço dos super-ricos poderia embolar a discussão em curso no Congresso. Para o deputado, "uma coisa é concordar com o mérito, outra coisa é concordar com o timing".

"Não pude me expressar publicamente, nem conversar mais especificamente com o ministro Haddad, mas eu acho politicamente um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalização, você pode embolar esse meio de campo", disse Lira.

Na entrevista desta quarta, Haddad afirmou que o Congresso terá a palavra final sobre o tema, mas ressalva que, caso as medidas que elevam as receitas não sejam aprovadas, os parlamentares terão que fazer ajustes na proposta orçamentária.

"Se amanhã, supondo que o Congresso não aprove uma dessas medidas, o relator do Orçamento vai ter que ajustar a peça orçamentária à luz do que for aprovado", disse.

Segundo Haddad, é factível zerar o déficit das contas públicas em 2024, e o Tesouro Nacional ainda trabalha com a projeção máxima de um déficit de 1% do Produto Interno Bruto neste ano.

Haddad diferenciou esse tipo de medida, dizendo que ela corrige distorções sobre jabutis e penduricalhos criados ao longo dos anos no sistema tributário, do restante das medidas -como a reforma sobre a renda e na folha de pagamento.

O cronograma com que ele trabalha é o Congresso promulgar a PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera as regras acerca da tributação sobre o consumo até dezembro (após a aprovação pelo Senado, prevista para outubro) e regulamentar o tema no ano que vem.

"Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **Reforma Tributária** dos últimos 60 anos. Vamos concluí-la", disse. Depois disso, será enviada a proposta de lei ordinária para a reforma da cobrança sobre a renda de capital e do trabalho.

Haddad voltou a criticar o atual patamar dos juros no país e disse que o Banco Central surpreenderá o mundo caso não corte a taxa básica (Selic) na reunião da próxima semana . Ele disse esperar que o percentual caia para no mínimo 12% ao fim do ano, o que é aguardado pelo mercado.

Questionado se a presença de seu ex-secretário-executivo Gabriel Galípolo na diretoria do BC representaria uma voz do governo no Copom que poderia ajudar na queda dos juros, Haddad reiterou que a indicação não tinha como objetivo a formação de uma bancada, mas sim melhorar a interação entre a autarquia e a pasta.

Apesar da pressão de setores do governo que defendem que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, seja convocado para prestar contas ao Congresso Nacional ou até mesmo deixe o cargo, Haddad disse que a permanência dele no cargo até o fim do mandato é "questão de foro íntimo".

Haddad também defendeu que Lula busque a reeleição na eleição de 2026 e afirmou que, caso o atual mandatário, que completará 78 anos em outubro, não concorra, haverá um candidato que representará o projeto liderado por ele.

"O presidente Lula tem direito constitucional à reeleição. Ele não vai precisar mudar a Constituição para se reeleger. Grande parte das pessoas que eu conheço defendem que Lula seja candidato em 2026... Claro que eu defendo", disse Haddad.

Com Reuters

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539

Avanço de reformas eleva nota de crédito do Brasil

Uma das principais agências de risco do mundo, a Fitch aumentou a nota de crédito do Brasil após cinco anos. Agora, o país está a dois degraus na escala da agência para recuperar o grau de investimento, o selo de bom pagador que amplia o potencial de receber aportes externos.

Numa análise em que afirmou que o Brasil vem tendo um desempenho macroeconômico e fiscal "acima do esperado", a Fitch considerou avanços da economia medidas aprovadas pelo Congresso durante o governo Bolsonaro, como a Reforma da Previdência (2019) e a autonomia do Banco Central (2021), e já sob Lula, como o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**, ambos ainda em tramitação. PÁGINA 13

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda propõe pacote para facilitar crédito a estados

Nathalia Garcia

O Ministério da Fazenda anunciou nesta quarta (26) um amplo pacote de medidas focadas em facilitar o acesso de estados e municípios a fontes de financiamento.

Ao todo, são 24 propostas (13 novas) separadas em cinco eixos no plano chamado "novo ciclo de cooperação federativa". O pacote foi apresentado pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, após fala inicial do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

As propostas, segundo o titular da pasta econômica, abrem um "ciclo de negociação para pensar o futuro da relação federativa". Haddad diz também que são medidas que "efetivamente vão alavancar os investimentos no país".

Como mostrou a Folha, a equipe econômica vai propor uma série de mudanças nas regras do chama do Regime de Recuperação Fiscal. O pacote inclui modificações na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e alterações na Capag (capacidade de pagamento) -a nota de crédito que classifica a saúde fiscal de entes subnacionais. Há ainda medidas de fomento a PPPs (parcerias público-privadas) e de revisão dos limites de operações de crédito.

"O conjunto de medidas é um alinhamento de incentivo para uma melhora fiscal, não para uma deterioração fiscal dos entes", diz Ceron. "Elas [medidas] vão para a direção correta, de equilíbrio fiscal, de mais investimento público, mais crescimento econômico e mais benefícios para a população que depende do estado para serviços públicos essenciais."

Lei de Responsabilidade Fiscal

O Tesouro propõe uma nova regra na LRF para impedir o descasamento entre os recursos disponíveis em caixa de estados e municípios e as obrigações assumidas pelos entes, como pagamento de salários, por exemplo.

Em caso de descolamento, serão aplicadas medidas restritivas para novas despesas. A regra, que será proposta pelo

governo por meio de um projeto de lei complementar e

depende de aval do Congresso Nacional, entraria em vigor a partir de 2027, quando inicia o mandato dos governadores eleitos no ano anterior.

"A ideia não é criar constrangimento de curto prazo para ninguém. Vai ter um período de transição, ela [mudança] não vai afetar os mandatos vigentes, que já estão em curso, de prefeito se governadores", afirma Ceron.

"Com isso, você sinaliza o horizonte. A partir dos próximos mandatos, de prefeitos a partir de 2025 e de governado -res a partir de 2027, eles já entram sabendo a regra do jogo e começam esse processo de ajuste", acrescenta.

Para o secretário do Tesouro, o envio ao Congresso dos projetos para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Regime de Recuperação Fiscal em agosto não vai contaminar o debate sobre a **reforma tributária** e sobre o novo arcabouço fiscal. Ceron defende que essa é uma "pauta positiva", não polêmica, e diz esperar um "diálogo saudável" com o Legislativo.

Rating e operações de crédito

A Capag é outro tema em discussão. O Tesouro usa a classificação como um indicador da saúde das contas dos entes subnacionais e faz o cálculo com base em três indicadores (endividamento, poupança corrente e liquidez). Apenas estados e municípios com notas "A" e "B" na classificação têm acesso a crédito com aval da União.

Entre os ajustes propostos pelo governo, está a introdução de um critério alternativo para estados e municípios chegarem ao rating mais elevado. O tema será tratado em uma consulta pública, que ficará aberta por 30 dias.

A avaliação da resiliência financeira de estados e municípios que buscam ter nota A levará em conta não apenas a poupança corrente (15%) mas também o saldo de caixa livre. Caso esse saldo seja maior que 7,5% da receita corrente líquida, o ente com nota B poderá ser reclassificado ao nível mais alto.

"Tirando a questão reputacional, de imagem, não tem diferença entre ser A e B. Nós entendemos que esse

não é o bom sistema de alinhamento de incentivo", diz Ceron.

De acordo com o governo, a mudança beneficiaria estados como Ceará, Bahia, São Paulo e Paraná e mais de 400 municípios, incluindo as capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Curitiba.

Outra proposta é a gradação a partir de 2025 no percentual da operação garantida pela União variando de 70 a 100% a depender da nota Capag ser C, B ou A.

A Fazenda também prevê acabar com as restrições em termos de limites para operações de crédito para os entes com rating A e A+. Há ainda a proposta de criação de um processo acelerado ("fast track") para liberação de operações de crédito aos entes com "informações contábeis consistentes".

Essa avaliação será feita a partir de um ranking de qualidade da informação contábil e fiscal, além de outros testes. Estados e municípios que receberem nota A (desempenho superior ou igual a 95%) no ranking no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e na Capag ficarão com o selo A+.

A instituição do ranking e do prêmio qualidade da informação contábil e fiscal para entes da Federação será feita por meio de uma portaria.

O governo indica ainda que instituições financeiras terão que respeitar limites máximos de taxa de juros em função das notas Capag dos entes nas operações de crédito com ou sem aval da União. De acordo com o Tesouro, há indícios de taxas abusivas, especialmente para estados e municípios de menor porte, nas operações (acima de 200% CDI).

Municípios de pequeno e médio porte

Outra mudança, que nesse caso virá via decreto, é a redução do porte do município exigido para adesão ao PEF (Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal).

Hoje, apenas municípios com mais de 1 milhão de habitantes podem celebrar acordos com a União quando possuem nota C na Capag. O número mínimo que passará a ser demandado para municípios com notas C ou D será de 200 mil habitantes. A medida pode beneficiar mais de 30 municípios, de acordo com estimativa do governo.

Quanto às operações de crédito de estados e municípios com garantia da União, hoje o valor mínimo é de R\$ 30 milhões. O Tesouro Nacional propõe uma redução do piso para R\$ 20 milhões e, no caso de

operações em projetos de PPPs, para R\$ 10 milhões.

A revisão será discutida na próxima reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional) -colegiado formado pelos ministros Haddad e Simão -e Tebet (Planejamento) e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Na avaliação da pasta econômica, o montante atual inviabiliza o acesso a crédito a custos competitivos aos municípios de menor porte, mesmo entre os com boa situação fiscal.

Apoio a projetos de PPPs e concessões

O plano do governo também estabelece que a União só irá conceder garantias nas operações de crédito a estados e municípios para instituições financeiras que cumprirem contrapartidas mínimas.

Segundo a proposta, a contrapartida seria equivalente a 0,5% dos valores contratados, podendo ser por meio de apoio financeiro direto ou prestação de serviços. A introdução e o detalhamento delas serão publicados em portarias.

De acordo com estimativa do Tesouro, a medida tem potencial para gerar R\$ 500 milhões em contrapartidas das instituições financeiras até 2026 e viabilizará estruturação de mais de 150 projetos de PPPs e concessões nesse período.

Além disso, a Fazenda propõe alterar a legislação vigente para permitir que bancos públicos possam oferecer garantias da contraprestação integral de PPPs de estados e municípios e não somente a parcela de amortização dos investimentos.

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias

O conjunto de medidas é um alinhamento de incentivo para uma melhora fiscal, não para uma deterioração fiscal dos entes. Elas [medidas] vão para a direção correta, de equilíbrio fiscal, de mais investimento público

Rogério Ceron, secretário do Tesouro

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539

Hidrogênio verde e seus desafios tributários - OPINIÃO JURÍDICA

Rafael Vega e Luca Salvoni são sócios do Cascione Advogados

É inquestionável a vocação do Brasil para a energia renovável, inclusive solar e eólica. Nossa natureza única, aliada à proximidade (física e cultural) a grandes países consumidores e ao zeitgeist da transição energética, abrem uma nova janela de oportunidade ao país: consolidar-se como um dos grandes fornecedores de energia limpa ao mundo.

Neste contexto, o hidrogênio verde (H2V) é a bola da vez: hidrogênio gerado a partir de uma fonte renovável de eletricidade e que pode ser transportado e armazenado (sem entrar em tecnicidades).

Mas, como sempre, nosso potencial só é equiparável à nossa habilidade em perder oportunidades. Há entraves que precisam ser removidos urgentemente, se quisermos cooptar a tempestade de investimentos que se avizinha.

E já estamos ficando para trás (de novo).

Surge a nossa tributação como um dos maiores problemas.

Nossa estrutura é conhecida por ser anacrônica e "exportar **impostos**", péssima em termos de competitividade internacional.

Assim, longe de esgotar o tema, vimos dar nossa singela contribuição. Abordamos dois exemplos pontuais, mas de enorme importância nesta indústria, essenciais para a segurança jurídica e viabilidade econômica de projetos de longo prazo. Especialmente para as empresas que não querem depender de uma salvação incerta no Judiciário.

O primeiro exemplo é o ICMS sobre a aquisição da energia para a produção do H2V. O imposto é não cumulativo e não é cobrado em exportações, mas, em uma indústria em que os maiores insumos são água e energia, projeta-se enorme acúmulo de créditos fiscais sem que haja procedimento eficiente de uso/ressarcimento.

Paga-se ao Estado para pedir o dinheiro de volta dia seguinte.

O custo do fluxo de caixa para se pagar e restituir o imposto torna o projeto inviável.

Para além da mera desoneração do ICMS neste fornecimento, como já ocorre em alguns poucos Estados, uma forma de afastar este impacto seria o reconhecimento de que a indústria do H2V se enquadra no conceito de "industrialização" ou "indústria eletrointensiva" para fins da aplicação da isenção que já existe na lei nacional. Sim, o ICMS não incide na venda de energia para industrialização, mas quase nenhuma atividade se encaixa nos critérios das Fazendas estaduais.

A solução não é difícil. Em alguns Estados basta um Parecer da Secretaria da Fazenda para reconhecer o óbvio: que a eletrólise da água (processo que gera o H2V) deve ter o mesmo tratamento fiscal que outras as indústrias que usam, vejam só, a mesma eletrólise. Com uma caneta e três linhas de texto, os Estados poderão garantir a segurança jurídica e viabilizar todo um setor industrial.

O caso se presta a mostrar o quão perto pode estar a solução em um cenário de complexidade exponencial. Paliativos necessários enquanto não vem a tão sonhada **reforma tributária**, que, mesmo implementada, demorará anos para ser efetiva.

Outro exemplo de insegurança jurídica na cadeia das energias renováveis que fatalmente impactará o H2V é a indefinição sobre a incidência de **tributos** sobre o imóvel que recebe as plantas de energia eólica ou solar (em especial). Em poucas palavras: sobre imóveis urbanos, paga-se IPTU (mais caro), e, sobre imóveis rurais, paga-se ITR (mais barato). Em geral, quem define isto são os municípios, que estabelecem por lei os limites da zona urbana.

O problema é que projetos de energia envolvem naturalmente longos prazos (20 anos ou mais), e é comum a criatividade municipal na criação de zonas de expansão urbana, com pagamento de IPTU, em áreas sem nenhuma infraestrutura. Ou seja, o investidor fica "na mão" das prefeituras.

Para piorar, mesmo o ITR pode ser um problema. O imposto é progressivo e a conta sai cara se não for cumprida a "função social" da terra, mediante produção agropecuária. Mas a regra atual é omissa e

permite a tributação pesada de usinas solares (sob a pecha de serem um latifúndio "improdutivo").

A solução aqui é mais global: um marco legal em nível nacional sobre a tributação em áreas de geração de energia limpa, definindo que esta se considera uma forma de atividade rural, para fins fiscais.

Seja porque em geral se situam em terras baratas fora dos centros, seja por não demandarem nenhuma infraestrutura urbana, seja em função de sua natureza "passiva" e alheias à intervenção humana (com exceção de trabalhos de manutenção), em tudo semelhante a uma "fotossíntese" artificial.

Seu enquadramento como forma de atividade rural seria suficiente para, em uma só tacada, atrair a aplicação do ITR e afastar o enquadramento como terra "improdutiva", viabilizando financeiramente os projetos e garantindo segurança jurídica (hoje, muitos projetos sequer pensam neste risco e contam com a sorte, literalmente, para evitar cobranças). Inclusive, esta foi a solução dada pela Espanha, não por coincidência lar de uma das mais pujantes indústrias solares do mundo.

Estes, ICMS e imposto sobre propriedades, são apenas dois exemplos de entraves fiscais que atualmente restringem investimentos no setor. Há muitos outros, todos de "fácil" solução, com alguma técnica e vontade política.

Uma vez ultrapassados estes desafios, destravaremos a vocação natural do Brasil para a liderança no fornecimento de energia verde para o mundo.

Outra opção é ficarmos parados.

Nosso potencial é tão grande que certamente continuaremos a atrair algum investimento. Mas quem quer andar de lado?

Rafael Vega e Luca Salvoni são sócios do Cascione Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612>

O trailer da reforma do Imposto de Renda - LU AIKO OTTA

Já é possível ver um trailer dos debates que tomarão conta do Congresso Nacional quando for discutida a reforma do Imposto de Renda, provavelmente em 2024. As 106 emendas apresentadas por 24 congressistas à Medida Provisória (MP) 1.171/2023 dão uma ideia do que vem por aí: correções mais ambiciosas na tabela, novas possibilidades de dedução e temas tributários os mais variados.

Por exemplo: o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) apresentou emenda propondo reajuste de 53% a toda a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), em vez dos 10,9% apenas no limite de isenção, como proposto pelo governo na MP.

Sugere ainda que sejam reajustados os limites de dedução, não alterados pela MP, e o desconto simplificado.

Vários outros parlamentares protocolaram propostas semelhantes.

Alguns foram além. É o caso do deputado Marx Beltrão (PP-AL), que quer incluir no rol de despesas dedutíveis do IR os gastos com apostilas, livros didáticos e outros. "Atualmente o gasto com material escolar em geral de um estudante é altíssimo para sua família", justifica. "Um investimento que merece reconhecimento e por essa razão estamos apresentando esta emenda." Ele também propôs a dedução de despesas com enfermeiros.

Foram ainda abordados temas estranhos à matéria. O deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) propôs isentar das contribuições PIS/Cofins as vendas de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, realizadas por empresas que se situam em áreas de livre comércio da região Norte. "Há uma injustificável distorção normativa entre as diferentes Áreas de Livre Comércio (ALCs), que confere benefício específico tão somente para as localizadas em uma das unidades da Federação", diz, no texto que justifica a emenda.

A coluna contactou os três parlamentares, mas não obteve resposta.

Essa mesma MP, que tramita sob o número 1.171/2023, institui a taxa de investimento no exterior, os chamados fundos offshore. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conta com esse ponto

para colocar em pé uma proposta de orçamento federal com déficit primário zero em 2024.

No entanto, a matéria se encontra numa espécie de limbo político. Apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em abril, está parada desde então. Corre o risco de perder a validade se não for votada até final de agosto.

Atuam sobre ela dois vetores.

De um lado, Haddad quer ver a taxa dos fundos offshore aprovada este ano, para ser cobrada em 2024. De outro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende blindar a **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pela Câmara e atualmente em análise no Senado, do debate congressional intenso que envolve o IR.

Na segunda-feira, Lira afirmou em almoço com empresários em São Paulo que o debate sobre a tributação sobre fundos offshore - e também sobre os fundos exclusivos, que Haddad quer propor na forma de projeto de lei em agosto - atrapalharia o andamento da **reforma tributária**.

A mesma avaliação foi feita duas semanas atrás em conversa de Haddad com o relator da **reforma tributária** do consumo no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

O ministro foi aconselhado por ele e por outros integrantes do Congresso a não abrir uma nova frente de debates polêmicos. Isso poderia enfraquecer o impulso dado pela aprovação da **reforma tributária** do consumo na Câmara e intensificar pressões contrárias.

A solução arquitetada para o impasse envolve o envio do projeto de lei dos fundos exclusivos junto com o do orçamento, como já informou Haddad, e deixá-lo em banho-maria até que o Senado vote a **reforma tributária** do consumo. Já os pontos da MP 1.171, prestes a perder a validade, deverão ser transplantados para outra MP em condições de ser aprovada ainda este ano.

Será importante manter a estratégia de fazer um debate por vez, pois os temas são polêmicos, a agenda é longa e é grande o risco de perder o foco.

O primeiro item dela é consolidar o novo marco fiscal.

É por isso que, já há algum tempo, uma preocupação central na Fazenda é tornar viável um nível de arrecadação suficiente para zerar o déficit primário em 2024. Dois interlocutores de Haddad, de áreas totalmente diferentes, disseram à coluna que o ministro "só pensa nisso".

A própria proposta do arcabouço ainda está em exame no Congresso Nacional. O texto passou pela Câmara e foi aprovado com alterações no Senado. Nesse caso, os pontos modificados precisam ser submetidos aos deputados.

A **reforma tributária** do consumo, por sua vez, chegou ao Senado precisando de ajustes, segundo avaliou Haddad. Alguns pontos precisarão ser "limados", disse.

Eduardo Braga terá apoio da área técnica da Fazenda e do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo se comenta nos bastidores, o senador quer fazer contas antes de formar opinião sobre a proposta.

Na primeira metade do ano, a agenda avançou de forma inédita e isso distensionou o ambiente. Porém, os debates estão longe de acabar. Será importante conduzi-los com cautela, para que a perspectiva de melhora da economia não se

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187612?page=1§ion=1)**

Empresas de apostas pagarão imposto de 18%

RENAN MONTEIRO

O governo publicou ontem a medida provisória (MP) que regulamenta as apostas esportivas, conhecidas como bets. Haverá imposto de 18% sobre a receita bruta das empresas, não de 16%, como dito anteriormente. Para os apostadores, o imposto será de 30% sobre prêmios acima de R\$ 2.112.

A taxa vai se somar aos demais **tributos** já existentes para empresas: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins. Como o setor de apostas envolve a prestação de serviços, haverá ainda incidência do ISS, que é municipal.

Segundo o Ministério da Fazenda, as empresas de apostas, enquanto entidades jurídicas, estão submetidas a esses **impostos**. A taxa de 18% sobre a receita bruta, explica a pasta, é específica do setor.

As regras já estão em vigor.

Para não perder a validade, a MP precisa ser analisada em até 120 dias pelo Congresso.

*

Taxa pode chegar a 32%

Isoladamente, o tributo de 18% ficaria bem abaixo da alíquota padrão de 25% ventilada para a **Reforma Tributária**, que unifica cinco **impostos** sobre o consumo. Mas o advogado Pedro Gurek, membro da Comissão de Direito de Entretenimento e Jogos da OAB/Paraná, estima que a taxa para as empresas pode atingir 32,25%, quando considerados os demais **impostos**:

-A porcentagem vai variar.

O ISS, por exemplo, depende de cada município e vai de 2% a 5%. Além da taxa de 18%, há cerca de 9,25% dos demais **impostos** federais (CSLL, PIS/ Cofins e IRPJ) - diz Gurek, que também é sócio do Sade Gritz Advogados.

Apostadores serão taxados?

O valor recebido pelo apostador será tributado em

30% (Imposto de Renda), à exceção dos prêmios de até R\$ 2.112, que ficam isentos.

Quem só apostar, sem ganhar, não paga imposto. A taxa de 18% das empresas não incide sobre os prêmios pagos.

Vale para que empresas?

Somente empresas habilitadas poderão lidar com a atividade de apostas relacionadas a eventos esportivos.

Novas empresas, inclusive estrangeiras, poderão ingressar no mercado, desde que estejam reguladas.

Arrecadação

Como o mercado não é regulamentado, os técnicos da Fazenda trabalham a partir de projeções de entidades e associações do setor. Uma previsão preliminar indicou arrecadação anual entre R\$ 6 bilhões e 12 bilhões, no longo prazo.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a previsão inicial de arrecadação está na casa dos R\$ 2 bilhões.

Para onde vão os recursos?

De acordo com a MP, 10% irão para a **seguridade social**; 3% serão destinados ao Ministério do Esporte; 2,55% vão para o Fundo Nacional de Segurança Pública; 1,63%, para os clubes, como contrapartida à cessão do nome; e 0,82%, para a educação básica.

Quem vai regular?

Será criada, no Ministério da Fazenda, a Secretaria Nacional de Apostas e Loterias.

Seus técnicos ficarão responsáveis pelo credenciamento das empresas de apostas no país. Eles ainda vão acompanhar o volume de apostas e a arrecadação, segundo a Fazenda.

Alguém não pode apostar?

Pela MP, não podem apostar: menores de 18 anos; pessoas ligadas às empresas de apostas (proprietário,

administrador, diretor, gerente e funcionário); agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação e à fiscalização da atividade; pessoas com acesso a sistemas informatizados de loteria de apostas; e pessoas que possam influenciar os resultados.

Infrações

AMP ainda prevê sanções para quem explorar a atividade sem prévia autorização da Fazenda, ou para as empresas que dificultarem a fiscalização ou deixarem de fornecer informações obrigatórias.

-Há diversas sanções, desde advertências até suspensão parcial ou total da atividade, além de multas -diz Gurek.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma Tributária chega ao Senado com pontos de avanço para setor de serviços

A líquotas diferenciadas para vários segmentos do setor de serviços, não cumulatividade plena e geração de créditos por empresas do Simples Nacional. Três pontos considerados cruciais para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foram incluídos na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho.

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 representou um momento histórico esperado há décadas, avalia o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

-Contribuímos de forma significativa para aperfeiçoar a proposta da **Reforma Tributária**. Se ainda não é a reforma ideal, tenham a certeza de que trouxemos avanços que beneficiam o setor terciário e seguiremos acompanhando a tramitação no Senado. Estamos diante da perspectiva de contar com uma realidade fiscal mais transparente e com maior segurança jurídica, duas qualidades fundamentais para fortalecer e impulsionar a economia - ele afirma.

Na avaliação da CNC, a garantia de não cumulatividade plena é o principal ponto de melhoria, na medida em que evita a incidência de **impostos** em cascata e a consequente oneração do contribuinte final. A Confederação também considera positivo o tratamento diferenciado disposto no texto para serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, bares, restaurantes, aviação regional e operações com bens imóveis.

Outro destaque relevante, para a CNC, é a redução de 60%, podendo chegar a 100%, das alíquotas de imposto para serviços de educação, serviços de saúde, dispositivos médicos, alguns medicamentos, transporte público coletivo, produtos agropecuários in natura, produtos da cesta básica, atividades desportivas, artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

ATUAÇÃO DECISIVA Desde o início das atividades do grupo de trabalho formado na Câmara dos Deputados para discutir a pauta, a CNC participou ativamente dos debates e das audiências públicas e apresentou cálculos sobre os impactos das propostas do governo.

A Confederação entregou um estudo demonstrando que, caso a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) fosse fixada em 25%, os serviços seriam onerados com um aumento de até 207% na carga tributária, e o comércio teria uma alta de até 40%. O impacto nos segmentos foi minimizado com a atuação da CNC.

- A **Reforma Tributária** não pode penalizar o setor de serviços, que foi o primeiro a ajudar os brasileiros na fase difícil de recuperação pós-pandemia - afirma Tadros.

Essa postura culminou no atendimento de importantes demandas do setor terciário. Entre elas, a garantia de regime tributário favorecido aos bens produzidos nas Áreas de Livre Comércio, a exemplo do que ocorre com a Zona Franca de Manaus. Esse foi um ponto defendido pela CNC e que chegou ao texto aprovado pelos deputados.

EMENDA EMPREGO O trabalho da CNC continua com a tramitação da **Reforma Tributária** no Senado.

A entidade pretende defender proposta denominada Emenda Emprego, que altera o texto de forma a prever alíquotas decrescentes do novo imposto para atividades que tenham maiores gastos com mão de obra - ou seja, ampara empresas que gerem mais empregos.

É o caso de serviços classificados como de meio de cadeia produtiva, como os de limpeza e de segurança.

Os setores também deverão tentar, como alternativa, que sejam incluídos na taxa reduzida a 40% da alíquota cheia, como foram classificados outros serviços.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil volta à mira dos investidores externos, diz Seneca Evercore - COLUNA BROADCAST

**CRISTIANE BARBIERI, MATHEUS PIOVESANA E
JULIANA GARÇON/GABRIEL BALDOCCHI (edição)**

No mercado de fusões e aquisições há décadas, Daniel Wainstein viu, em 2022, o Brasil ser encarado quase como um pária mundial por grandes investidores, que praticamente tiraram o País da lista de destinos para seus recursos.

"Havia uma mistura de discursos contra a preservação ambiental, com ataques às instituições democráticas que os investidores queriam evitar", diz o sócio sênior da Seneca Evercore, consultoria brasileira de M A, ligada ao banco de investimentos global Evercore. Somada às incertezas eleitorais de 2022 e às dúvidas sobre o novo governo, o resultado foi um primeiro semestre magro. Se no mesmo período de 2021, foram US\$ 27,2 bilhões em transações, neste ano, somaram apenas US\$ 7,6 bilhões.

País atrai financeiros e estratégicos

Para Wainstein, porém, as perspectivas mudaram.

"Até abril, estávamos lambendo as feridas", diz. "Agora, temos visto interesse forte e renovado tanto de grandes investidores financeiros como de estratégicos (interessados em operar os negócios), sendo que diversos ainda não têm presença no Brasil", afirmou.

Mais de 30 negociações foram iniciadas

Com 35 negócios em andamento, ele prevê os próximos 12 meses bem mais fortes. "Várias negociações em andamento voltaram à mesa e novas começaram porque o lado comprador da equação - o investidor internacional - começou a querer participar do Brasil, que hoje tem menos nuvens cinzas no céu."

CONVITE RECUSADO

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), declinou de convite da Vale para reunião por divergências com a gestão da empresa

NA CONTA.

A mudança já é perceptível.

A Evertec, empresa com sede em Porto Rico, adquiriu recentemente a brasileira Sinqia, em um acordo que poderá movimentar R\$ 2 bilhões.

O fundo de investimento norte-americano Dragoneer, ao lado da General Atlantic, tem negociado a compra da empresa de educação Arco.

Os dois acordos estão entre os negócios nos quais a Seneca Evercore esteve envolvida no primeiro semestre. Juntas, as duas transações podem movimentar R\$ 9,2 bilhões.

AOS POUCOS.

Segundo ele, primeiro chegaram os investidores financeiros já acostumados ao mercado nacional e que, mesmo com certo risco, "querem comprar quando o preço ainda não subiu na plenitude".

Agora, o interesse dos investidores estratégicos despertou porque têm uma perspectiva menos arriscada.

MODERADO.

Evidentemente, diz Wainstein, o Brasil sempre terá certo risco, mas tem um mercado interno pujante e grande chance de continuar a crescer. Pesam ainda reformas recentes, estabilidade da economia e da democracia e potencial valorização do real.

SINAIS.

Apesar de serem necessárias definições importantes em relação à **reforma tributária**, os indícios são bons, segundo Wainstein. "O entrave tributário diminuía as perspectivas de sucesso dos estrangeiros no País e a nossa produtividade como um todo", afirma.

SETORES.

De acordo com ele, entre as áreas que chamam a atenção dos estrangeiros estão tecnologia, prestação de serviços e bens de consumo.

Como destaque, fintechs e serviços financeiros. Para ele, é um mercado caminha para uma consolidação e maior amadurecimento, com a rápida mudança que o mundo das finanças passa no Brasil.

IN LOCO.

A Vale levou os membros dos conselhos de administração e fiscal a uma imersão nas operações de Carajás, no Pará. A região responde por mais de 51% da produção da mineradora.

A ideia é aproveitar para realizar por lá, na quinta-feira, a reunião do conselho de administração sobre os resultados do segundo trimestre.

DIVERGÊNCIAS.

Fazia parte do plano da Vale - uma importante empregadora e contribuinte na região - um encontro com o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). Porém, o plano foi frustrado. Barbalho declinou e alegou a interlocutores divergências com a gestão da empresa. Procurado, Barbalho não quis comentar.

DE FORA.

A ausência da Superintendência de Seguros Privados (Susep) na lista de órgãos e autarquias que tiveram concurso público liberado causou mal estar. A sensação é de falta de isonomia, segundo fontes.

DÉFICIT.

A Susep tem só 300 das 800 vagas preenchidas. A Susep disse que tem atuado junto às pastas da Fazenda e da Gestão e que tem pedido concursos desde o ano passado.

VAI VIR.

O Ministério da Gestão disse que a demanda da Susep será analisada e que manterá as contratações por meio de novos concursos públicos.

SOBE

Nova regra da Aneel deve favorecer startups elétricas

Uma nova regra da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve elevar o número de startups de energia no Brasil. Agora, o investimento obrigatório das empresas do setor em pesquisa e desenvolvimento pode ser aplicado em startups. A rede Liga Ventures, que conecta startups a empresas, com apoio da PwC Brasil, mapeou 241 startups do setor.

Para o cofundador da Liga Ventures, Guilherme Massa, o total pode passar de 400 nos próximos anos.

DESCE

Empresas aéreas lideram perdas do Ibovespa

A pressão negativa do exterior contaminou Gol e Azul, que tiveram quedas de 3,06% e 1,81%, respectivamente. As ações das aéreas não apenas devolverem ganhos limitados da manhã como lideraram as quedas do Ibovespa ontem. O movimento acompanhou os pares em Nova York. American Airlines caiu 1,36% e Delta, 2,19%. O operador de renda variável da Renascença Corretora, Luiz Roberto Monteiro, diz que a alta do petróleo penalizou o setor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Simplificação tributária sob risco (Artigo)

Alexandre Mello

O governo federal conseguiu sua vitória mais significativa até o momento com a aprovação, na Câmara dos Deputados, por larga maioria, do projeto de **reforma tributária** defendido pelo Planalto. Um feito merecidamente celebrado pelos atores políticos envolvidos.

No entanto, passada a euforia inicial, é necessário separar o joio do trigo no texto que foi votado. Este buscou se orientar por princípios como o da progressividade e o da simplificação.

Quanto ao primeiro quesito, sem dúvida, alcançaram-se alguns avanços.

Destacam-se a inclusão das previsões permitindo a cobrança de IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos de luxo, como jatinhos e iates, e a fixação de alíquotas maiores na taxaço das heranças mais vultosas. Nada mais justo. Paga mais quem tem mais para pagar.

Paradoxalmente, é em relação ao segundo aspecto, o da simplificação, que as coisas começam a se complicar. Prometia-se pôr fim ao famigerado "manicômio tributário" brasileiro, com a substituição de cinco **tributos** por um único. Em vez de um, porém, acabaram criando quatro: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto Seletivo e Contribuição para os Estados.

O que poderia ser encarado até como um relativo progresso assume contornos preocupantes quando se depara com as incertezas nos fundamentos desses novos **tributos**.

Não fica claro como seriam estabelecidas as renúncias, não é apresentada qualquer projeção de arrecadação, e há uma dependência de leis complementares para que as mudanças passem de fato a valer.

Mas o pomo da discórdia tem sido a pretensão de criar um Conselho Federativo, órgão com competência para editar normas, uniformizar interpretações, arrecadar imposto e distribuí-lo entre estados e municípios. Tal instância, supostamente técnica, teria superpoderes para dirigir a fatia mais gorda da tributação nacional, hoje equivalente a cerca de 9% do **PIB** (ICMS e ISS).

Governadores e prefeitos têm manifestado o receio de

que tal modelo de gestão compartilhada provoque um esvaziamento da sua autonomia para administrar os recursos arrecadados.

Imagina ter de explicar aos seus eleitores que tal obra não pôde ser realizada porque, por decisão de um colegiado de sábios tributários, o imposto que eles pagaram teve de ir para outro canto do país?

Não fosse o bastante, a estrutura aventada ainda elimina o controle pelos Fiscos estaduais das devoluções de créditos tributários, que passariam a contar com a chancela automática do polêmico conselho. Há o risco de que isso sirva como um fomento a fraudes, com empresas recebendo indevidamente valores por meio de notas frias.

Esperamos que esses e outros problemas da reforma sejam discutidos com os devidos equilíbrio e profundidade pelo Senado. Do contrário, o retumbante triunfo inicial da iniciativa se revelará uma vitória de pirro.

Incertezas nos fundamentos dos novos **tributos** preocupam.

Não está claro como serão as renúncias

Alexandre Mello é presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do RJ

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O segundo semestre de Haddad - BRUNO BOGHOSSIAN

BRUNO BOGHOSSIAN

Pouca gente cantou vitórias nos primeiros meses de governo como Fernando Haddad. Com a bênção de Lula, o ministro tomou controle da agenda econômica, cortou intermediários e negociou com o Congresso o avanço de sua plataforma. As águas no segundo semestre talvez não sejam tão tranquilas.

O arcabouço fiscal e a reforma tributária navegaram com velocidade porque convergiam com interesses dos parlamentares. Não é que o ministro não tenha sido hábil nas articulações para aprovar as propostas, mas os congressistas também queriam mostrar serviço na área.

A boa vontade pode não será mesma nas próximas etapas. A agenda de Haddad depende de medidas que forcem um aumento rápido na arrecadação de impostos e facilitem sua promessa de fechar o buraco nas contas do governo. Políticos à direita e à esquerda torcem o nariz para uma parte ou outra da equação.

Um sinal foi emitido no meio do recesso parlamentar por Arthur Lira, líder de fato do centrão. O presidente da Câmara disse que as propostas de Haddad para mudar regras de taxaÇÃO de renda e de investimentos dos super-ricos é "um risco grande".

Um componente ideológico explica parte da resistência. O centrão identifica as propostas como itens de uma agenda de esquerda, e nenhum cargo no governo deve eliminar a vocação de direita desses parlamentares na pauta econômica.

O resto é política. O centrão apoiou em massa a reforma tributária sabendo que a proposta envolve uma transição longa, mas nem todo o grupo está disposto a entregar os resultados imediatos de um aumento de arrecadação. Seria mais proveitoso, segundo a lógica, negociar em etapas o fôlego concedido ao governo.

Outras desconfianças estão dentro de casa. Uma ala do PT rejeita a ideia de zerar o déficit nas contas em 2024 porque a medida limita a ferramenta preferida do grupo para estimular a economia, que são os gastos do governo. O temor é que a dificuldade para aumentar receitas leve a Fazenda a apertar as despesas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349>

Cesta básica aprovada não diferencia rico de pobre, dizem analistas

Leonardo Vieceli

Prevista na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara, a criação de uma cesta básica nacional com tributação zerada é alvo de críticas de uma parcela dos analistas por sinalizar o mesmo tratamento a ricos e pobres, desonerando os produtos, não os consumidores com menor renda.

Além disso, a definição dos alimentos que devem entrar ou não na lista é incerta até o momento. A composição da cesta só deve ser fixada posteriormente, por meio de lei complementar, o que é visto como desafio para as discussões mais à frente.

"Se você estabelece a isenção para carne, por exemplo, aquela que é consumida pelos mais pobres e aquela que é consumida pelos mais ricos não serão tributadas. Isso faz o governo perder muito dinheiro que poderia ser alocado exclusivamente para os mais pobres", diz o pesquisador Leonel Pessoa, do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP.

"Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite. Você não sabe se elas se encaixam ou não naquilo que a norma está isentando."

Na versão anterior da reforma, as mercadorias da cesta básica teriam uma tributação equivalente a 50% da alíquota geral a ser aplicada sobre bens e serviços no Brasil -esse percentual também não foi definido ainda.

Como contrapartida, estava em análise a devolução de parte da arrecadação para os consumidores na forma de cash-back. A intenção seria transferir uma parcela maior para os mais pobres.

A ideia, contudo, esbarrou no temor de aumento na carga tributária na comparação com o quadro atua.

Atualmente, produtos da cesta básica já contam com desonerações de **impostos** federais e têm diferentes regimes nos estados, que podem zerar ou reduzir as alíquotas de ICMS.

Após a pressão, o texto teve alterações e passou a prever a cesta básica nacional zerada. A reforma foi

encaminhada para apreciação do Senado e ainda está sujeita a novas alterações.

Para o economista-chefe da corretora Warren Rena, Felipe Salto, a definição de uma cesta única no país, por lei complementar, é uma "boa ideia".

Porém, segundo ele, é necessário cuidado para evitar que a medida contemple "uma infinidade de itens", o que geraria efeitos fiscais "preocupantes" sobre a arrecadação.

Na visão dele, a ideia do cashback sobre a cesta era positiva por permitir a devolução dos recursos.

O economista Sérgio Gobetti vai na mesma linha. De acordo com o pesquisador, que hoje atua na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o cashback seria um mecanismo mais eficiente para mitigar a regressividade -característica de um sistema que arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos.

Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite

Leonel Pessoa, pesquisador do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

Carga de construção e serviços deve subir com a Reforma Tributária

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

A aprovação da **Reforma Tributária** deve aliviara carga que hoje incide sobre segmentos como indústria, alojamento e alimentação, mas deve elevar as alíquotas cobradas sobre construção civil e boa parte dos serviços, mostra estudo do Itaú Unibanco obtido pela Folha.

A redistribuição da carga entre os setores é um dos temas mais sensíveis da reforma. O temor de alta nas alíquotas levou a uma corrida por exceções e tratamentos específicos na tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) na Câmara. A discussão tende a ganhar força novamente no Senado.

Para medir o impacto do modelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) sobre cada setor da economia brasileira, o Itaú analisou o texto aprovado pela Câmara e calculou quanto seria a alíquota total dos novos **tributos** sobre consumo. O relatório é assinado pelos economistas Claudia Bruschi e Pedro Schneider.

Nas contas do banco, a cobrança pode chegar a 27,5%, já incluindo a C BS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios, além de outros elementos previstos na reforma.

Essa seria a alíquota necessária para manter a arrecadação constante como proporção do **PIB**. Os especialistas usam dados desagregados por setor de fontes oficiais como **Receita Federal** e IBGE para fazer as estimativas.

Os cálculos já consideram eventuais casos de alíquota reduzida, correções necessárias devido à participação no setor de empresas do Simples Nacional (cuja carga permanecerá igual), exportações (que ficarão isentas do novo IVA) e o atual grau de informalidade da economia (uma medida de quem não recolhe **tributos** como deveria).

"Ressaltamos que a alíquota pode ser menor, caso haja aumento do grau de conformidade e formalização", diz o relatório.

Com base nessas premissas, o Itaú estima que os setores com maior aumento de carga serão

construção civil, atividades técnicas, água e saneamento, serviços domésticos, atividades administrativas e indústria extrativa. A tributação sobre essas atividades tende a subir oito pontos percentuais como proporção da receita. Em alguns casos, isso pode significar o triplo da cobrança atual.

Até mesmo atividades beneficiadas pelas alíquotas reduzidas, como saúde, educação e transporte, teriam algum aumento de carga, embora em menor magnitude.

No entanto, o banco faz duas ressalvas que podem levar a variações no resultado final "A nível das empresas, é possível que benefícios tributários, regimes especiais e estrutura (por exemplo, uma empresa pode estar em mais de um se -tor) possam gerar resultados substancialmente diferentes."

Outro ponto é que as empresas também recolhem **tributos** sobre seu lucro, o que pode levar a variações de carga conforme o setor e o faturamento após a reforma.

O segmento de alojamento e alimentação, hoje com uma das maiores cargas sobre suas receitas, se manteria na liderança, embora tenha um alívio estimado em oito pontos percentuais. O setor é intensivo em mão de obra e tem uma cadeia de produção curta -o que o torna menos apto a aproveitar créditos de **tributos** pagos na aquisição de insumos.

Outras atividades devem ter redução de carga com a reforma, como a indústria de transformação, eletricidade e gás e o agronegócio. Eles devem se beneficiar da maior possibilidade de abater esses créditos ou da desoneração de exportações.

A economista Claudia Bruschi, uma das autoras do estudo do Itaú, diz que não se trata de apontar "perdedores e ganhadores", mas sim medir e apontar os possíveis resultados da aprovação da PEC.

"A gente não está tentando fechar um número, falando que vai ter um aumento setorial de tantos por cento. Aqui no Brasil, o mix de composição setorial entre Simples, lucro real e [lucro] presumido [diferentes regimes tributários usados pelas empresas] é bem diverso. A gente só quis dar um grau qualitativo de quais setores poderiam ser mais impactados ou

menos impactados dentro da reforma", diz.

Nas estimativas do banco, o aumento de carga tem maior chance de ocorrer sobre empresas que faturam até R\$ 78 milhões ao ano e hoje pagam uma alíquota menor de PIS/ Cofins (3,65%), mas sem direito a abater créditos obtidos na aquisição de insumos (chamado regime cumulativo). Segundo o Itaú, as declarações dessa categoria à Receita concentram cerca de 10% das empresas, dos vínculos trabalhistas e da receita bruta.

Isso não significa, porém, que o saldo final será negativo. "A gente olhou em uma lente em termos de alíquota, mas em termos de resultado indireto, quando se está falando em aumento de produtividade e, conseqüentemente, de **PIB**, de crescimento econômico, todo o mundo, no fim, vai ter um impacto econômico positivo", acrescenta Bruschi.

O próprio governo tem argumentado que a aprovação da PEC pode impulsionar o crescimento econômico, o que traria benefícios a todos os segmentos. Não há, porém, uma divulgação oficial da Fazenda que mensure esses impactos e as conseqüências sobre a carga tributária dos setores.

Nas últimas semanas, outro estudo causou polêmica. Como mostrou a Folha, nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) estimou que a alíquota efetiva do novo tributo para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,04% -a maior do mundo para um IVA.

A Fazenda divulgou nota para dizer que o estudo desconsiderava alguns fatores, como o efeito da redução da sonegação. Na quarta (19), a ministra Simone Tebet (Planejamento) levou a presidente do Ipea, Luciana Servo, a uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para esclarecer a projeção do órgão.

Bruschi, do Itaú, afirma que de fato a alíquota pode ser menor do que os 27,5% estimados pelo banco, mas o estudo ilustra o efeito da reforma caso o nível atual de informalidade se mantenha.

"Há uma possibilidade, sim, de reduzir tanto a [falta de] conformidade quanto o nível de informalidade. Então, poderia ter algum estímulo para você aumentar isso, e seria um resultado bem mais positivo para a economia."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50349&maxTouch=0&anchor=6480715&pd=c110ef65895f452f5e2828956071f44b>

Arthur Lira alerta para riscos

Ândrea Malcher Fernanda Strickland

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), elogiou o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nas articulações da **reforma tributária**.

Porém, apontou que há riscos nas estratégias do governo.

Segundo ele, a ideia do ministro de enviar a proposta de tributação de renda dos mais ricos ao Senado, enquanto a parte da reforma que trata do consumo ainda está em debate na Casa, representa um risco político muito grande.

"Acho politicamente um risco grande abrir vários flancos de discussão enquanto se discute reforma de tributação no Senado. Você vir com outro viés pode embolar o meio de campo", disse o presidente da Câmara.

Para Lira, é melhor esperar que a reforma dos **tributos** sobre o consumo seja aprovada para que se avance no aspecto de taxação de renda e patrimônio.

As afirmações foram feitas durante evento realizado, ontem, do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, com o objetivo de debater a **reforma tributária** e as perspectivas do Brasil. Mesmo com a crítica, Lira afirmou que Haddad teve o esforço de "sentarse à mesa da Câmara com todos os líderes partidários" para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa uma reformulação da carga de **impostos** no país.

"Eu queria fazer aqui uma vírgula, para enaltecer o trabalho, no que diz respeito especialmente ao poder Executivo, do ministro Haddad, que participou de todas as conversas e foi importantíssimo para dar o subsídio necessário para que, na parte federativa, a reforma tivesse caminhos para podermos construir um acordo global", disse Lira.

Em sua fala, o presidente da Câmara dos Deputados disse que há uma grande vontade dos parlamentares em destravar investimentos. "Em todos os temas econômicos, o ministro Haddad sempre esteve presente, esteve à disposição, sempre se sentou à mesa, o que não é comum para um ministro da Economia", afirmou o deputado. "Quem tem o "sim" ou o "não" do cofre não pode estar com a cara ao vento toda hora. Mas ele (Haddad) sempre se colocou muito

(à disposição). Os acordos foram feitos à luz do dia, com muita transparência e respeito à institucionalidade." No início de julho, a primeira etapa da **reforma tributária** foi aprovada na Câmara, e o próximo passo é passar pelo Senado Federal. Em seu discurso, Lira enalteceu o trabalho do relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), e do relator da matéria no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), chamando-os de experientes e competentes. Ele também disse que a aprovação da reforma não é vista como um projeto de governo ou com linha ideológica, mas sim, um projeto suprapartidário.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/25/all.pdf>

Mercado critica exceções em textos aprovados no Congresso

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Em meio às negociações no Congresso para a aprovação de projetos considerados essenciais pela equipe econômica, no mercado financeiro a avaliação geral é de que o novo arcabouço fiscal (em substituição ao atual modelo de teto de gastos) não seria a regra ideal para as contas públicas, mas os analistas reconhecem que ela afasta o risco de uma trajetória descontrolada da dívida.

"O arcabouço cria uma promessa de resolver a questão do (resultado) primário, mas ele também cria obrigação de aumentar gasto de uma série de coisas: mínimo de investimento, mais gastos com educação, mais gasto com saúde, um monte de coisa que está fora dos limites **impostos**", diz Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Os números do Tesouro Nacional já mostram uma piora no resultado fiscal. Entre janeiro e maio deste ano, na comparação com o mesmo período de 2022, as receitas recuaram R\$ 2 bilhões, enquanto as despesas subiram R\$ 38,6 bilhões.

Como consequência, o superávit recuou de R\$ 39,7 bilhões para R\$ 2,2 bilhões.

O governo também vem aumentando a projeção do rombo nas contas públicas para este ano. A estimativa de déficit passou de R\$ 107,6 bilhões, no primeiro bimestre, para R\$ 145,4 bilhões no terceiro bimestre, o que equivale a 1,4% do **PIB**. A meta da Fazenda, porém, é reduzir o saldo negativo para o patamar de 1% do **PIB**. "O principal risco (no texto) são as exceções à regra", diz Alessandra Ribeiro, sócia e economista da consultoria Tendências.

TRIBUTOS. Até o fim do ano, o governo também espera concluir a votação da primeira etapa da **reforma tributária**, que simplifica os **impostos** sobre o consumo. Trata-se de uma medida de longo prazo, mas que tem efeitos imediatos sobre as expectativas e sobre o humor dos investidores.

Assim como no arcabouço, porém, a quantidade de exceções no texto também preocupa.

Isso porque vários setores entraram na lista de alíquotas reduzidas, com uma cobrança 60% menor do que a padrão, que só será definida em lei complementar. Os tributaristas alertam que, quanto mais elevado for o número de exceções, maior será a alíquota padrão do IVA.

Apesar das flexibilizações feitas pelo Congresso, o encaminhamento do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** ajudaram o governo a reverter as expectativas desfavoráveis para a economia que vigoravam no início do ano.

No primeiro trimestre, o governo já havia colhido uma boa notícia na economia. Entre janeiro e março, o **PIB** subiu 1,9%, impulsionado pela agropecuária.

Com o encaminhamento de boa parte da agenda, somado ao bom desempenho dos indicadores no início do ano, os analistas passaram a aumentar de forma constante as projeções de crescimento para a economia em 2023. Elas saíram de 0,8% para 2,2%, apesar da desaceleração já desenhada para o segundo semestre.

Um outro ponto que ajudou na reversão das expectativas foi a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter a meta de **inflação** em 3% para os próximos três anos.

Dentro do governo Lula, havia ganhado força um discurso de que aumentar o alvo poderia ajudar numa queda da Selic.

Esse discurso acabou perdendo força conforme os resultados do IPCA se mostraram melhores do que o esperado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

As metas fiscais inatingíveis da Fazenda (Artigo)

Raquel Landim Jornalista, é analista da CNN Brasil

Um clima de otimismo se alastrou pela economia nas últimas semanas, principalmente após a aprovação da **reforma tributária** pela Câmara. O **PIB** mais forte puxado pelo agronegócio, a **inflação** mais fraca e a perspectiva de queda de juros também ajudaram.

O cenário positivo encobria, porém, um problema crônico: contas públicas. Nesta semana, os dados de arrecadação e os resultados do Tesouro Nacional vão tornar o buraco mais evidente.

As estimativas divulgadas no relatório bimestral de receitas e despesas já deram uma pista. A projeção de déficit primário subiu de R\$ 136 bilhões para R\$ 145 bilhões, o que significa 1,4% do **PIB**.

Os economistas alertavam para essa piora quando a **inflação** e as commodities deixassem de inchar a arrecadação.

Seus avisos foram sucessivamente ignorados tanto por Jair Bolsonaro quanto por Lula da Silva, que escolheram transformar receitas conjunturais em despesas estruturais.

Com a ajuda do Congresso, foi aprovado o parcelamento dos precatórios, a desoneração dos combustíveis, a recomposição do orçamento dos ministérios, a política de valorização do salário mínimo, o reajuste da tabela do Imposto de Renda, etc., etc.

Entre os especialistas em política fiscal, ninguém mais acredita que o ministro Fernando Haddad vai zerar o déficit no ano que vem, conforme prometeu quando apresentou o novo arcabouço.

Num exemplo louvável de transparência, o próprio Tesouro fez a conta. Para cumprir a promessa, o governo precisa de R\$ 162,4 bilhões a mais.

É uma arrecadação extraordinária expressiva, o que ajuda a explicar a aflição de Haddad, que esteve com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

Haddad sinalizou a Lira que precisa aprovar logo medidas que elevem os **impostos** sobre a renda. Estão na mira fundos exclusivos, empresas offshore,

lucros e dividendos - ou seja, o topo da pirâmide.

São medidas que melhoram a distribuição de renda, logo, é justo que sejam discutidas e aprovadas. Mas não será fácil nem rápido. Vão enfrentar resistência política acirrada e podem comprometer, inclusive, a tramitação da **reforma tributária** do consumo no Senado.

A missão de Haddad fica mais difícil, porque o governo decidiu equilibrar as contas com aumento de carga tributária sem cortar despesa. Um ajuste fiscal saudável demandaria, por exemplo, enxugar a máquina pública.

O ministro vive uma lua de mel com o mercado, que se reflete na Bolsa e no câmbio.

As contas públicas vão lembrá-lo em breve de que ele tem "o pior emprego do mundo" - na definição excelente do jornalista Thomas Traumann.

Raquel Landim, Jornalista, é analista da CNN Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O que vem pela frente na economia

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Após a melhora das expectativas econômicas no primeiro semestre, com projeções de alta do **PIB** e de queda da **inflação**, o governo Lula entra nos últimos seis meses deste ano com desafios bilionários na área fiscal e uma batalha no Congresso para colocar de pé políticas fundamentais para a agenda do Ministério da Fazenda.

Na lista de prioridades, estão medidas que garantam o aumento da arrecadação, a conclusão da votação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** sobre o consumo e o início do debate sobre a taxaço da renda.

A missão mais difícil deve se dar nas medidas arrecadatórias.

No desenho do novo arcabouço, o governo prometeu zerar o rombo das contas públicas já no ano que vem e alcançar um superávit primário (saldo positivo entre receitas e despesas, sem contar o gasto com juros) de 1% do **PIB** em 2026 - o último da atual administração. Mas, para chegar lá, precisa de medidas que turbinem os cofres da União.

O arcabouço já foi aprovado pelos deputados e senadores, mas teve de retornar à Câmara por causa das alterações que sofreu no Senado ao longo da sua tramitação. A nova regra para controle das contas públicas prevê que o crescimento dos gastos será limitado a 70% do avanço das receitas e que as despesas terão um aumento real (acima da **inflação**) de 0,6% a 2,5% ao ano.

"É um Congresso arredio para aumentar as receitas, mas, politicamente, o ambiente está mais favorável, porque está se espalhando (entre os parlamentares) a percepção de que esse governo vai dar certo", afirma Christopher Garman, diretor para as Américas da consultoria Eurasia. Cenário diferente projeta Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

"Eu não sei se o Congresso vai estar tão disposto a dar o aumento de receita que está implícito no arcabouço." Nas contas do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, se o governo quiser entregar a meta fiscal de 1% do **PIB** em 2026 a carga tributária do País terá de crescer dois pontos percentuais e alcançar 36% do **PIB**. "Ou tem um crescimento

excepcional para acontecer, que não está no cenário básico de ninguém, ou tem aumento de carga via imposto." Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e já deu o tom da agenda para essa reta final de 2023: projetos que incluem a taxaço das apostas esportivas e dos investimentos feitos pelos super-ricos, por meio de fundos exclusivos e no exterior; o Orçamento de 2024; e o novo marco das garantias, que tem o objetivo de reduzir o custo dos financiamentos no País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os riscos do Imposto de Exportação (Artigo)

Rubens Barbosa, É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

O governo Lula decidiu criar o Imposto de Exportação, por um período de quatro meses.

Por meio de medida provisória, que reduziu alíquotas de contribuições sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural e querosene de avião, foi também criado o Imposto de Exportação de 9,2%. A justificativa dada foi a necessidade de aumentar a arrecadação e atenuar os impactos sobre a **inflação** pelo aumento do preço da gasolina na bomba. Mas também de que o lucro da Petrobras está muito alto. "As empresas estão com lucros extraordinários por causa do aumento dos preços do petróleo. Lucros exorbitantes", disseram as autoridades fazendárias.

A criação desse imposto poderá trazer consequências muito negativas para a economia como um todo. Além de representar uma quebra de compromissos contratuais relacionados com os leilões para concessão de blocos petrolíferos, nos quais não se previa a taxação de exportação, a medida vai afetar a disposição de investimentos em pesquisa, exploração e produção de petróleo. Essa intervenção estatal aumenta a já séria instabilidade regulatória e a insegurança jurídica para quem quer abrir ou ampliar seus negócios no Brasil. A possibilidade de a medida estimular o refino nacional não é certa e está sendo contestada pelo setor.

A medida não é nova, mas se trata de um precedente recente, advogada sem sucesso por economistas desenvolvimentistas nos últimos anos. A história econômica brasileira mostra que, nas primeiras décadas do Brasil independente, a tributação sobre as exportações de algodão para gerar recursos para o governo central teve um efeito fortemente negativo e o Brasil, então líder na produção e na exportação do produto, a partir de 1830 perdeu o mercado para a produção do sul dos EUA. Hoje, pelas incertezas da economia global e do cenário geopolítico instável, existe restrição da oferta de petróleo e o Brasil se encontra em posição positiva para exportar, pelo aumento da produção e estabilidade da demanda interna.

A taxação vai contribuir para a perda da competitividade do petróleo brasileiro, afetando um setor que gera cerca de R\$ 170 bilhões para o Estado.

Na América do Sul, o exemplo mais recente da imposição de Imposto de Exportação é o da Argentina, com a reintegra.

As retenciones a las exportaciones, ou DEX (derechos a la exportación), na Argentina, são instrumentos tributários que incidem sobre produtos agrícolas exportáveis.

Aplicadas pela primeira vez no final do século 19, as retenciones têm sido usadas, de tempos em tempos, como uma das formas de aumentar os recursos do governo de Buenos Aires, em crise financeira e com problemas cambiais em virtude das baixas reservas. Mais recentemente, em 2007, com Cristina Kirchner como presidente, foi introduzido um sistema de retenciones móveis à exportação.

Como consequência, houve forte reação empresarial e uma greve patronal no setor agropecuário que se estendeu por 129 dias e incluiu o bloqueio de estradas e o desabastecimento das cidades. Em 2015, com o presidente Mauricio Macri, as retenções foram reduzidas e em 2016 foram eliminadas no tocante à mineração. Em 2018, em meio à crise cambial, o governo voltou a aumentar as retenciones em todos os produtos em 12%, com teto de 4 pesos para cada dólar exportado. Em 2019, Alberto Fernández aumentou novamente os direitos de exportação, que passaram para a soja em 33%, o trigo e o milho (12%), a carne (9%) e os lácteos (15%).

A exportação de serviços, também taxados, sofreu mudanças, com taxa de 5%. Em março de 2022, o governo argentino oficializou o aumento das retenções para óleo e farelo de soja: para 33%, mesma porcentagem cobrada para a exportação de soja em grão. Como resultado desse histórico, em 2020 o agro pagou US\$ 5.240 milhões e, em 2021, alcançou o recorde de US\$ 10.128 milhões.

A situação da economia no Brasil está longe de poder ser comparada com a da Argentina, que passa há vários anos por uma crise muito aguda, com baixo crescimento, **inflação**, restrição cambial e baixa reserva.

Mas a experiência argentina mostra que, uma vez introduzida a cobrança do Imposto de Exportação, é difícil eliminá-la. Ao contrário, tende a ser estendida para outros setores da exportação e a ser mantida sem prazo para terminar.

É o que estamos vendo agora.

Na discussão da **reforma tributária**, foi incluído artigo que permitirá aos Estados criar uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados. Na prática, contra o disposto hoje na Constituição, os Estados poderão cobrar imposto de exportação sobre minérios, produtos agrícolas e a indústria de petróleo.

O texto prevê que os Estados que já têm essa contribuição possam continuar a cobrá-la até 2043. Se aprovado, o imposto acarretará uma renovada guerra fiscal entre Estados. Se o texto for mantido pelo Senado, aumentará a instabilidade, pela sua previsível judicialização, a exemplo do que já ocorreu com o novo Imposto de Exportação.

Grandes empresas petroleiras entraram com pedido de liminar contra a tributação na Justiça Federal. A competitividade do comércio exterior brasileiro ficará afetada, quando o que se busca é simplificar o regime tributário e reduzir o peso dos **impostos** para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado externo.

Rubens Barbosa, É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO
EXTERIOR (IRICE)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Questão federativa deverá pautar discussões na CAE

O impacto nos setores produtivos e a questão federativa vão ditar os debates e audiências públicas do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Relator do colegiado, o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), confirmou ao Valor que deve apresentar um cronograma na próxima sessão da CAE, marcada para terça-feira, dia 1o de agosto.

"Teremos dois eixos de aprofundamento no texto. Primeiro referente aos setores produtivos.

Entender qual o impacto real na vida do agro, da indústria e do setor de comércio e serviços. O segundo eixo de debate e audiência pública será referente aos entes federativos. Ouvir municípios e Estados", explicou.

O parlamentar afirmou que o grupo de trabalho deverá trabalhar por 60 dias e buscará dados para aprofundar o debate, algo que, segundo ele, não aconteceu na Câmara dos Deputados.

"A linha [de trabalho] é buscar dados e números. Houve uma lacuna no debate na Câmara que ficou limitado devido ao fato de o texto ter sido apresentado numa semana e votado na outra. Acredito que uma das missões do Senado será a de se aprofundar principalmente no impacto do texto na vida das empresas e das pessoas", pontuou Efraim.

O senador disse que conversou com o relator da matéria na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), para apresentar as diretrizes do grupo de trabalho. "Tive uma conversa preliminar com o senador Eduardo Braga, dizendo que o nosso papel será o de contribuir com estudos. Nossa perspectiva é sugerir aperfeiçoamentos ao texto", afirmou.

Efraim defende a definição de uma alíquota máxima para evitar o aumento de carga tributária.

"É construir uma **reforma tributária** para facilitar a vida de quem produz, para melhorar a vida de quem paga o imposto. A **reforma tributária** não pode vir apenas para facilitar a vida dos governos, aumentando a arrecadação", declarou.

Um dos pontos de maior tensão no debate da **reforma tributária**, a questão federativa também deverá

ganhar ainda mais peso no Senado, já que os Estados contam com o mesmo número de parlamentares na Casa, diferentemente da Câmara. Segundo Efraim, o colegiado realizará audiências públicas para ouvir prefeitos e governadores.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União-GO), que se colocou contra a proposta, e Tarcísio de Freitas de São Paulo, considerado uma peça importante na aprovação da Câmara, serão convidados para comparecer à CAE. "Vamos ouvir principalmente governadores que têm trazido a sua visão sobre o tema, como o governador Ronaldo Caiado (União) de Goiás, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) de São Paulo, entre outros", defendeu Efraim.

Para o parlamentar, é preciso ampliar o debate da questão do conselho federativo. "É preciso entender e se aprofundar na formatação do conselho federativo, os critérios de participação desses entes e os critérios de repartição desses valores", argumentou o senador.

Segundo Efraim, o colegiado irá convidar para audiências públicas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o secretário da **Receita Federal**, Robson Barreirinhas, e um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

"O governo sempre se demonstrou disponível para contribuir e colaborar, trazer sua visão sobre o tema. Seria muito interessante ter a presença do ministro Haddad para dialogar com os senadores", afirmou Efraim Filho.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1>

Lira defende adiar debate para taxação dos "super-ricos"

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nessa segunda-feira (24) que o debate sobre a taxação dos "superricos" seja feita somente depois da promulgação da **reforma tributária**.

A uma plateia de empresários, em São Paulo, Lira disse que misturar os dois temas neste momento pode atrapalhar o ambiente político e fazer com que o governo perca o foco.

Segundo Lira, a expectativa é promulgar a **reforma tributária** ainda neste ano. As leis complementares da reforma devem ficar para o primeiro semestre de 2024.

"O governo iniciar uma discussão sobre a renda, taxação e "offshores" de fundo disso, daquilo e daquilo outro no meio da **reforma tributária** isso pode atrapalhar o ambiente. Vamos tratando de matar um leão por vez", disse Lira, ao participar de um evento do Lide, na capital paulista. Segundo Lira, é "politicamente um risco" abrir diferentes "flancos de discussões".

Ao falar com jornalistas depois do evento, Lira voltou a dizer que o debate sobre taxação de grandes riquezas não deve ser feito agora.

"Uma coisa é concordar com o mérito, a outra é com o "timing", disse.

Segundo o parlamentar, se o governo "abrir demais" os debates pode "perder o foco".

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo deve apresentar uma proposta para taxar os fundos exclusivos de investimentos, conhecidos como os fundos dos "super-ricos". Para ter esse modelo de investimento, é preciso desembolsar no mínimo R\$ 10 milhões.

Atualmente, esses fundos só têm taxação quando um resgate é realizado. Com a proposta de Haddad, a cada seis meses deve ser feita uma cobrança, assim como é feito na maioria das carteiras aberta, em uma tributação conhecida popularmente como "come-cotas".

Haddad disse que o texto deve ser apresentado junto com a proposta orçamentária de 2024, que precisa ser enviada ao Congresso até 31 de agosto.

Nessa segunda, ao falar sobre o cronograma da **reforma tributária**, Lira afirmou que negocia com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a aprovação do texto pelas duas Casas até o fim do ano e reforçou que a legislação complementar deve ficar para o primeiro semestre de 2024. O cronograma, segundo Lira, é para evitar a contaminação dos trabalhos pelas eleições municipais no segundo semestre do próximo ano.

O texto da **reforma tributária** foi aprovado na Câmara e está em tramitação no Senado.

Lira elogiou a atuação do ministro da Fazenda por "participar de todas as conversas", e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Sobre Haddad, ressaltou a articulação feita pelo ministro antes mesmo de assumir o cargo, para aprovar a PEC da Transição. Na sequência, destacou a aproximação do ministro com o Congresso e disse que esse empenho "não é comum". Em relação a Tarcísio, disse que o governador teve "coragem de fazer a discussão" sobre a reforma. "Se não fosse isso, não teríamos a reforma de novo".

O presidente da Câmara disse ainda falta o país aprovar a reforma administrativa e afirmou que o texto já está pronto para ir a plenário. No entanto, não há cronograma para a votação.

Filiado ao PP, o deputado desconversou ao ser questionado sobre uma minirreforma ministerial a ser feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para contemplar seu partido e o Republicanos. "Não é um assunto para agora", disse.

"Esse assunto está sendo, de certa forma, atropelado. Não ajuda a governabilidade.

O governo tem que ajudar a se facilitar." Lira disse que não deve se reunir com Lula nos próximos dias para tratar das trocas ministeriais.

O parlamentar viajou para Alagoas e deve ficar no Estado até o fim desta semana.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1>

Centrão dança no ritmo da música de Lula - ANDREA JUBÉ

Na política, uma imagem, ou um gesto, valem mais do que mil palavras.

Por isso, um atento observador da cena política alertou a coluna de que o ingresso do Progressistas (PP) e do Republicanos no primeiro escalão do governo Lula 3, de modo a assegurar a governabilidade na Câmara dos Deputados, estava selado desde o dia 7 de julho, quando foi aprovada a **reforma tributária**.

Para chegar a essa conclusão, bastava olhar com atenção a fotografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de sorriso largo, tendo à volta o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários, registrada na tarde daquela sexta-feira.

Naquele dia, Lula havia recebido o grupo no Palácio da Alvorada para agradecer a aprovação da **reforma tributária** e do projeto que favorece o governo no caso de empates em julgamentos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Ainda falta concluir a votação do novo arcabouço fiscal. Mesmo assim, a imagem de Lula junto com a cúpula da Câmara naquele dia foi, até agora, a sinalização mais clara de um entendimento entre o governo e a Casa legislativa desde o início do ano, e após muita turbulência. Quem não se lembra de que a reestruturação ministerial quase foi para as calendas, sob a articulação de um irascível Arthur Lira?

Passados 18 dias daquela fotografia, as indicações dos deputados Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA) para o ministério de Lula estão consolidadas.

Com o retorno do presidente da viagem a Bruxelas, a expectativa é de que as conversas dele com Lira e com lideranças do Republicanos e do PP para definição dos respectivos espaços das siglas, e dele com os ministeriáveis, ocorram nesta semana.

Pelo cronograma dos articuladores de Lula, os novos ministros tomariam posse na primeira semana de agosto - mais tardar no dia 7. Isso porque nos dias 8 e 9, Lula estará em Belém (PA), participando da Cúpula dos Países Amazônicos. Em seguida, no dia 15, ele embarcará para Assunção, onde prestigiará a posse do novo presidente do Paraguai, Santiago Peña.

É desejo dos articuladores do governo e das lideranças do Centrão que a **reforma ministerial** seja concluída até o dia 7 para que a frenética agenda internacional de Lula não tumultue esse desfecho.

Há compromissos previstos para todo o mês de agosto.

Depois da viagem ao Paraguai, Lula embarcará no dia 20 ou 21 para Johannesburgo, onde participará da cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Para arrematar, no dia 27, ele deve comparecer à reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em São Tomé e Príncipe.

Mas o desejável prazo de 7 de agosto é dos articuladores do governo e do Centrão, não é de Lula. "Ninguém pauta o presidente", lembrou uma fonte a par das discussões.

Todos estão dançando a mesma música, mas o maestro é Lula.

O esboço mais recente das mudanças no primeiro escalão submetido ao presidente contemplava o Republicanos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), pasta que já foi ocupada pelo partido na gestão de Michel **Temer**.

A se confirmar esse arranjo, Lula quer garantir um papel de protagonismo ao vice-presidente Geraldo Alckmin, que está à frente do Mdic. Segundo fontes a par dessas articulações, Alckmin passaria a ter uma atuação "transversal" no governo, com missões em várias frentes: por exemplo, ganharia função de destaque na execução do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outra proposta submetida ao crivo de Lula é entregar o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ao PP, porém, sem o programa Bolsa Família, principal vitrine eleitoral do PT. O programa seria remanejado para outra pasta: cogita-se o Ministério da Fazenda, o que daria mais fôlego ao nome do ministro Fernando Haddad para a sucessão em 2026, caso Lula não dispute a reeleição, e a economia esteja forte.

Outra alternativa em estudo é de que o Bolsa Família vá para o guarda-chuva do Ministério das Mulheres

porque a maioria expressiva dos beneficiários são mulheres chefes de famílias. A se confirmar esse desenho, a ministra Luciana Santos, titular da pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) seria remanejada para a pasta das Mulheres para cuidar do Bolsa Família, e a ministra Cida Gonçalves, perderia lugar no primeiro escalão.

Wellington Dias (PT-PI), titular do MDS, senador licenciado, e aliado de décadas de Lula, assumiria o comando da Ciência e Tecnologia para abrir espaço ao Centrão. Seria o "PT cortando na própria carne".

Nos bastidores, Lula ficou satisfeito com as indicações partidárias, em especial com o indicado do Republicanos.

Ex-líder da bancada e relator do projeto de autonomia do Banco Central, o deputado Silvio Costa Filho - a quem Lula chama de "Silvinho" - é filho do ex-deputado Silvio Costa, um dos aliados mais caros a Lula.

Quem orbita de perto o entorno de Lula sabe que o presidente reconhece quem se manteve do lado dele na adversidade. (E recorda-se bem de quem o abandonou).

Silvio Costa foi um dos mais combativos defensores de Dilma Rousseff durante o impeachment, e visitou Lula na prisão em Curitiba. Em declaração que soa como música para o petista, comparou-o a Nelson Mandela.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1)**

Brasil ensaia melhora no cenário de longo prazo, diz Tendências

O novo arcabouço fiscal, a manutenção da meta de **inflação** e a dinâmica do Legislativo atuando como contrapeso ao Executivo levaram a uma melhora dos cenários de longo prazo para a economia brasileira. A combinação dos eventos recentes fez a Tendências Consultoria reduzir a probabilidade de ocorrência de seu cenário pessimista e aumentar as probabilidades dos cenários básico e otimista.

Na edição mais recente do relatório Cenários de Longo Prazo, analistas da Tendências reduziram a probabilidade subjetiva de ocorrência do cenário pessimista de 35% para 25%, aumentaram a probabilidade do cenário básico de 60% para 65%, e a do otimista de 5% para 10%.

No estudo que analisa a trajetória da economia brasileira para os próximos dez anos, a consultoria considerou principalmente o arcabouço fiscal aprovado na Câmara e que deve ser chancelado pelo Senado, que reduz o risco de trajetórias mais pessimistas para as contas públicas, ao impor limite máximo de crescimento das despesas de 2,5%.

A consultoria diz que 2023 é visto como ano de transição devido às tarefas não resolvidas na agenda econômica. "O ciclo econômico nos próximos dez anos depende da redução de riscos de natureza macroeconômica e do aprofundamento das reformas microeconômicas com efeitos estruturais para o crescimento", ressalta o texto.

"Com o arcabouço fiscal, tivemos a curva de endividamento para baixo, o que reduziu a percepção de risco na evolução das contas públicas", afirma Alessandra Ribeiro, economista responsável pelo relatório. "Outro ponto importante para essa melhora é a manutenção da meta de **inflação** pelo Conselho Monetário Nacional em 3%. É outro, a composição do Congresso funcionando como um limitador à agenda econômica [do governo] e evitando retrocessos, seja no que diz respeito à Eletrobras, à autonomia formal do Banco Central, ao novo marco regulatório de saneamento." A economista acrescenta que a aprovação da **reforma tributária** faz com que o cenário básico seja ainda melhor, mesmo que não estejam claros os detalhes do texto final da legislação.

No cenário básico, a Tendências prevê no âmbito doméstico que o governo promova uma **reforma**

ministerial e mobilize a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas relações com o Congresso.

Uma reorganização da base aliada nesse contexto geraria vitórias do governo em medidas para ampliar a carga tributária e, por outro lado, limitaria a agenda revisionista da pauta econômica, contribuindo para a redução de incertezas, afirma.

A dinâmica política é tida como elemento central para a diferenciação dos cenários de longo prazo.

"A rivalidade política entre esquerda e direita deve preservar a agenda econômica da onda de retrocessos, contribuindo para a estabilidade das regras do jogo para a economia brasileira", diz o texto.

Esse cenário tem como ponto de partida a estabilização no aperto da política monetária promovida por economias avançadas. Nele, os principais países conseguiriam controlar a **inflação** sem efeitos mais dramáticos para a atividade.

Mas o lento processo de desinflação não abriria espaço para afrouxamento monetário imediato. "O ritmo da atividade nos principais países avançados continuaria a desacelerar em 2024 por conta dos juros ainda elevados", diz o texto.

No cenário básico de longo prazo da economia brasileira, o **PIB** crescerá em média 2% ao ano entre 2023 e 2032. A **inflação** cairá de 5,6% em 2023 a 4,2% em 2024 e a 3,2% em 2032.

O cenário otimista conta com o mesmo cenário internacional do básico. A diferença é que, do ponto de vista doméstico, prevê-se superação dos conflitos político-institucionais que dificultam a construção de consensos legislativos. O relatório observa que "a política mais moderada é condição "sine qua non" para agenda econômica de reformas estruturais, incluindo a aprovação da **reforma tributária**".

Na previsão otimista, o crescimento médio do **PIB** até 2023 seria de 2,9% ao ano, e a taxa de **inflação** chegaria a 2,7% em 2032.

O cenário pessimista prevê maior persistência da **inflação** nos principais países com necessidade de ajuste monetário mais expressivo, com efeitos para a

atividade global. No âmbito externo, esse cenário conta com forte desaceleração da economia chinesa.

No âmbito doméstico, por sua vez, haveria exacerbação dos conflitos entre Executivo e Legislativo, com destaque para as disputas entre o governo e a Câmara, bloqueando a agenda governista de recomposição das receitas.

"O governo com baixo capital político adotaria o voluntarismo econômico como estratégia para minimizar a perda de popularidade.

Nesse sentido o destaque seria a indicação de nomes com visão heterodoxa, em especial para diretoria e presidência do Banco Central, mudança de meta de **inflação** a partir de 2024 para 4,5% e orientação na prática voltada ao teto da meta inflacionária." Nesse cenário, a economia teria crescimento anual médio de 1,0% até 2026 e 1,6% entre 2027 e 2032. A **inflação** baixaria para, no máximo, 4,7% até 2032.

A melhora do humor e o aumento da probabilidade de ocorrerem os cenários básico e otimista se deve primordialmente à resiliência da economia, ao fim do debate sobre meta inflacionária e ao ambiente externo, diz Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs.

"Desde 2022 vemos uma resiliência da economia. Os dados não mostravam crise, mas sim um mercado de trabalho bastante forte, crescimento, alta do emprego bastante robusta, balança com superávit muito grande e, depois, uma supersafra", afirma Ramos. "Toda a discussão sobre a meta da **inflação** evoluiu de maneira favorável, com o governo perpetuando a meta que não gostava.

Isso contribuiu para o ancoramento melhor do sentimento." No setor externo, diz, a **inflação** nos Estados Unidos trouxe a percepção de que não haverá recessão e que o Federal Reserve (banco central dos EUA) está próximo do fim do ciclo de aperto monetário.

No início do ano, o Goldman Sachs esperava crescimento de 2,2% para a economia brasileira em 2023. Agora prevê alta de 2,6% do **PIB** para este ano. A projeção para **inflação** neste ano é de 5,1%.

Mauricio Nakahodo, economista sênior do banco MUFG Brasil, argumenta que a melhora das expectativas se reflete na pesquisa trazida pelo Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, que em 17 de julho mostrou queda mensal das expectativas de **inflação** e câmbio.

"Vemos o real se apreciando em relação ao início do

ano, como ocorreu com outras moedas emergentes, mas também houve melhora das expectativas dos economistas e mercados com o avanço do arcabouço e da **reforma tributária**", afirma.

Além disso, acrescenta o economista, os bons resultados do **PIB** no primeiro trimestre levaram o banco a revisar as projeções de crescimento para 2023 de 1% no início do ano para 2,2%.

Um elemento que contribuiria para aumentar ainda mais o otimismo seria o avanço mais rápido do que o esperado da implementação da **reforma tributária**, afirma.

"Isso porque a reforma tem potencial para ajudar a alavancar o crescimento de longo prazo", diz.

Outros fatores que também ajudariam seriam desaceleração mais acentuada da **inflação**, trazendo um cenário mais favorável ao corte de juros e à recuperação econômica global, e a China com crescimento sólido, ajudando economias emergentes exportadoras de commodities.

"[Um cenário] mais otimista ocorreria se o entorno externo melhorasse e o Brasil conseguisse chegar a uma trajetória fiscal melhor, peneirando o gasto e não aumentando a carga", argumenta Ramos, ao dizer que o governo segue uma estratégia de taxaço e gastos "É uma estratégia complicada, com risco de ineficiências para um país com uma situação fiscal delicada como a do Brasil." Nesse sentido, afirma Ribeiro, o novo arcabouço é uma condição necessária para a redução de riscos, mas não suficiente.

"Ainda temos uma agenda na qual mexemos muito pouco. Vamos precisar lidar com os gastos obrigatórios ou podemos cair no mesmo risco que caímos com o teto, de reduzir despesas discricionárias para acomodar obrigatórias maiores. Retomar a agenda de gastos obrigatórios, com reformas como a administrativa, por exemplo, é essencial para lidarmos com a questão fiscal. Esse é um desafio importante."

"Desde 2022 vemos uma resiliência da economia"
Alberto Ramos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1>

Lira defende adiar taxaço de fundos exclusivos

GUILHERME CAETANO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem adiar a discussão sobre a taxaço dos fundos exclusivos para depois da promulgação da **Reforma Tributária** pelo Congresso, o que deve acontecer até dezembro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve enviar a proposta de tributaço dos chamados fundos exclusivos ao Congresso no segundo semestre, junto com a peça orçamentária. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA-2024) deve ser enviado até 31 de agosto à Comissão Mista Orçamentária (CMO) do Congresso.

Lira afirmou não ter conversado com Haddad sobre o tema, mas avaliou que debater a tributaço dos fundos exclusivos pode tumultuar a votaço da **Reforma Tributária**.

-Politicamente, acho um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalizaço da reforma, você pode embolar esse meio de campo -disse Lira em evento do Lide, em São Paulo.

Os fundos exclusivos são voltados para a alta renda. Um grupo limitado de cotistas mantém elevadas aplicaçoes, só pagando Imposto de Renda ao resgatar os recursos.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), esperam encerrar a votaço da **Reforma Tributária** nas duas Casas até o fim do ano. O plano é discutir a regulamentação do texto no primeiro semestre de 2024, já que o Congresso deve ficar paralisado no segundo semestre, com as eleiçoes municipais.

Por outro lado, Lira defende discutir um projeto de reforma da administraço federal.

O texto mencionado por Lira, segundo ele, está "pronto para ir a plenário", ainda que não tenha data ou cronograma.

Por se tratar de proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto teria de ser votado em dois turnos,

nas duas Casas, com o mínimo de três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49) para ser aprovado.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Indústria pode ter R\$ 15 bi para renovar maquinário, diz Haddad

RENAN MONTEIRO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo está avaliando um montante de até R\$ 15 bilhões em incentivos para o setor industrial, especificamente para a renovação e modernização de máquinas e equipamentos. Para isso, o governo está considerando a chamada depreciação acelerada nas fábricas a partir de 2024.

-Pode variar muito. O pacote geral pode chegar a R\$ 15 bilhões, mas ele pode sair de R\$ 3 bilhões, pode sair de R\$ 5 bilhões, pode sair de R\$ 9 bilhões. Vai depender muito do espaço que o Congresso nos permitir, em função das leis que vão ser encaminhadas, então nós vamos calibrar à luz dessa definição que cabe ao Parlamento - disse Haddad a jornalistas, depois de se reunir com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, para discutir o orçamento do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Haddad diz que o alcance da depreciação pode ser "muito diferente" em relação aos setores, e o ponto de partida para definir o valor total do incentivo dependerá do Congresso, já que haverá impacto fiscal. Ou seja, o valor total desse benefício vai depender da aprovação das medidas que visam elevar a arrecadação.

-Em agosto, nós temos que mandar tudo para o Congresso (medidas de ajuste fiscal).

Não podemos adiar. Eu já disse e repito: a reforma do Imposto de Renda é uma coisa para depois da PEC (da **Reforma Tributária** focada no consumo), mas as medidas necessárias para entregar o Orçamento equilibrado para 2024 têm que ir com a peça orçamentária -disse o ministro.

As empresas podem deduzir, em sua base de **impostos**, prejuízos ou despesas. A depreciação dos equipamentos entra como despesa, o que reduz a base de tributação.

No caso da depreciação acelerada, o governo permite que as empresas deduzam esses gastos de forma mais rápida, explica Lara Uchôa, advogada de Direito Tributário, sócia e cofundadora do FdS Advogados: -

Alguns ativos que colocamos na contabilidade das empresas se desgastam com o tempo. O valor de uma máquina que custou R\$ 20 mil vai diminuindo, se depreciando.

Isso pode ser considerado como despesa e diminuir o valor do tributo a pagar.

Esse abatimento já existe, mas é concedido às indústrias em um período entre 5 e 20 anos. A Fazenda e o Mdic querem encurtar esse prazo.

*

Projeto que taxa apostas está "maduro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad,disse ontem que o projeto para tributar as apostas esportivas online está "amadurecido", mas não citou data para a regulamentação. A medida provisória (MP) sobre o tema está parada na Casa Civil.

- Está madura.Saíram inclusive os cargos, para montar a Secretaria de Regulação e Fiscalização. Então está na Casa Civil (a MP) - disse Haddad.

Há uma semana,o Planalto publicou MP que cria 217 cargos,sendo 65 para a futura Secretaria Nacional de Apostas e Loterias.(R.M.)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Haddad e Tebet têm ruídos encobertos por relação amigável

Julia Chaib, Idiana Tomazelli e Catia Seabra

Brasília Potenciais presidenciais em 2026, os ministros Sirnone Tebet (Planejamento) e Fernando Haddad (Fazenda) exibem um alinhamento que destoa do histórico de atritos entre titulares das duas pastas. A aparente sintonia, porém, encobre episódios do relacionamento em que ela ficou isolada, foi pouco ouvida ou não explorou todo o potencial de voz quando teve a chance -reforçando o protagonismo dele nas discussões.

Pessoas próximas a Haddad apontam que Tebet cedeu um pouco mais a o discurso da esquerda, enquanto aliados da emedebista dizem que foi justamente o contrário: o titular da Fazenda teria sido quem convergiu para o centro -postura que pode ter rendido elogios do mercado, mas também críticas severas do próprio PT.

A harmonia em público não significa ausência de discordâncias ou subordinação, dizem aliados da ministra. Apesar disso, avaliam, em determinados momentos ela peca por se deixar ficar à sombra de Haddad.

A entrevista coletiva de anúncio da mudança no Sistema de Metas de Inflação, em 29 de junho, foi analisada por membros do governo como um desses momentos em que o Planejamento poderia ter tido mais voz.

Tanto Haddad quanto Tebet integram o CMN (Conselho Monetário Nacional), que conta ainda com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O colegiado é quem define as metas de inflação.

Segundo interlocutores, o ministro da Fazenda fechou o desenho com o presidente Lula (PT) em uma conversa no Palácio do Planalto, enquanto Tebet e Campos Neto aguardavam na sala histórica de reuniões do CMN na sede do Ministério da Fazenda.

Na entrevista para detalhar o anúncio, Haddad centralizou os questionamentos, enquanto Tebet ensaiava responder e sussurrava uma espécie de cola fora do microfone, mas evitou dar declarações. A cena não passou despercebida por parte de seus auxiliares, que preferiam maior participação da ministra no anúncio, mas viram na conduta a tentativa de não

atropelar Haddad.

Para integrantes do governo, Tebet entendeu o anúncio como um recado de que o petista estava ali para falar em nome do presidente. Por outro lado, seu silêncio pareceu uma atuação subordinada à do ministro da Fazenda.

Para evitar transparecer atritos, eventuais discordâncias entre os dois até agora foram resolvidas em conversas reservadas, sem embates públicos. Nas pautas no Congresso, os ministros alinharam para aprovar o novo arcabouço fiscal e a Reforma Tributária, duas das principais medidas econômicas de Lula.

Um episódio de divergência citado por interlocutores envolveu a elaboração do arcabouço. Inicialmente, o Planejamento ocupou uma posição lateral nas discussões. Uma vez incluída, a ministra chegou a defender uma banda mais flexível para a execução da meta de resultado primário, de 0,5 ponto percentual do PIB para mais ou menos. A justificativa era garantir investimentos.

Haddad, por sua vez, argumentou a favor da proposta original, com uma banda mais estreita, de 0,25 ponto percentual, contando com a capacidade do governo em obter receitas extras e atingir as metas fiscais. O ministro acabou convencendo os demais e emplacou sua visão.

O Planejamento também ficou ressentido pela falta de apoio nas negociações iniciais de um dispositivo que evita um corte de até R\$ 40 bilhões na proposta de Orçamento. Apenas na reta final, membros do Palácio do Planalto se engajaram nas articulações.

A inércia da Fazenda foi escancarada pelo relator do arcabouço fiscal no Senado, Omar Aziz (PSD-AM). No plenário, o senador disse que Haddad "não apresentou nenhum senão" em relação a esse ponto do texto.

Há quem diga que Tebet ainda não colocou em prática todo o poder que o Planejamento pode ter nas discussões. Além do peso que ela trouxe após seu papel na campanha em apoio a Lula, a ministra tem sob sua pasta estruturas importantes, como a Secretaria de Orçamento Federal -um dos redutos técnicos da política fiscal do governo.

Integrantes do governo ponderam que a relação dos ministros é boa por enquanto, mas pode mudar após as eleições municipais de 2024, a depender do veredito das urnas sobre a força do PT para emplacar prefeitos. A proximidade do pleito de 2026 também pode afetar os ânimos.

Para aliados de Tebet, não há como ela se contrapor a Haddad num momento em que o próprio mercado financeiro elogia as medidas tomadas pelo ministro da Fazenda. Além disso, Haddad tem a confiança de Lula e é um nome próximo ao presidente, enquanto a ministra não goza do mesmo status.

Em conversas reservadas, Haddad e Tebet se elogiam e se referem um ao outro como parceiros. Na avaliação do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), os ministros estão com ideias convergentes, mas admite receios.

Tebet também pode ter de ceder em outras frentes não relacionadas às tratativas com a Fazenda. O PT tenta emplacar Mareio Pochmann, ex-presidente do Instituto Lula e quadro histórico do partido, à frente do IBGE.

A ministra aguardava o fim da coleta de dados para o Censo para trocar a presidência do órgão, hoje sob o comando interino do diretor de Pesquisas, Cimar Azeredo. Havia expectativa de que Azeredo fosse mantido no cargo, mas o PT quer Pochmann.

O nome do economista, porém, enfrenta resistência de parte do Planejamento, para quem ele não tem notável saber para ocupar o posto. Outra ala do ministério, no entanto, avalia que aceitar a indicação pode demonstrar boa vontade com a sigla de Lula.

Apesar disso, a relação entre Haddad e Tebet tem se mostrado afinada, contrariando apostas de que as pastas viveriam em pé de guerra pela condução da política econômica.

O produto final dessa interação é uma inflexão na dinâmica entre os dois ministérios no passado, segundo parlamentares e integrantes do governo.

Havia preocupação, por parte de aliados de ambos, de que a convivência dos dois no governo pudesse ser marcada pela disputa por protagonismo -algo que não se concretizou até o momento.

A relação vai na contramão de outras observadas no passado. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o então ministro do Planejamento, José Serra, vivia às turras com Pedro Malan (Fazenda), a quem criticava pela postura em relação a

gastos públicos e juros.

Já sob Lula, os embates ocorreram entre Antônio Palocci, então chefe da Fazenda e que caiu nas graças do mercado financeiro, e Guido Mantega, na época à frente do Planejamento.

Um dos argumentos do ministro Paulo Guedes para fundir várias pastas em seu Ministério da Economia era justamente unificar a linha de pensamento nas diferentes áreas e evitar atritos habituais entre as pastas.

Tebet e Haddad se falam com frequência, quase diariamente. Aliados próximos de ambos dizem que o "santo bateu" e que eles demonstram convergência de pensamentos sobre decisões econômicas. Tebet tem a visão de que o governo "tem que dar certo", daí a necessidade de atuar pelo conjunto, não em causa própria.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50348&anchor=6480703&maxTouch=0&_ga=2.255054796.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8b551910f3ea699a566f0ca968533d71

Reforma tributária: benefícios e desafios (Artigo)

Bruno Funchal

Bruno Funchal é CEO da Bradesco Asset

*

Os grandes temas que adicionaram ruídos ao longo do primeiro semestre estão ficando para trás. O tema fiscal, que foi amplamente debatido e está em fase final de tramitação no Congresso, reduz o risco de descontrole das contas públicas para os próximos anos e o tema juros e meta de inflação está encaminhado após a decisão do CMN, que manteve o patamar de 3%.

Esses elementos novos abrem espaço para um segundo semestre de mais otimismo. Agora, o tema em foco é a reforma tributária.

O avanço dessa reforma é fundamental para atacar de frente um dos principais problemas do país, que é a estagnação de nossa produtividade.

Ela, a produtividade, é determinante para a promoção do crescimento sustentável. Por isso, uma boa reforma tributária é aquela que pode entregar esse objetivo de forma robusta.

O sistema tributário atual tem sido um grande detrator do crescimento justamente pela perda de produtividade das empresas tanto no que diz respeito ao tempo gasto para estar em conformidade tributária quanto na chamada guerra fiscal. A instalação das empresas em locais sem vocação competitiva, puramente por benefícios fiscais, reduz a eficiência brasileira. Vamos destacar alguns fatos e dados que evidenciam esse fenômeno do absurdo gerado pela complexidade tributária atual.

O número mais famoso é o do finado Doing Business do Banco Mundial, que mensura o tempo médio gasto pelas empresas de diversos países para processar o pagamento de impostos. No Brasil, esse intervalo passa das 1,5 mil horas por ano. Nos países da América Latina essa conta fica numa média de cerca de 380 horas.

Outro aspecto penalizante desse modelo é que, mesmo com todo esse tempo gasto para estar em conformidade com a Receita, a quantidade de litígios

judiciais no Brasil é enorme. Temos mais de R\$ 5 trilhões (75% do **PIB**) de créditos tributários em disputas administrativas ou judiciais considerando todas as esferas de governo.

A maior parte desse contencioso vem do ICMS dos Estados. Há uma relação de um para um entre arrecadação e contencioso, ou seja, para cada um real arrecadado, temos mais um em disputa.

Chega a ser anedótica a complexidade dos regulamentos de ICMS dos Estados. Cada ente da Federação tem seu próprio estatuto e conjunto de regras, não sendo incomum que ocupem um calhamaço com milhares de páginas.

E o conteúdo muda periodicamente de acordo com os novos convênios do Confaz. A média é de 200 mudanças por ano. Se imaginarmos uma empresa com negócios que abrangem todos Estados do país, é fácil perceber o grau de dispêndio e desperdício de tempo e dinheiro para que ela possa obedecer a todas as regras.

É por isso que uma reforma que tão somente simplifique o sistema tributário tem o potencial único de gerar ganhos imediatos de produtividade. Será uma decorrência direta do corte de milhares de horas gastas apenas para pagar impostos. Esse tempo pode ser preenchido com outras atividades direcionadas ao negócio final da empresa.

O debate agora é até onde se consegue chegar em termos de simplificação a partir da proposta original de alíquota única. Na Câmara, algumas exceções foram abertas para setores que foram considerados estratégicos.

Vamos acompanhar qual será o tratamento do Senado em relação ao mérito e à lista de setores.

É óbvio que um sistema com um mínimo de exceções possível seria mais benéfico para a eficiência do sistema.

Alguns pontos merecem muita atenção, principalmente as questões federativas, como a mudança da lógica de tributação na origem para o destino. Para os Estados mais distantes geograficamente dos grandes mercados consumidores e com menor capacidade de

infraestrutura, essa ferramenta tem peso relevante como política de atração de negócios para o desenvolvimento regional. É por isso que a discussão sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional precisa ser feita com foco na resolução de tais disparidades de infraestrutura, de forma que, no longo prazo, as condições locais permitam que a vocação regional seja explorada.

É preciso que o capital se instale onde ele é mais produtivo.

Tão relevante quanto o fundo de desenvolvimento regional é o fundo de compensação dos benefícios fiscais. Sua necessidade remete a LC 160/17 que convalidou os benefícios fiscais aprovados à revelia do Confaz e colocou prazo de 15 anos para seu término. Com o novo regime tributário mudando a tributação para o destino, o fundo reforça o término desses benefícios para o prazo inicialmente estabelecido pela LC 160.

Esses dois fundos ajudam no acordo federativo para fazer a travessia dos elementos que são vistos como fundamentais para o desenvolvimento regional. Entretanto, o elemento mais complexo da reforma em termos federativos é a nova governança do sistema tributário dos subnacionais trazida pelo Conselho Federativo.

A existência do Conselho é importante para o funcionamento do novo modelo. A dúvida sobre seu funcionamento poderá trazer mais dificuldades para o debate da reforma no Senado, pois a autonomia dos entes é um tema extremamente caro para chefes dos executivos e suas Secretarias de Fazenda. O papel do Conselho deverá garantir o bom funcionamento do sistema, sem criar novas complexidades e contenciosos e, além disso, não gerar desbalanceamentos tributários entre os Estados.

Outro papel relevante do Conselho é harmonizar e integrar a fiscalização das receitas estaduais.

Muitas receitas estaduais são modernas em termos de dados, sistemas e de modelos de fiscalização, mas necessitaríamos de uma integração maior. Certamente o novo modelo de crédito tributário financeiro acaba incentivando o aumento e novas modalidades de fraude tributária, com fluxo relevante de notas fiscais entre entes da Federação.

Esse risco deve ser monitorado pelas receitas estaduais e para que seja produtivo, sua integração é fundamental.

Assim, apesar dos desafios da discussão federativa e dos pleitos por mais concessões de regimes especiais,

o progresso da reforma em termos de simplificação do nosso sistema tributário e também o incentivo à melhor alocação dos negócios em todo o Brasil tendem a trazer, no curto prazo, uma boa percepção para os investidores de que estamos avançando institucionalmente na direção correta, e, no longo prazo, obtendo ganhos de produtividade e um maior crescimento potencial para o país.

*

Simplificação do sistema e o incentivo à melhor alocação dos negócios podem mudar a percepção dos investidores

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187610>

Falta plano coerente para reindustrialização verde (Artigo)

Ricardo Sennes, Adriano Laurenço e Paula Goldenberg

Ricardo Sennes, economista (PUC/SP), mestre e doutor em Ciência Política (USP), é sócio-diretor na Prospectiva Consultoria

Adriano Laurenço, economista e mestre em Teoria Econômica (USP), é gerente de análise política e econômica na Prospectiva Consultoria Paula Goldenberg, economista (UFRJ) e mestre em Economia (UFF), é consultora econômica na Prospectiva Consultoria

*

O governo Lula terminou seu 1o semestre com aprovação parcial e boas sinalizações, em seus projetos prioritários para assegurar um clima de maior estabilidade econômica e credibilidade legislativa ao restante do mandato: o Arcabouço Fiscal e a **Reforma Tributária**. Embora o tema tributário ainda vá permanecer na agenda por ao menos um ano, com a Reforma dos **impostos** diretos e as leis complementares que seguirão a aprovação da PEC 45/2019, será aberta uma janela de oportunidade para novas matérias e ainda não há clareza sobre as prioridades do Planalto.

No governo Bolsonaro, a unidade legislativa em torno de uma Reforma já madura - a da Previdência-garantiu sua aprovação célere. A falta de clareza do Executivo sobre a agenda subsequente, no entanto, resultou em uma série de medidas dispersas, como o Plano Mais Brasil, a flexibilização trabalhista da MP 905/2019 e a própria **Reforma Tributária**, que nunca avançaram.

Esse é o risco que correrá o governo Lula, com alas divididas entre a priorização de temas institucionais, sociais, ambientais, econômicos e de política externa.

Lula e Alckmin apresentaram em artigo de 25/05 uma possibilidade de eixo centralizador das próximas ações do governo: a reindustrialização do país. É verdade que, como o próprio vice-presidente e ministro do MDIC costuma lembrar, a implementação de um IVA com alíquotas relativamente horizontais setorialmente deverá ser a principal medida industrializante do país. Contudo, o longo tempo de regulamentação e transição da **Reforma Tributária** implicam que seus efeitos, tanto setoriais, quanto macroeconômicos,

devam ser sentidos apenas no próximo mandato presidencial. Até lá, a economia precisará de mais do que o boom agrícola do 1o trimestre, para manter um ritmo consistente de crescimento.

A "neointustrialização" pretendida por Lula e Alckmin, no entanto, enfrenta desafios históricos e modernos. De um lado, as lacunas na qualificação da força de trabalho e as baixas taxas de investimento em ciência e tecnologia criam gargalos para o avanço da produtividade. De outro, o fato de que o pico de proporção da indústria no **PIB** dos países tem caído ao longo das últimas décadas - indicando uma dificuldade global de manter um modelo de desenvolvimento baseado na centralidade da indústria.

No relatório "A Neointustrialização no governo Lula" a Prospectiva Consultoria analisou a situação atual da política industrial, as propostas do governo e o posicionamento das principais lideranças dessa agenda. Como primeira conclusão, emerge o diagnóstico de que não há um plano coerente, ou uma liderança que coordene, as medidas de incentivo industrial dispersas entre os diferentes ministérios do governo. Sem isso, há o risco de que os projetos percam sinergias e sua dimensão estratégica, favorecendo benefícios que recomponham as margens de lucro de setores mais influentes sem, de fato, promoverem ciclos de investimento de longo prazo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), retomado após sete anos sem reuniões, surge como principal alternativa para essa coordenação. Para efetivá-la, no entanto, o governo precisará ir além de uma defesa genérica da industrialização.

Se, por um lado, parece haver relativo consenso interno sobre o papel do setor público no desenvolvimento industrial, por outro, os stakeholders que deveriam liderar a agenda têm propostas tão opostas quanto a redução de tarifas como mecanismo de defesa da concorrência e a desvalorização do câmbio. Apenas no BNDES, portanto fora da estrutura ministerial, parece haver uma visão unificada - e bastante intervencionista- sobre os eixos e prioridades da política industrial.

O Banco deve ganhar destaque no debate e já elevou esse ano em 26,3% o volume de recursos aportado pela Agência Especial de Financiamento Industrial

(Finame).

Ainda assim, considerando a redução de R\$ 350 bilhões para R\$ 80 bilhões nos desembolsos anuais do BNDES, no comparativo entre o 2o governo Dilma e o governo Bolsonaro, o peso econômico da instituição não será equivalente ao do passado. Além disso, a política industrial depende de regulações e incentivos que vão muito além da política de crédito, de forma que a atuação do BNDES tem impacto limitado sobre a competitividade dos setores apoiados.

Enquanto isso, o atraso no lançamento de iniciativas como o novo PAC e o Pacote Verde demonstram a dificuldade real de conciliar promessas idealizadas na campanha, a necessidade de concluir projetos em andamento e as restrições orçamentárias. Em outras áreas, como na Saúde, ainda não está completa, sequer, a equipe técnica responsável por avançar com o Complexo Industrial.

No mundo pós-globalização, também não deve ser minimizada a importância de se harmonizar as diretrizes da política industrial às da política comercial.

Por isso, também preocupa a falta de definição sobre temas tão centrais quanto a entrada do Brasil na OCDE e o Acordo Mercosul- União Europeia. No caso desse último, é o uso do mecanismo de Compras Públicas como instrumento de desenvolvimento setorial e social que opõe, por exemplo, o Ministério da Gestão (Esther Dweck) ao do Planejamento (Simone Tebet).

Definições como essa são necessárias, para favorecer uma escolha coerente das prioridades industriais do governo e garantir um horizonte de investimentos com maior previsibilidade ao setor privado. Se o momento é de oportunidades, com os processos de realocação das cadeias globais de valor e de transição verde fomentando as vantagens comparativas brasileiras, ele também exige certa pressa. Para que o Brasil não se perca, mais uma vez, de sua trajetória de desenvolvimento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

"Imposto do pecado" preocupa setores de energia e combustíveis

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

O Imposto Seletivo proposto pela **reforma tributária** tem movimentado tributaristas e entidades empresariais pelo risco de encarecer serviços hoje considerados essenciais, como energia elétrica, combustíveis e telecomunicações - que, além do consumidor final, afetam outras cadeias produtivas.

A nova taxa, a ser cobrada além do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) - que vai unificar os **tributos** atuais -, foi criada para desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde e (uma novidade) ao meio ambiente. Por isso, também é conhecido como "imposto do pecado".

Atualmente, itens como bebidas alcoólicas e cigarros já têm tributação adicional, mas a lista pode aumentar com a previsão expressa na Constituição a atividades que economistas classificam como geradoras de "externalidades negativas".

No caso da energia elétrica, há o temor de que a geração seja considerada danosa ao meio ambiente e, por isso, passível de ser taxada pelo Imposto Seletivo.

A matriz energética brasileira é composta, por exemplo, por termelétricas movidas a carvão, fonte mais poluente.

Até mesmo as hidrelétricas poderiam ser consideradas prejudiciais devido à construção dos reservatórios, que interferem na fauna e na flora. Quanto aos combustíveis fósseis, o receio também está ligado à questão ambiental, já que a queima gera gases de efeito estufa.

O texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara estabelece que o Imposto Seletivo será de responsabilidade do governo federal, e poderá ter a alíquota alterada a qualquer momento por iniciativa da União, sem a necessidade de aval do Congresso. Também não será necessário esperar até o ano seguinte (princípio da anterioridade) para começar a valer.

A regulação desse imposto está prevista para lei complementar, com a menção explícita a bens e serviços passíveis da sobretaxa.

No entanto, uma redação incluída na PEC deixou alguns setores preocupados. É o caso de energia elétrica, telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais.

A nova redação do artigo 155 da Constituição afirma que esses bens e serviços não serão taxados por nenhum outro imposto, à exceção do IBS - novo imposto que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) - e do seletivo.

"Essas atividades permitem uma arrecadação muito alta ao governo. Telecomunicações e energia são consumidas por todos.

Esses setores sabem que são alvos fáceis", diz Luiz Roberto Peroba, sócio da área tributária do Pinheiro Neto Advogados.

SERVIÇOS ESSENCIAIS. A questão é que eletricidade, combustíveis e telecomunicações receberam tratamento de serviços essenciais pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou que eles não poderiam ter taxas elevadas de ICMS e deveriam ser tributados pela alíquota modal (padrão) de cada Estado.

Esse entendimento embasou uma lei complementar proposta pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no ano passado, que obrigou os governadores a baixar o ICMS sobre combustíveis temporariamente.

Agora, durante a tramitação da **reforma tributária**, esses setores batalham para ser considerados essenciais e, assim, escapar do seletivo.

No entanto, o advogado Rodrigo Bevilaqua, sócio da área tributária do escritório Cescon Barriueu, afirma que a essencialidade, por si só, não é suficiente. "O enquadramento como essencial é um caminho, mas não basta para afastar o risco do seletivo", diz. "Seria necessário prever que, como essenciais, eles merecem tratamento diferenciado com taxa não superior aos demais." Bevilaqua afirma que a gestão da União sobre o seletivo também deixou em alerta o setor de petróleo, após o Ministério da Fazenda ter elevado o imposto sobre as exportações de óleo bruto em maio.

A diretora de Assuntos Técnicos e Regulatórios da

Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Mariana Amim, afirma que o reconhecimento da essencialidade seria apenas o primeiro passo para o setor negociar tratamento diferenciado, por meio de alíquotas reduzidas. Isso porque a PEC proíbe a cobrança desse novo tributo sobre bens e serviços que tenham redução de alíquota. "Por isso a importância de o Senado reconhecer a energia elétrica como um insumo essencial", afirma.

Ficou para depois

O que falta regulamentar na **reforma tributária**

Definição de alíquotas Uma lei complementar vai regulamentar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) fixando as alíquotas dos futuros **tributos**.

Estados exigiram que essa regulamentação fosse simultânea, ainda que os prazos de transição sejam diferentes. O Ministério da Fazenda será o responsável por calcular as alíquotas dos novos **impostos**

Itens da cesta básica isentos O texto construído na Câmara optou por estabelecer a criação de uma cesta básica nacional, cujos produtos terão alíquota zero. Atualmente, cada Estado e a União têm uma definição dos itens que compõem essa cesta - além dos triviais arroz e feijão, itens como queijos finos e salmão também contam com benefícios tributários. Para uniformizar, uma lei complementar vai definir qual será a lista de produtos que terão alíquota zero daqui em diante

Alcance do Imposto Seletivo (IS) A função do Imposto Seletivo será regulatória. O novo tributo vai incidir sobre itens que o governo deseje coibir o consumo, e que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Esse tipo de cobrança também é conhecida como "imposto do pecado", e costuma incidir sobre itens como bebidas alcoólicas e cigarros

Critérios de divisão do Fundo Regional Os critérios de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), que receberá aportes do governo federal para Estados e municípios, serão estabelecidos em lei complementar.

A União se comprometeu a bancar o fundo com aporte de R\$ 8 bilhões em 2029 e elevação gradual, até chegar a R\$ 40 bilhões a partir de 2033

Fundo da Amazônia O texto aprovado prevê a criação de um fundo específico para o desenvolvimento do Estado do Amazonas, também bancado pela União. Não há estimativa de custo. Sua criação depende de

lei complementar, que vai determinar o valor mínimo de aporte anual e critérios de correção

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Imposto Seletivo deve integrar base de cálculo do IBS e da CBS

Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro e Beatriz Olivon De Brasília

Proposto na **reforma tributária** como uma forma de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde, como cigarro e bebidas, o Imposto Seletivo, também conhecido como "Imposto do Pecado", vai integrar a base de cálculo dos novos **tributos** cobrados no consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Esse desenho parece contrariar as promessas de simplificação e fim da cobrança de imposto sobre imposto que embalaram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 na Câmara dos Deputados.

A criação do Imposto Seletivo, por si só, agrega complexidade ao sistema, avalia o economista especializado em tributação Ângelo de Angelis. "Não era para ser assim, mas há motivos", diz. "É para equalizar a regra tributária e garantir que o adquirente tenha direito ao crédito tributário pleno." Há um desafio no controle da inclusão do imposto na base do CBS e do IBS e maior complexidade para fiscalizar, segundo Douglas Motta, sócio do Demarest Advogados. "Incluir em si não é um problema, mas todo controle que envolve isso certamente exige maior fiscalização", afirma.

A maior parte dos países que tributam seu consumo com um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como será o caso do IBS e da CBS, inclui o Imposto Seletivo em sua base de cálculo. "É uma prática comum", diz Melina Rocha, consultora Internacional de IVA/IBS e diretora de cursos na York University-Canadá. "É importante para evitar distorções e diferenciações entre tipos de vendas e manter a neutralidade." Interlocutores do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da reforma na Câmara, reforçam essa tese de que o modelo previsto na proposta já vem sendo colocado em prática em muitos países no exterior. Eles pontuam que as preocupações levantadas por especialistas são infundadas.

"É muita conversa sem nenhum fundamento. O Imposto Seletivo é cobrado assim no mundo todo.

Não fica mais complexo. O seletivo é monofásico, ele

só incide uma vez. Ele incide uma vez porque o objetivo dele é ter efeito no preço para combater externalidade negativa.

Serve para aumentar preço de produto que você quer que tenha menos consumo", afirma um parlamentar que acompanha de perto as negociações do texto.

Isabella Tralli: requisito formal exigido não descaracteriza a natureza do empreendimento DIVULGAÇÃO A consultora Melina Rocha explica que o Imposto Seletivo é normalmente cobrado quando a mercadoria sai da indústria. Geralmente é monofásico (cobrado em uma só etapa da cadeia de produção e comercialização) e cumulativo (sua cobrança não gera crédito tributário a ser compensado na etapa seguinte da cadeia).

Assim, quando um varejista adquire um produto de uma indústria, o Imposto Seletivo pode se tornar um custo, se for pago à indústria e não gerar crédito tributário (pelo fato de ser cumulativo).

Dessa forma, o peso desse imposto será incorporado ao preço final.

"Na hora que a indústria tira a nota fiscal, ela pode destacar uma base de cálculo sem o Seletivo", diz o economista Ângelo de Angelis. "Nesse caso, o adquirente fica com um crédito menor." A inclusão do Seletivo na base do IBS e da CBS tenta corrigir esse problema. Estando na base desses dois **tributos**, que geram créditos, a empresa que adquiriu da indústria tem crédito tributário pleno.

Um outro motivo apontado por Melina Rocha é a distorção que pode haver caso a venda seja feita da indústria para o varejista ou diretamente ao consumidor final. Nesse caso, as cargas tributárias serão diferentes, caso o Seletivo não esteja na base do IBS.

"Se o Seletivo não estiver na base de cálculo do IBS, o produto sai da fábrica com uma arrecadação menor", concorda de Angelis.

Na avaliação da consultora, o formato do Imposto Seletivo não deverá trazer complexidade para a fiscalização. Esse será um tributo federal, a ser monitorado pela **Receita Federal**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187610>

Já a fiscalização do IBS será tarefa dos Estados e dos municípios, de forma coordenada. O Conselho Federativo, criado na **reforma tributária**, terá entre seus objetivos evitar que haja sobreposição de Fiscos e procuradorias. Ao fiscalizar o IBS, os Estados e municípios terão a informação sobre o recolhimento do Seletivo destacada na nota fiscal, segundo Melina Rocha.

A versão da PEC 45 aprovada pela Câmara dos Deputados, agora em análise no Senado Federal, diz que o Imposto Seletivo será cobrado sobre "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Uma lei, a ser proposta pelo governo ao Congresso Nacional após a aprovação da PEC, vai dizer quais serão esses produtos. O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, já informou que a ideia é cobrar o Seletivo sobre fumo e bebidas alcoólicas, como o padrão internacional. Discussões sobre a inclusão de combustíveis fósseis e bebidas açucaradas, que já houve no passado, não ocorrem neste momento.

A inclusão do Imposto Seletivo na base de cálculo dos outros **tributos** estará prevista na Constituição, a partir da reforma e caso a PEC 45 seja aprovada sem alteração nesse ponto. Portanto, não há brecha para o questionamento sobre sua constitucionalidade, como o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a retirar o ICMS da base do PIS e da Cofins em 2017, segundo o advogado Douglas Motta. "Estando na Constituição é mais difícil fazer o questionamento porque hoje já existem situações que o IPI compõe a base do ICMS e isso nunca foi questionado." O Valor contactou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC 45 no Senado. Não obteve resposta até o fechamento da edição.

Segundo sua assessoria de imprensa, o parlamentar quer analisar o texto aprovado pela Câmara antes de emitir opinião.

Nos bastidores, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), buscam relativizar as pressões por mudanças no projeto e as críticas de setores e especialistas em relação a alguns pontos da PEC. A avaliação é que é preciso manter a disposição em dialogar com todos, mas que é necessário manter o controle para que o texto "não esvazie além do aceitável".

"Se não estiver na base de cálculo do IBS, o produto sai da fábrica com uma arrecadação menor" Ângelo de Angelis

Taxação de "big techs" corrige injustiça (Editorial)

Além de se deparar com fortes pressões nos maiores mercados do mundo para respeitar os direitos autorais dos conteúdos que usam em suas redes, as grandes plataformas digitais enfrentam um movimento global para que paguem mais **impostos**. A coordenação dessa demanda está com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que realizou recentemente uma reunião com representantes de 143 países para tratar do assunto.

O desfecho foi a aprovação de uma convenção internacional.

Embora ainda precise ser assinada, técnicos receberam sinal verde para seguir adiante nos estudos que preveem uma taxa mínima sobre as maiores multinacionais. Estão na mira as plataformas digitais Google e YouTube, controladas pela Alphabet, Facebook, Instagram, WhatsApp e Threads, da Meta, e o Twitter.

O Brasil participa das conversações, nas quais tem especial interesse, pela necessidade de o governo Lula aumentar a arrecadação para atingir as metas fiscais. No mercado brasileiro, entre 2017 e 2019, empresas digitais globais com faturamento acima de R\$ 100 milhões pagaram **impostos** entre 8,67% e 11,57%, ante uma taxa média de 19,57% sobre as demais empresas.

A suposição é que a diferença se explica por manobras contábeis.

Nas discussões no âmbito da OCDE, foi usado o critério de faturamento global acima de 20 bilhões por ano e rentabilidade superior a 10% para definir o grupo de empresas a serem alvo. Por enquanto, está estabelecido que 25% do lucro dessas multinacionais será taxado nos países onde as vendas foram efetuadas, mesmo que as empresas não tenham filial no local, algo muito comum no caso das plataformas digitais.

A finalidade é impor um custo à conhecida manobra dessas grandes companhias de registrar os lucros em paraísos fiscais ou em países com carga de **impostos** mais baixa.

Essa inédita **reforma tributária** global começou em 2021, com a aprovação de mais de 140 países. Os

recentes avanços, porém, não garantem que a tramitação da proposta ocorrerá sem problemas. A previsão de entrada em vigor em 2025 é, por enquanto, apenas um chute.

Além da assinatura de todos os países participantes, a convenção precisará ser ratificada pelos parlamentos.

Há, também, fortes interesses em jogo, quando se estima em US\$ 200 bilhões os lucros que serão taxados com as mudanças.

Por enquanto, Brasil e China, entre outros grandes emergentes, têm apoiado a reforma. Os 27 países da União Europeia (UE) também estão de acordo com o chamado "Pilar 1" das mudanças, a taxa de lucros no seu local de origem. Vários concordam com o "Pilar 2", a cobrança de um imposto mínimo de 15% dessas empresas. Quase 40 países já programam essa taxa para o ano que vem. Entre eles estão os do bloco da UE, Austrália, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Suíça e Reino Unido.

A grande incógnita são os americanos.

A depender de como forem taxadas as big techs, quase todas com sede nos Estados Unidos, pode ser deflagrada uma guerra comercial.

Daí a importância das negociações nos fóruns multilaterais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

85% apoiam taxaço dos mais ricos - CAMILA ROCHA

CAMILA ROCHA

No dia 17 de julho, em uma entrevista concedida à jornalista Mônica Bergamo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi enfático sobre a necessidade de taxar os brasileiros mais ricos. O tema deve ser discutido em maior profundidade durante a segunda etapa da **Reforma Tributária**, e, segundo o próprio ministro, será alvo de resistências importantes. No entanto, o petista conta com a opinião pública a seu favor.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2022 pela Oxfam Brasil, intitulada "Nós e as Desigualdades", o apoio ao aumento da tributação sobre os muito ricos estaria consolidada no Brasil. Os dados coletados no ano passado mostram que 85% dos brasileiros apoiam o aumento de **impostos** de pessoas muito ricas como forma de garantir educação, saúde e moradia para a população mais pobre.

Tendo em vista os dados reunidos desde 2017, o apoio cresceu de forma consistente. Em 2017, 71% da população defendia a taxaço dos mais ricos. Em 2019, o índice subiu para 77% e, em 2021, para 84%.

No ano passado, constatou-se que a defesa da taxaço é ainda maior entre pessoas com 60 ou mais anos (90%), com ensino fundamental (90%), entre brasileiros com renda familiar de até um salário mínimo (91%), moradores da região Nordeste (88%) e de cidades de até 50 mil habitantes (87%), pessoas que afirmam que experimentaram descenso social nos últimos cinco anos (88%) e mulheres negras (88%).

Aqueles contrários à proposta, 14% em 2022 e 28% em 2017, se concentram entre os estratos que gozam de maior renda e status social. Nesse sentido é possível destacar pessoas com ensino superior (19%), aqueles que ganham mais de cinco salários mínimos (34%), brasileiros que se autot classificam como pertencentes a classe média alta (29%), pessoas que afirmam que ascenderam socialmente nos últimos cinco anos (18%) e homens brancos (16%).

Para além disso, a pesquisa registra ainda uma inédita reversão no apoio ao aumento de **impostos** em geral para assegurar melhor educação, saúde e moradia. Mais da metade dos respondentes, 56% dos brasileiros, concordam com a necessidade de maior

tributação para custear gastos sociais -em 2017 apenas 24% da população era favorável, e 75% era contrária. Isso significa que, nos últimos cinco anos, o apoio ao aumento de imposto para financiar políticas sociais mais do que dobrou.

A defesa do aumento de **impostos** em geral para financiar políticas sociais é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (60%), que têm ensino fundamental (66%), possuem renda familiar de até um salário mínimo (64%), moradores da região Nordeste (62%), pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC/Loas (65%), mulheres pardas (62%) e homens pretos (63%).

Tais dados refletem o apoio massivo da população por maior justiça e igualdade, mas também a urgência dos mais pobres em obter melhores serviços públicos, sobretudo educação, saúde e moradia. Assim, se a disputa pela taxaço dos mais ricos corre o risco de ser reduzida a um embate retórico, o governo deve, ao menos, fazer o esforço necessário para preservar a saúde e a educação de cortes e restrições orçamentárias.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50347>

Fundos de super-ricos somam R\$ 880 bi e têm benefícios tributários

Lucas Bombana

Para aumentar a arrecadação com o objetivo de equilibrar as contas e controlar a dívida pública, uma das medidas em estudo pelo governo é a tributação dos fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta (19) que o governo vai encaminhar um projeto de lei para tributar os fundos exclusivos, em uma segunda etapa da **reforma tributária** prevista para o segundo semestre.

Esses fundos, destinados apenas àqueles investidores com alguns milhões em carteira, somavam um patrimônio de aproximadamente R\$877,4 bilhões, dividido em cerca de 2.800 fundos e 3.500 cotistas, segundo a TC/Economática.

*

O que são os fundos exclusivos?

Os fundos exclusivos podem seguir estratégias de investimento variadas em ações, renda fixa ou uma combinação das duas classes por meio dos multimercados.

Os dados da TC/Economática indicam que existem 2.826 fundos exclusivos no mercado. Em número de fundos, os multimercados lideram, com 2.216 produtos estruturados sob o formato de fundo exclusivo, com outros 331 de renda fixa e 279 de ações.

Já ao considerar o valor aplicado, os fundos exclusivos de renda fixa lideram, com R\$ 461,5 bilhões, seguidos pelos multimercados, com R\$ 376,4 bilhões e pelos de ações, com R\$ 39,5 bilhões.

Profissional de mercado da área de gestão de patrimônio, Francisco Levy diz que, na maior parte dos casos, os fundos exclusivos são individuais, mas há também alguns casos menos comuns de produtos do tipo que agregam um grupo maior de pessoas, que geralmente guardam alguma relação familiar entre si.

A quem se destinam?

O especialista afirma que esses fundos são voltados

apenas para investidores milionários. Em média, é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para considerar a estruturação de um fundo exclusivo, estima Levy.

O valor alto é necessário para fazer frente aos custos fixos do produto, como as taxas cobradas pelo gestor do fundo, o administrador e o custodiam-te, além de cobranças periódicas da B3.

Ao ano, o custo de um fundo exclusivo gira em torno de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil.

Quais as vantagens tributárias?

Levy afirma que uma das principais vantagens dos fundos exclusivos é o fato de não estarem sujeitos ao come-cotas -antecipação no recolhimento de imposto feita semestralmente nos meses de maio e novembro que incide sobre o rendimento dos fundos de renda fixa, cambiais e multimercados. A alíquota varia de 15% a 20%, a depender do prazo do investimento.

No fundo exclusivo, como não há a cobrança do come-cotas, o dinheiro que seria repassado à Receita segue rendendo dentro da carteira de investimento até que seja feito o resgate, o que representa uma vantagem importante em relação aos demais fundos que sofrem uma redução no valor aplicado e, portanto, no montante total que será rentabilizado, afirma Levy.

"Enquanto o cidadão comum paga o come-cotas dos

fundos de investimento, o endinheirado não paga, o que não parece socialmente justo", diz o especialista. Ele lembra que a proposta de tributação dos fundos exclusivos não é nova e foi discutida na gestão anterior do ex-ministro Paulo Guedes, mas enfrentou resistências no Congresso e não foi adiante.

Qual o rendimento?

Segundo os dados da TC /Economática, o retorno médio dos fundos exclusivos multimercados no primeiro semestre foi de 5,4%, chegando a 6,5% nos de renda fixa, e a 10,8% nos de ações. No período, o Ibovespa teve valorização de 7,6%, enquanto o rendimento do CD1 alcançou 6,5%.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50347>

Bolsonaro errou na Reforma Tributária, afirma Valdemar

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirma em entrevista à Folha que houve um "erro de comunicação" por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quando se declarou contrário ao projeto da **Reforma Tributária**, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados.

"O Bolsonaro não é contra. [É] Contra a forma que eles fizeram. Ele não se explicou bem, foi erro de comunicação. (...) A derrota caiu na conta dele. Mas não devia ter caído, é uma bobagem" avalia Valdemar, que considera que o partido ainda pode mudar de posição durante a discussão no Senado.

O ex-deputado, porém, diz que apalavra final no PL é de Bolsonaro, a quem chamou de "máquina de votos". Ele vê o ex-presidente "injustiçado" e "perseguido" pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes. "Jamais podia ficar inelegível. Isso o camarada da direita vê. Eles são esclarecidos, gente de opinião."

Sobre as recentes divisões na legenda, pondera que são resultado de uma "explosão" da direita e da entrada de inexperientes na política. "Esse pessoal nunca fez parte de bancadas grandes. Quando a pauta tratar de assuntos que defendemos, como a família, liberdade, vamos ter os 99 votos." a18

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50347>